



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

ROSANE SANTANA RODRIGUES PEREIRA

**CIDADANIA ALÉM DO PAPEL: Um Estudo de Caso do Centro de
Ação Comunitária Zilda Aranha (CEZA)**

Salvador - BA
2016

ROSANE SANTANA RODRIGUES PEREIRA

**CIDADANIA ALÉM DO PAPEL: Um Estudo de Caso do Centro de
Ação Comunitária Zilda Aranha (CEZA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade, Universidade Federal da Bahia, Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Gomes de Pinho

Salvador - BA
2016

Escola de Administração - UFBA

P436 Pereira, Rosane Santana Rodrigues.

Cidadania além do papel: um estudo de caso do Centro de Ação Comunitária Zilda Aranha (CEZA) / Rosane Santana Rodrigues Pereira. – 2016.

163 f.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Gomes de Pinho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016.

1. Centro de Ação Comunitária Zilda Aranha – Camaçari (BA) – Estudo de casos. 2. Cidadania – Estudo e ensino. 3. Democracia e educação. 4. Organizações não governamentais. 5. Direitos humanos – Brasil. 6. Direitos fundamentais - Brasil. 7. Projetos de desenvolvimento social. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 323.6

ROSANE SANTANA RODRIGUES PEREIRA

**CIDADANIA ALÉM DO PAPEL: Um Estudo de Caso do Centro de
Ação Comunitária Zilda Aranha (CEZA)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada 01 de setembro de 2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Prof. Dr. José Antônio Gomes de Pinho
PhD em Regional Planning pela University of London
Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Maria Elisabete Pereira dos Santos
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Marco Antonio Carvalho Teixeira
Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo

À minha família pelo alicerce e apoio, em especial, à minha mãe pelas orações e cuidado; ao meu pai (*in memoriam*) pelo legado de integridade; ao meu esposo e filhos pelo amor, companheirismo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde, capacitação e inspiração sobrenatural,
Ao meu pai (*in memoriam*) por ter investido e acreditado em mim sempre,
À minha mãe, por ser meu porto seguro e me sustentar com suas orações,
Ao meu marido, pelo amor, companheirismo e incentivo, acreditando em meus projetos,
Aos meus filhos, pelo amor incondicional e compreensão,
Ao meu orientador prof. José Pinho, pelo direcionamento,
Às minhas colegas, Sabrina e Susana, pela parceria e amizade,
À minha irmã, profa. da UFC, Ruth Santana, pelas orientações e suporte,
Aos meus professores, pelos ensinamentos,
À profa. Cristiana Mercury, pelas reflexões,
À profa. Elisabete Santos, pelas proveitosas indicações,
À equipe do CEZA, em especial a Dilma Carvalho, pela confiança e acolhimento,
Às crianças, adolescentes e respectivos familiares atendidos pelo CEZA por me ensinarem tanto em palavras, gestos, olhares e comportamentos,
A todos aqueles que sempre torcem por mim e me apoiam, dando o ombro amigo.

"Grandes realizações são possíveis quando se dá importância aos pequenos começos".

(Lao Tzu)

PEREIRA, R. S. R. **Cidadania Além do Papel: Um Estudo de Caso do Centro de Ação Comunitária Zilda Aranha (CEZA)**. 163 f. 2016. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2016.

RESUMO

O exercício da cidadania por intermédio da participação, no Estado democrático de direito, pode ser entendido como o meio mais eficaz para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária frente à questão social que requer cada vez mais uma ação no sentido de tornar os direitos garantidos no papel efetivos, ampliando-os. Necessário se torna investir na educação para a cidadania a fim de que os indivíduos, desde a mais tenra idade, se percebam como cidadãos sujeitos de direitos e deveres, capazes de construir coletivamente alternativas de enfrentamento das condições adversas, sendo instrumentalizados neste sentido e incentivados ao protagonismo. O CEZA, objeto do presente estudo de caso, pode se consolidar como uma organização que cumpra tal fim ao incrementar seu trabalho, investindo em um projeto que viabilize a formação de cidadãos críticos, conscientes e que saibam se posicionar frente ao mundo. O resultado desta pesquisa se materializa na elaboração do caso para ensino “CEZA: uma Iniciativa Transformadora” que apresenta a experiência da organização, os resultados da pesquisa e propostas de melhoria para o trabalho que já vem sendo realizado, mediante a constatação de fragilidades. Conclui-se que as propostas de estratégias apresentadas à organização, objeto de estudo, colaborarão neste processo que vem vivenciando, remetendo à reflexão sobre o trabalho até então desenvolvido e as possibilidades existentes para este, trazendo no mínimo, inquietações e provocações no sentido de uma nova ação voltada à educação para o exercício efetivo da cidadania de crianças, adolescentes, das respectivas famílias e quiçá, da comunidade pelos reflexos que porventura lhes abarquem, contribuindo para alcançar a almejada cidadania além do papel.

Palavras-chave: Cidadania, Democracia, Participação, Protagonismo, Questão Social, Terceiro Setor, Gestão Social.

PEREIRA, R. S. R. **Citizenship Beyond Paper: A Case Study of the Community Action Center Zilda Aranha (CEZA)**. 163 f. 2016. Master) Interdisciplinary and Professional Master in Development and Social Management of the Federal University of Bahia., Salvador, BA, 2016.

ABSTRACT

The exercise of citizenship through participation in the democratic rule of law, can be understood as the most effective means for building a more just and egalitarian society in order to make the rights in the law effective and also expanding them. This being so, it is necessary to invest strongly in citizenship education in order to make citizens, from an early age, seeing themselves as subjects of rights and duties, able to build collectively alternative ways to coping with adverse conditions, being bearer of skills to achieve them and encouraged to a protagonism role. The CEZA, object of this case study, can be seen as an organization that fulfills this purpose by investing in a project that enables the formation of critical citizens, aware of how to face the world. The result of this research is a case for teaching "CEZA: a Changing Initiative" that presents the experience developed by the organization, the outputs found and proposals for improving the work that is already being done in order to overcome the existing weaknesses. It has been concluded that the proposed strategies presented to the CEZA organization, will aggregate value in this process, influencing the previously work done, bringing a new action aimed to produce an education for the effective exercise of citizenship of children, adolescents, their families and perhaps, of the community, contributing to achieve the desired citizenship beyond the paper.

Keywords: Citizenship, Democracy, Participation, Protagonism, Social Issue, Third Sector, Social Management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADSCCL	Associação Cultural e Recreativa dos Cinco Lugares
ARPP	Análise Racional das Políticas Públicas
CASES	Cooperativa Antônio Sérgio para a Economia Social
CEZA	Centro de Ação Comunitária Zilda Aranha
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CF	Constituição Federal
CRIA	Centro de Referência Integral de Adolescentes
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GAFE	Grupo Aprender em Festa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SUS	Sistema Único de Saúde
TGS	Tecnologia de Gestão Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A CIDADANIA EM SUA ESSÊNCIA CONCEITUAL	18
2.1	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL	18
2.1.1	A Política e a Democracia no Brasil a partir da Nova República: Um pouco de História	18
2.1.2	Cidadania: Uma concepção em discussão	25
3	A EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL	33
3.1	A POBREZA NO CONTEXTO DA QUESTÃO SOCIAL.....	33
3.2	AS POLÍTICAS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL	37
3.2.1	O Papel das Políticas Públicas na Efetivação de Direitos	40
3.3	A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NESTE CONTEXTO	45
4	A AÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA REALIDADE BRASILEIRA	57
4.1	OS DESAFIOS DA GESTÃO SOCIAL	62
4.1.1	Os Desafios do Trabalho com Criança e Adolescente	65
4.2	O CEZA EM FOCO	70
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	78
6	RESULTADOS DA PESQUISA	86
6.1	RESIDÊNCIA SOCIAL AMPLIANDO HORIZONTES	96
6.2	PROPOSTAS DE UM NOVO FAZER.....	100
7	IMPACTOS	105
8	CONCLUSÕES	106
	REFERÊNCIAS	112
	APENDICE A – Roteiros de Entrevista	118
	APENDICE B – Roteiro da Ação de Pesquisa	121
	APENDICE C – Roteiros de Questionário	126
	APENDICE D - Tabulações dos Questionários de Pesquisa em Excel	128
	APENDICE E - Caso para Ensino	132
	ANEXO A – Estatuto do CEZA	147
	ANEXO B – Organograma Institucional do CEZA	159
	ANEXO C – Mapas de Localização do CEZA	160
	ANEXO D – Fotos do CEZA	161

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção serão apresentados o problema de pesquisa, contextualizando-o em meio à realidade estudada, os objetivos do projeto de pesquisa e a justificativa, a qual, ressalta a contribuição do tema para o conhecimento e para o desenvolvimento de uma tecnologia de gestão social, bem como a metodologia utilizada e apresentação dos capítulos para discussão da temática.

Nos dias atuais muito se tem falado acerca do investimento em cidadania, tornando-se comum a defesa dos direitos humanos, a erradicação da pobreza e exclusão social, dentre outros elementos de um discurso com pouca efetividade em ação eficaz. Não obstante, a conjuntura atual tem apresentado um quadro cada vez mais preocupante no que se refere às disparidades sociais e a agudização da questão social, tornando muito complexa esta realidade, o que compromete os direitos e as condições de vida, afetando, por conseguinte, o exercício da cidadania. A escassez de oportunidades forjou no sistema social vigente um apelo veemente para inserção no mercado competitivo, conspirando, desta forma, a favor da exclusão daqueles que não têm condições para competir e sobreviver ao jogo econômico. O princípio que rege este sistema é a livre concorrência que estimula na sociedade, o individualismo e a defesa dos interesses pessoais, rechaçando as questões coletivas. Vê-se a constituição de uma sociedade cada vez mais desigual que cria um abismo entre os que têm alto poder aquisitivo e aqueles que não têm condições mínimas de sobrevivência e bem-estar, reproduzindo-se a vulnerabilidade e exclusão social como algo normal, opondo-se ao sentido de exercício da cidadania, entendido amplamente até no senso comum como consciência individual e coletiva, na busca de uma sociedade justa e igualitária por meio de um conjunto de direitos e deveres, assegurados indistintamente.

Em meio a este quadro, crianças e adolescentes em situação de pobreza, muitos até privados de direitos básicos que lhe forneceria os subsídios para reconhecer-se cidadão e exercer a cidadania de forma inovadora e plena, como preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no papel. As diversas metas acordadas internacionalmente, a exemplo da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apontam para a relação entre desenvolvimento e direitos humanos, destacando dentre outros aspectos, o atendimento às necessidades especiais desse segmento da população, se

perfazendo um desafio a tradução desses compromissos em políticas efetivas que respeitem as particularidades da criança e adolescente, dando opções de vida a estes.

Mediante este contexto, se torna muito difícil para a criança e o adolescente em situação de pobreza compreender o ser cidadão e seu próprio reconhecimento em tal posição. Neste sentido, considerando que o Estado não consegue chegar em muitos locais para suprir algumas necessidades e alcançar objetivos públicos, cada vez mais tem ocorrido ações da sociedade civil e de grupos da iniciativa privada para suprir esta lacuna. Apesar das inúmeras iniciativas que visam colaborar com este segmento populacional na construção de sua cidadania e educação para tal exercício, apenas algumas parcelas são contempladas, levando aqueles que atuam na área a questionar a eficácia de sua ação, face à amplitude do problema, motivo pelo qual foi escolhido o Centro de Ação Comunitária Zilda Aranha (CEZA) para o presente estudo de caso, analisando sua atuação e possibilidades efetivas para as crianças e adolescentes com as quais trabalha, o que será melhor explicitado no decorrer deste trabalho.

Preliminarmente, cabe contextualizar a escolha do objeto de estudo, pois o CEZA se constitui uma dessas iniciativas, cuja origem se deu com um grupo de pessoas comuns, vinculados a uma igreja batista localizada em um bairro de classe média do município próximo de Lauro de Freitas que eventualmente fazia trabalhos sociais na região de Estiva de Buris, comunidade localizada em Abrantes, distrito de Camaçari, no estado da Bahia. Conhecendo esta realidade, este grupo começou a pensar e discutir acerca da possibilidade de fazer algo diferente e de caráter permanente neste território, não se resumindo a trabalhos pontuais com pouca efetividade na vida da comunidade, iniciando assim um processo de organização social no sentido de uma ação organizacional para cumprir estes fins na qual houvesse uma gestão comprometida com o social. A grande preocupação deste grupo era com crianças e adolescentes em situação de risco com famílias em vulnerabilidade social, à mercê da marginalidade por falta de perspectivas, então iniciaram um trabalho para a promoção do aprendizado de diferentes vertentes do saber e projetos pedagógicos para fomentar a formação cidadã e o exercício da cidadania desta parcela da população local.

Com estas ideias, começaram a envidar esforços no sentido de viabilizar os planos, buscando parceiros, recursos e a ajuda de profissionais voluntários para a elaboração e execução do projeto. Nesse processo, ficou evidente desde a formação, a materialização das diversas práticas de reciprocidade e solidariedade.

Empenhados em trazer novas perspectivas para as famílias e, sobretudo, para as crianças e adolescentes da região, estabeleceram um plano de ação com diretrizes e metas. A organização

se caracteriza como uma instituição sem fins lucrativos que tem como principal objetivo contribuir para minimizar o impacto das carências sociais da comunidade onde está inserido, visando a formação de cidadãos responsáveis, conscientes, produtivos, participativos e solidários, por intermédio da prestação de serviços comunitários, pretendendo ser reconhecida pela colaboração para transformar a realidade local, ou seja, se constitui uma tentativa de enfrentamento e superação das condições sociais adversas como ator estratégico.

Do ponto de vista social e político tais iniciativas podem representar a conformação a partir do momento em que a sociedade civil começa a se organizar para suprir as lacunas deixadas pelo Estado no cumprimento dos deveres para com a população, isentando-o de suas responsabilidades ou pode se constituir um movimento de superação para fomento à consciência crítica e participação, a depender do direcionamento dado à atuação da organização. Há, portanto, que se ter atenção, pois faz parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, o chamado Estado mínimo, no qual este se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, encolhendo suas responsabilidades sociais e transferindo-as para a sociedade civil, como pontua Dagnino (2004). A autora ainda afirma que a participação de uma sociedade civil ativa e propositiva são requisições tanto do projeto neoliberal quanto do projeto democratizante, cada um com seu propósito. Assim, há um grande risco na atuação de organizações da sociedade civil, de tender a fortalecer um projeto político contrário aos interesses democráticos e de ampliação efetiva da cidadania, mesmo que não intencionalmente, caso não estejam atentos a esse aspecto.

Segundo dados de pesquisa da própria organização realizada no início de 2008, Estiva de Buris, local específico onde se situa o CEZA, é zona periférica do distrito, tem inúmeras carências, portanto, vitimado pela violência e criminalidade, deixando seus habitantes, cerca de 30.000 pessoas, em situação de risco e vulnerabilidade pelas condições socioeconômicas precárias, contribuindo para a degradação da qualidade de vida. Por ser extremamente carente, falta aos seus moradores as condições básicas de subsistência, é alto o índice de desemprego, muitos estão no mercado informal de trabalho, a escolaridade é muito baixa, as perspectivas de melhoria são mínimas e, no mesmo nível, a autoestima de seus moradores. Como na maior parte da periferia de Salvador e região metropolitana, o tráfico de drogas domina, usando parcelas da população local para o desenvolvimento de suas atividades ilícitas, inclusive iniciando crianças e adolescentes na marginalidade e no crime, aumentando em muito o índice de violência.

É aí que o CEZA entra em ação, ocupando o tempo ocioso da criança e adolescente com atividades saudáveis ao seu desenvolvimento, evitando que estes passem na rua o período

oposto ao turno da escola, realizando oficinas socioeducativas, de música, de artes e afins para a promoção do aprendizado de diferentes vertentes do saber e projetos que proporcionam o crescimento intelectual dos mesmos. Além disso, promovem cursos e palestras para as diversas faixas etárias da população que podem vir a auxiliar na renda das famílias e criar um perfil empreendedor nos alunos. O desafio que a organização em foco hoje se coloca é criar alternativas para seu próprio sustento, ampliar o número de pessoas beneficiadas com seu trabalho, envolver as famílias em parceria e impactar de forma mais efetiva a comunidade.

Nas circunstâncias postas, indaga-se: Quais estratégias de tecnologia social contribuiriam para o fortalecimento do exercício da cidadania das crianças e adolescentes atendidos pelo CEZA e respectivas famílias, sem acesso a direitos básicos, visando ao enfrentamento da vulnerabilidade e situação de pobreza?

Os objetivos estabelecem a direção da pesquisa, explicitando seus propósitos. Aqui estabeleceu-se como objetivo geral propor estratégias viáveis com as quais o CEZA ou qualquer outra organização de mesmo perfil poderá trabalhar questões relativas à educação para o exercício da cidadania, participação, estímulo à consciência crítica e protagonismo social das crianças, adolescentes e respectivas famílias. Para tal, como objetivos específicos, buscou-se conhecer o trabalho do CEZA e como vem sendo desenvolvido, identificando as possibilidades de melhoria no processo de educação para o exercício da cidadania da criança, do adolescente e das respectivas famílias, realizado pelo CEZA; discutir com os atores envolvidos, a saber, pais, colaboradores e as próprias crianças e adolescentes, como a ampla participação destes poderia contribuir no processo de gestão da organização, otimizando os benefícios para as crianças, adolescentes e, por conseguinte, para as famílias; e ainda, elaborar um caso para ensino contendo toda a experiência do CEZA, constatações da pesquisa e as estratégias propostas.

Ao se falar em cidadania neste trabalho remonta-se ao que Faleiros (1986) aponta em se tratando do conceito de cidadão, como aquele indivíduo que tem os direitos reconhecidos, mas tem igualmente a possibilidade de participar sobre a definição destes. Neste sentido, a educação para a cidadania aqui é entendida como o preparo, ou seja, o fornecimento de elementos de reflexão para instrumentalizar tais indivíduos quanto às diversas possibilidades do ser cidadão e do exercício da cidadania. Entende-se que um estudo como este se inicia pela reflexão acerca da possibilidade destas crianças, adolescentes e suas famílias se perceberem como cidadãos sujeitos de direitos, capazes de construir coletivamente alternativas de enfrentamento das condições adversas e a busca por instrumentalizá-los neste sentido, tomando como ponto de

partida nesse processo educativo para a cidadania os direitos humanos que precedem aos próprios direitos fundamentais garantidos constitucionalmente e tantos outros direitos deles decorrentes, tais como os direitos sociais, políticos e civis.

Para a presente investigação optou-se pela pesquisa qualitativa por possibilitar o entendimento da complexidade da temática, cuja simples análise e busca de dados numéricos não permitiriam compreender a magnitude da questão social que envolve o problema em tela. A relevância da pesquisa qualitativa se revela quando, conforme Flick (2004, p.18), se constata que

a mudança social acelerada e a conseqüente diversificação de esferas de vida fazem com que os pesquisadores sociais defrontem-se, cada vez mais, com novos contextos e perspectivas sociais; situações tão novas para eles que suas metodologias dedutivas tradicionais – questões e hipóteses de pesquisa derivadas de modelos teóricos e testadas sobre a evidência empírica – fracassam na diferenciação de objetos. Conseqüentemente, a pesquisa é, cada vez mais, obrigada a utilizar estratégias indutivas: em vez de partir de teorias para testá-las, são necessários “conceitos sensibilizantes” para abordagem de contextos sociais a serem estudados.

A abordagem metodológica escolhida foi estudo de caso, considerando que, conforme assevera Yin (2010), é o mais indicado no exame dos eventos contemporâneos e no respectivo contexto de vida real quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, assim como os limites entre o evento e o contexto não são evidentes. Segundo Roesch (1999) ainda, é especialmente adequado ao estudo de processos, estudando fenômenos em vários ângulos. Foi escolhido um caso único e especificamente o CEZA como território estudado, dada a riqueza de possibilidades que representa e à necessidade de potencialização do trabalho com os usuários dos serviços.

Esta abordagem foi escolhida devido à capacidade deste método de lidar com uma ampla variedade de evidências (entrevistas, documentos e observações), se verificando sua pertinência para o alcance dos objetivos desta pesquisa ao examinar uma dada realidade tão complexa como a que se apresenta e instrumentalizando o desenvolvimento da TGS proposta que é a sistematização de um Caso para Ensino contendo compilação de sugestões a serem implementadas na organização com os atores envolvidos em dada realidade, no intuito de contribuir para as reflexões acerca da educação para o exercício da cidadania com esta parcela da população, contendo toda a experiência no CEZA com as respectivas potencialidades e fragilidades, bem como análises e reflexões acerca do que foi constatado em pesquisa. O conteúdo desta TGS poderá ser útil para a própria organização otimizar o trabalho que

desenvolve, para a comunidade que transversalmente usufruirá das melhorias, assim como também para estudantes, profissionais e qualquer organização que trabalhe com crianças, adolescentes e/ou respectivas famílias de comunidades em situação de pobreza, vulnerabilidade e/ou exclusão social, dada a similaridade das condições.

As técnicas metodológicas, a estratégia de análise, bem como todo o desenho metodológico utilizado será explicitado posteriormente, em seção própria.

O presente trabalho de dissertação será composto por sete capítulos abarcando esta introdução e finalizando com as conclusões. No segundo capítulo será abordado o tema Cidadania em sua Essência Conceitual, fazendo inicialmente uma breve retrospectiva sobre o Estado Democrático de Direito no Brasil a partir da Constituição de 1988, em seguida adentrando no conceito de Cidadania enquanto Concepção em Discussão.

O terceiro capítulo traz à baila o tema A Expressão da Questão Social, ponderando sobre a pobreza e algumas de suas implicações nesta conjuntura que impactam diretamente no exercício da cidadania, bem como de que forma as políticas sociais fazem este enfrentamento, o papel das políticas públicas na efetivação de direitos e exercício da cidadania, analisando sequencialmente a situação da criança e adolescente neste contexto.

O quarto capítulo discorre sobre a A Ação do Terceiro Setor na Realidade Brasileira discutindo sobre Os Desafios da Gestão Social e, mais especificamente, do Trabalho com Crianças e Adolescentes na Educação para a Cidadania. Neste há um foco mais preciso no CEZA, descrevendo com maiores detalhes a organização, sua forma de funcionamento, trabalho, histórico e o contexto onde está inserido.

O quinto capítulo apresenta toda a trajetória metodológica da pesquisa realizada em suas respectivas fases e processo de análise de conteúdo.

No sexto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa e constatações, a experiência da Residência Social em Portugal buscando modelos de gestão social que pudessem ser replicáveis na realidade do CEZA e propostas para serem implementadas na organização que culminará com o Caso para Ensino, como TGS proposta, que poderá ser encontrado na seção de apêndices.

Em seguida são expressos, no sétimo capítulo, os impactos do presente estudo de caso e os resultados personificados nas propostas de melhoria para a organização objeto do estudo, caso sejam implementadas, no que toca cada ator envolvido.

Finalizando, ratifica-se nas conclusões a relevância do tema, algumas considerações acerca do que foi discutido no trabalho, o problema, a justificativa, os objetivos alcançados, analisando o processo da pesquisa no que tange às limitações, desafios, possíveis contribuições e sinalizando eventuais lacunas para futuras pesquisas.

2 A CIDADANIA EM SUA ESSÊNCIA CONCEITUAL

Para o entendimento conceitual da cidadania em sua essência, necessário se torna uma breve e panorâmica retrospectiva sobre o Estado Democrático de Direito no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 (CF) dada a sua relevância para a temática em tela, representando um marco e um ponto de reflexão na trajetória política do Brasil.

2.1 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL

Nesta seção será feita inicialmente uma contextualização histórica acerca da política e processo democrático no Brasil para então adentrar no tema cidadania, propriamente dito.

2.1.1 A Política e a Democracia no Brasil a partir da Nova República: Um pouco de História

É cediço que o Brasil viveu um considerável período de ditadura militar (1964-1985). Não obstante a repressão, a ditadura militar instaurada aqui não se assemelhou a uma ditadura fascista clássica e não conseguiu conquistar uma hegemonia real na sociedade civil. A fim de obter um consenso mínimo, suportou a existência do parlamento, mesmo incipiente, e um partido de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que conseguiu formar uma frente antiditatorial. Ainda assim, não conseguiu o apoio pleno das bases populares para a legitimação da ditadura, ainda que amplamente aceito. A partir da crise do milagre econômico, perdeu todas as bases de consenso, desencadeando uma crise de legitimação, o que fortaleceu a sociedade civil, tendo esta um papel fundamental no processo de redemocratização. Faltou, contudo, muito para socializar amplamente a política, para construção do protagonismo das massas, fortalecendo a sociedade civil brasileira. A Nova República foi fruto de muita pressão popular associada a articulações de cima, mas o resultado não necessariamente seria a criação de uma democracia plena com a participação das massas; poderia ocorrer também a restauração do velho liberalismo elitista e excludente, agora com as vestes modernas do liberal corporativismo, embora a Constituição de 1988 representasse o maior avanço já apresentado

por um texto constitucional, indicando a direção da democratização e da moralização da gestão pública, como diziam muitos estudiosos. Consoante Sader,

foi um período de fortalecimento do movimento social e do campo popular, em que houve a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além da mobilização popular que precedeu a Assembleia Constituinte – uma expressão da força então adquirida pelo movimento democrático. A campanha pelas eleições diretas, as mobilizações sindicais e dos trabalhadores sem terra revelavam como a luta de resistência à ditadura mantinha a iniciativa com grande respaldo popular. As mobilizações populares no Brasil em torno das eleições diretas para presidente da República trouxeram uma força surpreendente. A derrota do projeto almejado, porém, abriu caminho para um novo pacto da elite, em que tanto setores da oposição quanto outros originários da ditadura se uniram para escolher, em 1985, o mineiro Tancredo Neves como seu candidato, considerado mais moderado que Ulysses Guimarães – na ocasião o líder da oposição democrática. Tancredo Neves foi apoiado por José Sarney, que, até pouco tempo antes, presidia o partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Configurou-se desse modo a natureza da democracia nascente: um híbrido entre o novo e o velho. (SADER, 2010, p.22-23)

Existe o entendimento de que tenha ocorrido na Nova República a configuração de um Estado mínimo, subsidiário do plano econômico e coadjuvante no processo de desenvolvimento almejado à época, atribuindo-se ao mercado este papel. Os anos 90, segundo Nogueira (1998), foram marcados por uma espécie de “desconstrução” do Estado num processo de submissão deste aos imperativos da globalização, da revolução tecnológica que prescindia de mão de obra e de certa desresponsabilização, podendo tudo ser feito por meio de organizações não governamentais, do terceiro setor, de empresas privadas e de segmentos sociais. Passou-se a falar muito em reforma do Estado e na revisão de suas relações com a sociedade civil, das funções e práticas estatais, bem como das instituições políticas, se referindo também à democracia, à refundação de pactos e consensos societários, à participação, cidadania e valorização das instituições representativas, conforme menciona Nogueira (1998), concentrando o debate na polêmica dicotomia entre a negação do Estado defendida pelos neoliberais e o fortalecimento do Estado defendido pela esquerda.

Em relação ao processo democrático, após o período de transição do governo de José Sarney que fora repleto de fracassos nos planos de estabilização, agravamento da crise e marcado por uma democratização limitada à esfera político-institucional, não assumindo caráter econômico, social e cultural, ocorreram as primeiras eleições presidenciais depois de um longo período sem esta prática, se refletindo nestas as nuances do sistema político brasileiro, as manobras das elites políticas e as diversas matizes ideológicas da sociedade brasileira.

Como o debate político nas campanhas eleitorais versavam mais em torno de críticas, o projeto político de cada candidato não era bem conhecido e o resultado das urnas demonstrou a polarização ocorrida entre os candidatos Collor e Lula, ambos representantes de partidos não tão expressivos no cenário nacional, portanto, expressão da insatisfação com as grandes estruturas partidárias brasileiras, conforme analisa Nogueira (1998). O vencedor foi Collor, não demorando muito a revelar sua vinculação com a antiga prática autoritária por intermédio de medidas provisórias e econômicas acompanhadas do discurso de livrar o país da crise, fechando espaço para negociações e direcionando o processo de transição democrática para o autoritarismo com nova roupagem, quando na verdade o desejo da nação seria de consolidação do regime democrático com revisão política e governamental. O princípio que embasava todas essas medidas era da política reformista neoliberal, privilegiando o mercado para reger a economia pela desqualificação do Estado, mas por outro lado, havia defesa do Estado intervencionista que supostamente velaria pelos interesses gerais. A conduta adotada aumentou a distância entre sociedade civil e Estado, culminando no *impeachment* mediante os escândalos de uso indevido e ilícito dos recursos públicos, trazendo à tona o tema ética na política.

Em seguida os debates se acaloraram em torno do plebiscito que concentrou suas contendas em torno da decisão sobre forma e sistema de governo a ser adotado, mas as discussões pouco acrescentaram à educação da cidadania.

A perspectiva de uma reforma política forte acabou assim por ser o grande legado do plebiscito, opção para que se mergulhasse no campo da construção democrática, da reinstitucionalização do país, da consolidação de valores éticos e políticos superiores. (NOGUEIRA, 1998, p.146)

O tema da reforma política passou a sobressair como sinônimo do processo de construção do regime democrático necessário ao país. A Constituição de 1988 trouxe avanços nas liberdades civis e direitos sociais, mas não na esfera política, nem instituiu claramente um regime de democracia social avançada. Movimentos foram feitos em função de uma reforma política do Estado, mas a lógica da globalização e da nova hegemonia que se mantinha no país impedia tal processo, o que fora reforçado com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que envidou esforços no combate à inflação, estabilidade econômica, privatizações, enfraquecimento do Estado, abertura econômica, precarização das relações de trabalho e na reeleição, de acordo com Nogueira (1998). O direcionamento dado permaneceu na linha do neoliberalismo, ou seja, descentralizar a gestão, transferir a responsabilidade para a sociedade e para o terceiro setor, assim como também reduzir o déficit público. A esquerda não apresentava uma proposta de modelo econômico. Parecia não saber transformar sua capacidade

de mudança em ação política, e o discurso versava em torno da ética na política e nas políticas sociais, apresentando apenas uma postura defensiva, porém, a resistência popular colocou limites à plena realização dos projetos neoliberais, de acordo com Sader (2010).

A crise no país veio se aprofundando e esvaziando cada vez mais o espaço político, considerando que as instituições políticas ficaram desacreditadas, passando-se a apostar muito mais nos movimentos sociais e na sociedade civil, numa visão dualista de política como mal e sociedade civil como bem, conforme pondera Nogueira (1998). Este autor analisa que hoje no Brasil existe uma sociedade civil, tal como imaginada por Antonio Gramsci, ou seja, “uma rede de organismos privados com os quais e através dos quais os grupos e classes sociais travam a batalha pela hegemonia” (NOGUEIRA, 1998, p. 216).

Continuando essa batalha pela hegemonia no processo de redemocratização no Brasil, a eleição de Lula em 2002 resultou do fracasso e rejeição do governo FHC, da resistência dos movimentos populares e da capacidade política dele em articular esses fatores ao seu favor, conforme leitura de Sader (2010). O governo Lula optou por um modelo dito de transição sem fazer a ruptura com a política neoliberal de FHC, como queria a ala mais radical do PT e teve um caráter de contradição porque manteve elementos da política de governo anterior (política econômico-financeira e agrícola), adotando políticas sociais e política externa inovadora.

Segundo Sader (2010), as camadas populares escolheram um governo vinculado a si, que expressava suas contradições e do momento político vivenciado, havendo momento de estremecimento na relação entre o povo e o governo por ocasião da reforma da Previdência, quando o governo se chocou com os movimentos sociais organizados devido ao freio dado em favor da estabilidade monetária em detrimento das políticas sociais; em seguida foi em 2005 quando houve ameaça de *impeachment* pela acusação de compra de apoio de aliados. Com a ampliação das políticas sociais a crise foi superada e a reeleição garantida. A grande esperança que existia sobre o governo Lula é que se constituísse a saída do modelo neoliberal e o início da real construção de um país democrático econômico, social, política e culturalmente, na análise de Sader (2010).

Consoante Corsi (2015), o governo de Dilma Roussef, sucessora de Lula, manteve as contradições do seu antecessor, mas adotou algumas medidas econômicas, porém, sem reduzir os gastos com os programas sociais, responsáveis pela melhoria nas condições de diversas famílias. Não obstante, a economia sofreu uma desaceleração e o país entrou em crise com volta da inflação, aumento do desemprego e fortes pressões dos mais diversos grupos no

país. Uma avalanche de movimentos sociais bastante heterogêneos foi desencadeada reivindicando melhoria nos transportes urbanos, na educação, na saúde e pelo fim da corrupção no setor público, mediante inúmeros escândalos. O período é marcado pelo agravamento progressivo da crise econômica e política, pressões de diferentes setores das classes dominantes e do capital financeiro global, queda vertiginosa de popularidade, discurso desenvolvimentista mas com estagnação do crescimento das indústrias, foco na distribuição de renda e expansão do mercado interno, manutenção da política macroeconômica neoliberal, aumento dos escândalos de corrupção, culminando no seu afastamento e abertura do processo de *impeachment*, portanto, mantendo as contradições desde o início do governo. Além disso, a prometida reforma política, tão necessária para a verdadeira redemocratização do Estado brasileiro, este com forma oligárquica e autoritária segundo os partidários de esquerda, fora adiada constantemente.

Segundo Sorj (2001), o Brasil tem uma tradição patrimonialista desde sua origem na colonização portuguesa. Entende-se patrimonialismo, contemporaneamente, como a apropriação privada pelos políticos, funcionários públicos ou setores privados, dos recursos do Estado para benefício próprio e de determinados grupos em detrimento de outros, refletindo as desigualdades sociais e agredindo os valores da justiça, igualdade e da convivência democrática. No que concerne à reforma política, assevera ainda:

Talvez o principal obstáculo à reforma do Estado seja seu condicionamento a uma reforma política que enquadre os representantes do povo e os partidos políticos dentro de normas que limitem a apropriação patrimonialista de recursos públicos, eliminando a possibilidade de intervenção político-partidária nas dimensões operacionais da administração pública e das agências reguladoras. (SORJ, 2001, p.76)

O autor supramencionado pode estar certo ou não, mas o inequívoco é a existência de diversos grupos na sociedade com interesses distintos, buscando a supremacia. Mediante o quadro, a luta por hegemonia permanece árdua e a ameaça à consolidação do processo de redemocratização no Brasil se faz presente.

Ora, no caso brasileiro, isso significa que a consolidação da democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa “democracia de massas”, deve ser considerada ponto de partida e, ao mesmo tempo, condição permanente de nosso caminho para um socialismo democrático. (COUTINHO, 1989, p. 135)

Numa democracia cabe ao cidadão opinar e decidir sobre os rumos do Estado, mas a complexidade da sociedade moderna tem demonstrado que a eleição de representantes para

expressar sua vontade na administração pública por meio do voto, considerado o principal mecanismo de exercício da democracia, não é suficiente. É cediço que isso não é garantia de democracia ou de exercício de cidadania. Faz-se necessária a participação para conquista da hegemonia, formando um sujeito coletivo capaz, organizado e com disposição para mudança. Tal assertiva se confirma na realidade brasileira, na qual se vê que a democracia eleitoral não trouxe garantia de democracia social, traduzida em igualdade étnica, emprego, saúde, lazer e moradia, dentre outros aspectos, o que torna incipiente a democracia no Brasil dada a exclusão social e econômica, a desigualdade social e a violência difusa, tal como assevera Cremonese (2010).

Ivo (2001) coloca que o ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, capazes de realizar escolhas entre as alternativas postas pelas diversas forças políticas e interessados em participar das mais diversas formas, direta ou indiretamente.

Numa democracia real são respeitados os desejos da maioria. Assim, o voto é considerado o principal mecanismo de participação nas sociedades democráticas, pois todo cidadão em um Estado democrático tem tanto o direito de votar no candidato que preferir, como de se submeter ao voto da população ao candidatar-se a cargos públicos. A participação, porém, não se resume a isso, nem significa filiação a um partido político ou exercício profissional da política. Além do voto existem muitas maneiras do cidadão exercer a sua participação na democracia, porém a falta de informação e de acesso a direitos restringe a visão ampla acerca do exercício da cidadania e impede que os indivíduos se vejam como protagonistas da história. Daí, muitas vezes, seu nível de participação é passivo, sem engajamento e assunção de responsabilidades.

O Brasil, por princípio constitucional, adota uma forma democrática de governo, porém, não garante efetivamente o exercício pleno da cidadania e, culturalmente, não estimula o protagonismo social e político por interesses óbvios de manutenção do poder em grupos privilegiados, embora formalmente, haja a garantia dos canais de participação na previsão legal.

Para Avritzer (2004), a democratização já não é mais o momento de transição, é o processo permanente e nunca inteiramente acabado de concretização da soberania popular, portanto, está incessantemente em construção e reconstrução em diversos momentos num movimento de ir e vir constante.

Voltando para a análise histórica geral, nesse processo de reconstrução da teoria crítica,

o conceito de esfera pública representou um elemento central, ou melhor, um divisor de águas entre a indústria cultural e a teoria democrática contemporânea, por estabelecer uma esfera para interação legal de grupos, associações, movimentos e a possibilidade de uma relação argumentativa crítica com a organização política, no lugar da participação direta. “Dessa forma, abriu-se espaço para uma nova forma de relação entre racionalidade e participação” (AVRITZER, 2004, p. 706). Ao mesmo tempo, essa mudança gerou tensão entre autonomia da crítica cultural, com a infiltração mútua das esferas pública e privada e a perda de autonomia do campo cultural. Assim, os grupos sociais passaram a reivindicar o direito de ter conhecimento sobre o que o Estado faz e a ter acesso à prestação pública de contas. Tal demanda serviu para conferir um caráter público às relações entre Estado e sociedade.

O espaço público, dessa forma, passou a fazer a mediação necessária entre a sociedade civil e o Estado e o sistema político. Por outro lado, é preciso reforçar que para ter a necessária representatividade, os grupos devem se pautar em demandas coletivas e prioritárias, o que é reforçado pelo pensamento de Habermas (1990 apud AVRITZER, 2004), quando afirmou que a fonte de legitimidade política é o resultado do processo comunicativo de formação da opinião e da vontade coletiva, não da vontade individual dos cidadãos.

Relacionado ao raciocínio que aqui vem se delineando, cabe aqui destacar para embasamento, as duas áreas de investigação da teoria social que foram desenvolvidas a partir do conceito de esfera pública de Habermas (1990 apud AVRITZER, 2004): a teoria sobre movimentos sociais e sociedade civil e os estudos dos meios de comunicação de massa. A primeira, inspirada na ideia de desenvolvimento de uma esfera dialógica e interativa a qual pertencem os movimentos sociais, possibilitando a discussão de novas questões e o estabelecimento de novos fluxos de comunicação. A segunda, levantando uma suposição de que há semelhança entre o consumo de bens materiais e culturais, separando os interesses vinculados à economia doméstica e à subjetividade.

No contexto democrático, em que os processos espontâneos de opinião são considerados nas instâncias decisórias, os fluxos comunicativos são canalizados pelo conjunto de associações voluntárias, desvinculadas do mercado e do Estado, denominada sociedade civil. Cabe, portanto, a esses atores um duplo papel, já que são responsáveis pela preservação e ampliação dos canais de comunicação, assim como por canalizar os problemas da vida cotidiana levando-os para a esfera pública e apresentando contribuições para a busca por soluções. Ao mesmo tempo em que fornecem maiores informações, esses grupos têm a missão de pressionar os poderes em favor de determinadas políticas, ocorrendo aí, a mobilização, a participação social

efetiva e o exercício da cidadania, acima mencionados.

Hodiernamente, vive-se em uma sociedade na qual o homem é somente um acessório político, usado quando do interesse de políticos profissionais à época do sufrágio universal, ou seja, não exerce sua essência política, pois o maior foco está na luta pela sobrevivência diária do ponto de vista econômico. Democracia pressupõe que toda a população tenha acesso aos direitos sociais, à saúde, educação, segurança, lazer e bem-estar, mas isso não ocorre, sendo necessário o enfrentamento das desigualdades sociais, da concentração de renda nas mãos de poucos e da exclusão, por intermédio do fomento à participação cidadã para promoção de uma vida digna para todos.

2.1.2 Cidadania: Uma concepção em discussão

A palavra cidadania provém do termo latino *civitas*, mas a origem está ligada às civilizações greco-romanas, remetendo a noções de liberdade e igualdade, o que pode ser constatado na história. Há registros que o auge da democracia grega se deu em Atenas no século V a.C., época na qual se desenvolveu as concepções de democracia e cidadania, conhecido como o século do ouro, ou o século de Péricles, em homenagem a um dos maiores estadistas da antiguidade, que introduziu conceitos como *Isonomia* (igualdade de todos os cidadãos perante a lei), *Isegoria* (direito que todo cidadão tem da palavra, de se expressar) e *Isotimia* (abolição das funções e cargos hereditários, dando assim possibilidade de todo o cidadão ocupar qualquer cargo). No que tange à cidadania, porém, o conceito de Péricles era muito restrito e este foi acusado de praticar o racismo na democracia ateniense ao instituir que para ser considerado cidadão o indivíduo tinha que ser do sexo masculino, filho de pai e mãe atenienses e que este cidadão também deveria ter nascido em Atenas, segundo Wolff (2003).

Com o fim das civilizações clássicas, afirma Cremonese (2010), a cidadania ficou esquecida, sendo retomada no período medieval, com a incorporação de novas dimensões à ideia de liberdade e passando o burguês a ser o padrão de cidadão, ou seja, a cidadania se restringia a uma minoria burguesa. O autor acrescenta ainda que o homem moderno passou a ver nas Constituições, após as revoluções liberais, a defesa de direitos individuais, tais como vida, liberdade e propriedade. Estes direitos individuais, porém, garantidos a uma minoria face às desigualdades sociais do liberalismo que segue uma lógica de mercado, fazendo com que se

consolide uma cidadania neste formato.

Há várias concepções diferentes de cidadania, algumas até opostas, não havendo um conceito unívoco. Essas diferentes concepções fomentam discussões e trazem em si as diversas ideologias nas quais se fundamentam, pelo que Sorj afirma:

A cidadania refere-se sempre a uma forma particular de pertencer a uma comunidade e de acesso a uma série de direitos. Esta pode significar, por exemplo, na tradição grega, o direito de participar ativamente na vida comum da cidade; no mundo romano, o acesso a certos privilégios jurídicos e políticos; na Idade Média, o governo autônomo das cidades; na tradição anglo-saxônica, a igualdade diante da lei que protege a propriedade e a liberdade individual; ou a soma desses componentes a valores substantivos de justiça social, tais como apresentados nos ideários da revolução francesa ou russa. (SORJ, 2001, p.25)

Consoante Carvalho (2001), lastreado no pensamento de T. A. Marshall (1949), que primeiro discutiu o conceito de cidadania e respectivas dimensões no ensaio clássico *Cidadania e Classe Social*, publicado em 1949, cidadania pode ser entendida como o conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Os civis referem-se, dentre outros, às garantias da vida em sociedade, tais como os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei e à justiça acessível e imparcial; os políticos estão relacionados à participação do cidadão no governo da sociedade, com o exercício assegurado por meio da possibilidade de votar e ser votado, organizar partidos ou fazer manifestações políticas; e os sociais referem-se à garantia de participação na riqueza da coletividade, incluindo o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, aposentadoria e outros fatores indispensáveis para garantir condições dignas de vida. Esses três aspectos envolvendo o conceito de cidadania tem como esteio a justiça social.

Para o referido autor, são classificados como cidadãos plenos aqueles que são titulares efetivamente dos três direitos. Os que possuem apenas alguns dos direitos são chamados cidadãos incompletos e os que não possuem nenhum dos direitos são considerados não-cidadãos. Sorj (2001), particularmente, não concorda com esta suposta categoria de “sub” cidadão, pois entende que, embora o impacto seja desigualmente distribuído, todos sofrem de alguma forma seus reflexos e, em certa medida, são não cidadãos. Numa visão mais humana, ser cidadão é respeitar e participar das decisões da sociedade para melhorar suas vidas e da sociedade como um todo. Sob esta ótica, a cidadania consiste também em diversos gestos de respeito ao próximo e à coletividade.

Segundo Marshall (1949 apud CARVALHO, 2001), a ideia de direitos e de cidadania

são fenômenos históricos. Ao longo dos anos, a cidadania foi se constituindo atrelada ao aspecto ideológico e aos princípios dominantes, fazendo conexão com diversos temas em voga na sociedade, dentre eles o desenvolvimento, seja no sentido macro da realidade mundial ou micro quando tratado dentro de determinadas localidades, o que será discutido adiante em capítulo posterior.

Embora Marshall seja alvo de abundantes críticas, seu trabalho permanece como referencial clássico teórico fundamental para quem almeja começar a refletir acerca da cidadania na sociedade contemporânea (SAES, 2000 apud CREMONESE, 2010). Sorj (2001) assevera que Marshall parte da premissa de que mercado e cidadania se opõem na proporção que o mercado materializa a desigualdade econômica e a cidadania representa o ideal de igualdade, tendo sido este antagonismo superado com o desenvolvimento das diversas formas de cidadania. Acrescenta ainda que uma das críticas acima mencionadas se refere à linearidade do esquema e a generalização de um processo aplicável apenas às democracias ocidentais.

Neste pensamento, Marshall seguiu a lógica da trajetória inglesa, na qual primeiro vieram os direitos civis (século XVIII), depois os direitos políticos (século XIX) e por último, os direitos sociais (século XX), afirma Carvalho (2001). O Brasil, por exemplo, não seguiu essa lógica. Ainda segundo Carvalho (2001), duas diferenças merecem destaque: a primeira é que no Brasil os direitos sociais adquiriram maior destaque entre os direitos; a segunda é que aqui a sequência de aquisição dos direitos foi diferente, pois os direitos sociais precederam os demais. O autor analisa que um dos motivos para a dificuldade de construção da cidadania no Brasil se deve ao princípio colonialista de sua história, na qual se estabeleceu uma sociedade escravocrata, com uma economia de monocultura e latifundiária, um Estado Absolutista e uma população analfabeta, perfazendo um total de 322 anos do período colonial (1500-1822), no qual não havia poder público, Estado, nação e cidadania.

O autor ainda destaca que a construção da cidadania está relacionada essencialmente à construção de uma nação e de um Estado, ou seja, com a formação da identidade entre as pessoas e com a formação de uma nacionalidade, sendo o sentimento de pertença a uma nação um indicativo para a construção do Estado e sentir-se parte de uma nação e de um Estado é condição fundamental para a construção da cidadania. Analisa que no Brasil a formação do Estado precedeu a formação da nação, pois a independência do Brasil foi algo negociado entre a elite portuguesa e brasileira, intermediado pela Inglaterra mediante pagamento de indenização; antes não tinha como formar uma identidade própria e edificar uma nação devido à relação de dependência da colônia com Portugal. Enfim, tanto no período colonial quanto na

República Velha (1890-1930), a maioria da população ficou excluída dos direitos civis e políticos com um reduzido sentimento de nacionalidade, embora houvessem as resistências duramente reprimidas.

No período do Império e da República a participação política popular era muito restrita, sem organização política ou sentimento nacional consolidado, cabendo às elites o protagonismo e ao povo o papel de coadjuvante, muitas vezes sem um entendimento dos fatos. Além disso, a vida política brasileira é afetada, desde seus primórdios, por clientelismo, coronelismo, patrimonialismo, personalismo e populismo, tanto das instituições quanto das lideranças políticas, minando o sistema e as relações de poder, o que obstaculizam a construção da cidadania brasileira.

Vê-se no decorrer da história, em torno da década de 1930 os direitos sociais começaram a surgir, porém como concessão de governos centralizadores e autoritários, não como conquista. Na ditadura os direitos civis e políticos foram reduzidos, expandindo-se os direitos sociais. Com a promulgação da Constituição de 1988 houve avanços políticos, mas os direitos civis e sociais ainda são precários até os dias atuais. Essa breve retrospectiva histórica objetivou não só ratificar o afirmado por Carvalho (2001) de que no Brasil, diferente da lógica do modelo de cidadania apresentado por Marshall, a pirâmide ocorreu de forma inversa, ou seja, primeiro os direitos sociais, depois os políticos e civis, como também demonstrar a evolução do conceito de cidadania.

Na Carta de Direitos da ONU, de 1948, a proposta de cidadania é que,

todos são iguais sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabe o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna de ser homem.

Cabe aqui refletir que esta declaração não se efetiva na realidade deste país, no qual as desigualdades são gritantes, havendo uma real distância entre a igualdade formal e a realidade desigual que permeia todos os âmbitos da sociedade brasileira, sendo bastante complexa a conjuntura que contraria totalmente o expresso no papel, demonstrando que a cidadania é uma construção inacabada e pressupõe ainda muitas conquistas para se levar a efeito as previsões legais. De acordo com Sorj,

[...] o sistema de cidadania, entendida como um conjunto de direitos compartilhados em pé de igualdade pelos membros de uma comunidade

nacional, seja no Brasil uma realidade particularmente frágil e parcial. [...] Sem dúvida a cidadania no Brasil continuará a ser mais uma utopia que um conceito descritivo se não se cumprirem certas condições de igualdade social, especialmente em termos de acesso a bens coletivos, como educação, emprego e previdência. São condições para a participação ativa no mundo moderno, de inserção produtiva na vida social e do sentimento de pertencimento a uma comunidade com um destino compartilhado. (SORJ, 2001, p. 25-26)

Assim, a cidadania não se resume apenas aos direitos, pressupõe também deveres na sociedade na qual se vive, tais como, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, fomentar a existência dos direitos a todos, cumprir as normas, dentre tantos outros. Isso porque, na atuação de cada indivíduo há uma esfera privada, que diz respeito ao particular, e uma esfera pública, que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos, daí concluir que os direitos e deveres são o conteúdo básico do exercício da cidadania, mas não se resume a isso.

A cidadania efetiva só se realizará se houver a participação, a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da peleja em efetivar os direitos do cidadão, pois numa sociedade na qual a máxima é a exploração, quanto mais os indivíduos se acomodam e não reivindicam direitos ou não se organizam para estabelecer estratégias de superação, mais o sistema aviltará a todos eles. Tal afirmativa encontra guarida nas argumentações de Dagnino (2004), dentre outros, que prioriza os processos de luta pela construção da cidadania. A referida autora analisa que houve no Brasil um alargamento da democracia expresso na criação de espaços públicos, na crescente participação da sociedade civil nas discussões e decisões relacionadas com questões e políticas públicas, processo este consagrado na Constituição de 1988 como parte de um projeto democratizante e participativo com o fim de expandir a cidadania e aprofundar a democracia, cuja ação dos movimentos sociais exerceu papel fundamental.

O exercício da cidadania é mecanismo fundamental para a melhoria da vida em sociedade, sobretudo se garantindo o direito de reivindicar direitos e que o conhecimento disso se estenda a toda a população para que tenham consciência do que podem conseguir com sua mobilização. Aquiescendo com este pensamento, Pedro Demo afirma que,

cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos [...] No lado dos direitos, repontam os ditos humanos. No lado dos deveres, aparece sobretudo o compromisso comunitário e a corresponsabilidade. Cidadania pressupõe o Estado de Direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentoras inalienáveis de direitos e deveres. (DEMO, 2001, p.70)

É patente que a cidadania depende da ação dos sujeitos e dos grupos básicos em conflito, assim como também das condições globais da sociedade. Permite avançar no pressuposto

dialético marxista de que os homens podem fazer a história, segundo determinadas circunstâncias estruturais. Nisso reside a possibilidade de fazer a ligação entre os desejos e as necessidades dos homens, enquanto indivíduos e enquanto sujeitos grupais até chegar ao âmbito global da sociedade.

Neste sentido, não se pode olvidar que cidadania sem condições básicas de existência não se realiza de forma plena, sendo necessária a garantia de usufruto dos direitos anteriormente mencionados. Há que se ter cuidado, porém, com essa ideia de cidadania plena, pois se corre o risco de cair numa concepção vazia de cidadania atrelada ao poder de consumo que desenha tão somente a desigualdade. Uma concepção de cidadania mais efetiva visa à extensão de direitos, quantitativa e qualitativamente a todos.

Estar consciente dos direitos e deveres apenas, não leva os indivíduos à participação social e ao exercício da cidadania, sendo necessário o acesso a esses direitos e uma ação em sociedade pautada nesta consciência cidadã.

Ao considerar que num espaço e noutro as ordens morais são diferenciadas, o simples aprendizado dos direitos e dos deveres não é suficiente para a constituição de homens em cujas subjetividades estejam presentes a consciência e pertencer a uma totalidade histórica e social e o agir de acordo com esta consciência. (PELISSARI, 1995, p. 11)

Conforme o pensamento de Hirschman (1983), na sociedade, a cidadania é enfocada no contínuo consumidor-cidadão, por isso, os homens, decepcionados com a atividade pública, voltam-se para as atividades privadas que aparecem como concorrentes com aquelas da vida pública. Esse fator causa um grande imobilismo, um individualismo exacerbado que impede a ampliação da cidadania. As pessoas terminam por ficar sujeitas às concessões, tendo a cidadania limitada ao que lhes é permitido como benesse. O advento da propriedade privada, do consumismo e do individualismo, tem orientado a todos para a satisfação pessoal das necessidades individuais de forma exacerbada, se perdendo a dimensão do bem comum e de uma ação cidadã neste sentido. Isto remete à questão da solidariedade numa perspectiva de engajamento nas lutas por fazer com que o excluído socialmente seja sujeito ativo na sociedade, numa prática coletiva na qual a cooperação deve predominar.

Nesta linha de pensamento, o cidadão é aquele que luta para que todos sejam cidadãos, participa e busca a conquista da autonomia coletiva. Assim, a cidadania se processaria a partir da condição de sentir-se livre e igual aos outros, proporcionando o sentimento de pertença ao todo, ao coletivo. A participação na vida comunitária permitiria perceber a necessidade do outro sob o ponto de vista individual, assim como estabelecer uma relação com a coletividade, numa

dimensão social, civil e política. É no coletivo que ocorrerá a possibilidade de ser cidadão pleno, descartando o individualismo cultivado na sociedade. A cidadania, para existir, tem que ser vivida no cotidiano e exige um repensar de princípios e modificação de posturas. Além disso, fundamental ter as condições necessárias para uma vida minimamente digna que lhe permita pensar no coletivo, não somente na satisfação das necessidades básicas individuais. Assegure-se que,

para ser um cidadão, é preciso ter mínimas condições materiais. Sentir-se pessoa implica em ter acesso aos bens básicos (saúde, alimentação, moradia, educação, trabalho). Se não há isto, é até discutível o conceito de sobrevivência. A luta pela sobrevivência é tão violenta que não dá nem para se construir como pessoa e, como cidadão, então, nem se fala; ela está buscando apenas não morrer e com isso vai perdendo o referencial da convivência social. Eu diria que a cidadania é quase um conceito tático para lutar em uma sociedade revestida com tintas democráticas. É um conceito transitório. Quando os bens universais mínimos são negados você sabe por onde você tem que começar a resgatá-la. Então é lutar por esse mínimo para que o humano possa lutar pelo cidadão. (PELISSARI, 1995, p. 96)

Conforme explicitado na citação acima, estando o indivíduo focado nesta luta insana por sobrevivência perde de vista a dimensão do contexto em que vive, no qual sua luta é semelhante a de outros, sua realidade é comum a uma coletividade e não percebe a importância de uma ação coletiva para mudança desta conjuntura, afetando assim a construção e o exercício da cidadania.

Neste contexto, os movimentos anteriormente mencionados, segundo Dagnino (2004), formularam a chamada “nova cidadania” ou cidadania ampliada que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se organizaram em torno da luta por acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, dentre outros, e por questões como gênero, raça, etnia e outras, inspirados em sua origem na luta por direitos humanos, e ampliação do seu significado na busca de transformação social, diretamente ligada à transformação cultural para construção democrática desvinculada dos velhos conceitos de cidadania, incorporando características da sociedade contemporânea, tais como o papel das subjetividades, o surgimento de novos sujeitos sociais, novos direitos e ampliação do espaço da política. Essa nova noção de cidadania remete até mesmo à redefinição da ideia de direitos, partindo da concepção de “um direito a ter direitos”, não se limitando a provisões legais, mas incluindo novos direitos surgidos de lutas específicas e de práticas concretas, indo para além do direito à igualdade, mas também ao direito à diferença; bem como requer a constituição de sujeitos sociais ativos capazes de definir os respectivos direitos e lutar para o reconhecimento

enquanto tais, estando envolvida nesses aspectos a própria definição do sistema e da estrutura das relações de poder, apontando para a construção de uma nova sociedade. Tal concepção de cidadania transcende, portanto, as questões referentes a acesso, inclusão e participação ao sistema posto e não se limita às relações com o Estado, assevera Dagnino (2004), mas remonta às relações dentro da própria sociedade como parâmetro das relações sociais nela ocorridas, se constituindo um projeto para uma nova sociabilidade, uma nova forma de relacionar-se com o outro, pois os antigos lugares sociais definidos social e culturalmente, até então aceitos, estão se modificando, direitos estão sendo reconhecidos e as práticas sociais consolidadas transformadas. Ainda segundo a autora, o neoliberalismo busca se apropriar de alguns desses princípios da nova cidadania e adapta ao seu projeto, reduzindo o significado coletivo da nova concepção de cidadania a um entendimento individualista desta concepção e reduz o significado do ser cidadão a estar inserido no mercado como consumidor e produtor, o que se verifica em inúmeras organizações que se limitam em sua atuação a preparar os indivíduos para o empreendedorismo ou qualificar para o reduzido número de empregos disponíveis, ações necessárias a nível imediato, mas que aí não devem se esgotar.

O capítulo seguinte aborda a questão social com respectivas nuances no intuito de compreender como esta alcança diretamente o exercício da cidadania e a consciência do ser cidadão.

3 A EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Postas algumas questões preliminares acerca da cidadania, resta avançar na discussão acerca da questão social, resultante da lógica capitalista de exploração, acirramento das desigualdades sociais devido à exploração do trabalho pelo capital, no qual uns detêm os meios de produção acumulando as riquezas e outros são expropriados em sua força de trabalho, privados das condições ideais de subsistência. Cientes das múltiplas expressões da questão social serão enfocados na sequência, a pobreza neste contexto, o desemprego e a violência como algumas destas expressões, considerando ser o que mais se evidencia na realidade na qual está inserido o objeto de estudo deste trabalho. Inicialmente esta seção explanará sobre a pobreza neste conjunto de circunstâncias e como as políticas sociais fazem o enfrentamento desta, ponderando sobre o papel das políticas públicas na efetivação de direitos e exercício da cidadania. No curso da argumentação será analisada a situação da criança e do adolescente neste contexto.

3.1 A POBREZA NO CONTEXTO DA QUESTÃO SOCIAL

A pobreza e suas implicações ocorrem em meio à questão social como expressão desta. Segundo Yamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como,

o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Uma das causas da pobreza é o desemprego, não a única obviamente, pois muitos estão inseridos no mercado de trabalho formal ou informal e, ainda assim, sofrem com a pauperização. Esse processo de pauperização, pontua Santos, J. (2012), remete a outros indicadores sociais, tais como acesso a saneamento básico, habitação, educação, saúde e muitos outros que aqui poderiam ser elencados, mas não se constituem o foco desta discussão.

Segundo Santos, J. (2012), constata-se no mercado de trabalho brasileiro uma elevada disponibilidade de mão de obra e significativa rotatividade desta, permitindo aos empregadores poderes na definição de contratações e demissões, marcando um padrão de exploração da força

de trabalho e de sua disponibilidade para o capital, possibilitando também um baixo custo da força de trabalho, realidade que acentua também a concentração de renda, pauperização crescente de uma parcela da população e consequente dificuldade de acesso a direitos, bens e serviços.

Assevera ainda a autora que,

[...] os crescentes índices de desemprego registrados no mercado de trabalho brasileiro entre os anos 1980 e 1990 refletem, a dinâmica da economia mundial diante da crise capitalista. [...] O restabelecimento das condições de gestão democrática impactou as relações de trabalho no Brasil durante os anos 1980, restaurando o papel dos sindicatos na sua regulação, especialmente nas categorias de trabalhadores dos setores industriais. [...] Mas, nem nesse contexto, [...] foram revertidas as características históricas do regime de trabalho no Brasil, posto que o essencial nesse sistema permaneceu inalterado na Constituição de 1988. (SANTOS, J., 2012, p.195-196)

A autora acrescenta que os empregos regulares ou formais hoje representam menos da metade dos postos de trabalho, demonstrando o quanto se distancia as condições de acesso à cidadania regulada para expressivos segmentos da população. Contextualizando sua assertiva com informes recentes a título de ilustração, segundo cálculos do IBGE a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pesquisa trimestral contínua, a taxa de desemprego no período de fevereiro a abril de 2016 foi de 11,2%, chegando o número de desempregados a 11,4 milhões de pessoas; no ano de 2015, neste mesmo período, a taxa havia sido de 8%. Segundo a pesquisa, nos três meses até abril, 90,6 milhões de pessoas tinham trabalho, caindo esse número 1,7% em um ano, representando 1,5 milhão de pessoas. Tais dados demonstram uma acentuada crise atual, reflexo do panorama econômico mundial, agravada por sérios problemas econômicos e políticos internos do país que trouxeram instabilidade nestes dois âmbitos. Analisa ainda a autora que o desemprego e a informalidade são mais acentuados entre os trabalhadores com baixa escolaridade e, por conseguinte, baixa qualificação da mão de obra. Tal fator, ocasionado pelo falho sistema educacional brasileiro, não só afeta o acesso dos indivíduos ao trabalho e às condições de vida digna, como o desenvolvimento do país como um todo.

A supracitada autora ainda adverte que, dentro do atual contexto no qual há o crescimento do desemprego e subemprego, tem ganhado força, nos últimos anos, medidas assistenciais para lidar com esta questão, equalizando-a à da pobreza. Confirma-se tal tendência inclusive, na agenda dos organismos internacionais na qual o tema do desenvolvimento tem perdido espaço para o tema da pobreza, a exemplo dos “programas de transferência de renda e ‘capacitação’ para jovens e adultos, [...] fomentando ilusões, sem a menor sustentação, acerca

de inserções ‘autônomas’ no mercado de trabalho” (SANTOS, J., 2012, p.201). Lastreados nesta assertiva há que se ter clareza no entendimento de que o desemprego requer mecanismos específicos para o enfrentamento deste, diferenciados dos mecanismos usados em outras expressões da questão social, ou seja, políticas de assistência não podem ser usadas para equacionar problemas do desemprego, são necessárias políticas específicas de emprego, seguridade social e educação.

Sorj (2003) explana acerca da dinâmica da pobreza e da luta contra esta, exigindo constantes esforços de readaptação dos instrumentos das políticas sociais face às constantes mudanças do mundo moderno no qual se criam a cada dia novas necessidades de consumo mediante as exigências da vida em sociedade. Este esclarece que, não obstante, em dado momento o consumo esteja associado à estratificação social e, conseqüentemente, revele as desigualdades, os bens de consumo se impõem não só pela influência dos meios de comunicação social, mas por sua utilidade para facilitar a vida e a inserção do indivíduo no contexto da contemporaneidade. Segundo o autor, os bens de consumo, em linhas gerais, podem ser individuais ou coletivos. Os individuais se referem às opções pessoais de compra; os coletivos são aqueles cujo acesso, em cada momento histórico, a sociedade considera ser condição de cidadania e requer intervenção do Estado por não poder ficar submetido à lógica do mercado. Cabe ressaltar que ambos são indissociáveis, analisa o autor, pois a maioria dos bens de consumo individual depende do acesso prévio a bens de consumo coletivo.

A limitação de acesso a bens e serviços, sejam estes individuais ou coletivos, quer por desigual distribuição de renda ou de bens e serviços públicos, respectivamente, consoante Sorj (2003), traz conseqüências dramáticas sobre a qualidade de vida das pessoas e geram um círculo vicioso nas diversas dimensões de privação à educação, emprego, saúde e outros fatores de forma sistêmica.

Mediante este quadro, a tendência é o agravamento da questão social em todas as suas expressões. Atrelada à pobreza e ao desemprego, uma das expressões mais veementes no Brasil é a violência, decorrente da acumulação de capital e má distribuição de renda, afetando desde as classes mais baixas até as mais altas, de diferentes formas, trazendo custos econômicos e sociais à sociedade, impactando também no bem-estar de todos os indivíduos, na saúde e nos potenciais anos de vida perdidos. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1996, declarou que a violência se constitui importante problema de saúde pública, estabelecendo recomendações de atenção para tal.

“A compreensão da violência envolve sua contextualização no âmbito da cultura, do

imaginário, das normas, do processo civilizatório de um povo” (FALEIROS, 1998 apud PINHO et al, 2008). Tal situação causa nas pessoas uma sensação de desproteção, o que gera ansiedade em extinguir tal situação para proteção individual e de seu patrimônio, a qualquer custo, ainda que implique em violação de direitos humanos, seja por meio dos mecanismos legais ou do exercício arbitrário das próprias razões que consiste em fazer justiça com as próprias mãos, previsto este como crime no Código Penal Brasileiro, no artigo 345.

As classes mais favorecidas recorrem à segurança privada, ao confinamento em condomínios, dentre outras estratégias, evidenciando a fragilidade do Estado no cumprimento de um dos seus papéis. As classes menos favorecidas não podem recorrer a tais saídas e ficam cada vez mais à mercê da violência de todas as formas quer seja no papel de vítimas, de objeto de sedução alheia para serem copartícipes da criminalidade, quer seja no papel de beneficiários da proteção de grupos criminosos que fazem o papel de poder paralelo do Estado onde este não chega para cumprir seu papel, em troca do silêncio e cumplicidade. Esta parcela da população, além de sofrer com a pobreza, com a desigualdade social e com o limitado acesso a bens e serviços, sofre também com a ausência de proteção do Estado, dentre outras ausências. Assim,

a violência, ela mesma produto das expectativas igualitárias e da disponibilidade de jovens sem horizonte que procuram uma rápida inclusão social (no sentido de obtenção de dinheiro fácil e de reconhecimento), é a principal geradora da exclusão, pois desencadeia a estigmatização do conjunto dos moradores das favelas, a dinâmica de confronto com a polícia e a destruição das relações de sociabilidade e confiança sob o peso da repressão dos bandidos e dos policiais. (SORJ, 2003, p.93)

Santos, J. (2012) salienta que pensar a questão social a partir da categoria formação social faz toda a diferença, considerando que o modo de produção capitalista, decorrente do qual há a má distribuição de renda acima mencionada, se expressa de forma historicamente determinada. A formação social brasileira faz referência à constituição ideológica, política e social de suas classes sociais e do sistema adotado como um todo, o que já foi visto no capítulo anterior em alguns aspectos focados neste estudo, fortalecendo uma cultura que considera natural a acumulação de renda, a exploração do trabalho, a existência do desemprego que oprime o trabalhador empregado e o desempregado, a falta de acesso a bens e serviços, banalizando as expressões da questão social.

Historicamente, no Brasil, a questão social era vista como disfunção pontual, individual e caso de polícia. Progressivamente, mediante os conflitos advindos da luta de classes expressas por intermédio de movimentos sociais específicos, o Estado passou a reconhecer como questão política, objeto de sua intervenção. O marco mais famoso dessa mudança de resposta dada pelo

Estado foi pós-1930 com a regulamentação das relações de trabalho e reconhecimento de direitos trabalhistas, lembra Santos, J. (2012). Não obstante, a repressão dos trabalhadores no processo histórico brasileiro continuou, haja vista que nesta época do populismo, na qual se reconheceu direitos sociais, trazendo certo avanço na cidadania, embora passiva e receptora, os direitos foram introduzidos como benesses do Estado em troca de lealdade e gratidão, como bem lembra Pinho et al (2008), fortalecendo a cultura da dependência e do favor difundida desde a época do coronelismo, bem como se mantendo a restrição de acesso a direitos, o que perdura, em certa medida, até os dias atuais. Fazendo uma reflexão acerca da história brasileira, a intervenção do Estado no cerne da questão social demonstrou ter o cunho de garantir a eficácia do sistema em prol da classe dominante, criando uma cidadania regulada que exclui uma parcela da população que não se enquadra nas regras estabelecidas.

Estas expressões da questão social são vistas de forma incontestada na realidade na qual está inserido o CEZA e qualquer trabalho a ser ali realizado deve considerar tais variáveis para que seja eficaz naquilo que se propõe e atenda às reais necessidades da população que atende. Na seção que se destina a falar sobre esta organização este quadro será melhor detalhado.

3.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

A política social, de acordo com Santos, M. (2014), pode ser conceituada de diversas formas, a depender da teoria à qual está vinculada, remetendo aos processos de formação da sociedade moderna, à constituição do Estado nacional e à implementação de ações qualificadas como proteção ou promoção social, genericamente. As políticas sociais, portanto, são compreendidas conforme as concepções que se tem sobre estas. A política social, em linhas gerais, não deve ser pensada dissociada da concepção de justiça e direitos, senão “não passará de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política, quando consegue traduzir-se nisto”. (VIEIRA, 2007, p. 59). Importante se ter claro que os direitos, universalmente constituídos, têm embutidos em si e na construção as mediações necessárias para sua existência, não tendo acontecido de forma natural, mas com uma movimentação dinâmica na sociedade, embora muitas vezes tenham surgido para atender ao imediato, mas ainda assim, não prescindem de mediações. Ocorrem no cotidiano, nascendo da relação entre as singularidades e a universalidade.

Na realidade, não existe direito sem sua realização e sem suas mediações. Do contrário, os direitos e a política social continuarão presa da letra irrealizada, do direito positivo, do niilismo de valores; ou então do direito natural, histórico ou não, do apriorismo dos princípios e das leis, que estão sempre onde não são esperados. (VIEIRA, 2007, p. 61)

Dá a importância de que direitos e políticas sociais sejam construídos e implementados na dinâmica das relações em mediações de interesses e necessidades, envolvendo os mais diversos atores sociais para serem efetivos, considerando que a vontade de um ser individualmente não cria leis e, por conseguinte, direitos. Estes, por sua vez, devem ter a participação ampla de representações dos setores significativos da sociedade para não atender apenas interesses de alguns grupos e excluir outros.

A importância das mediações se confirma até mesmo no surgimento da política social no capitalismo, que ocorreu a partir das mobilizações operárias nas primeiras revoluções industriais, de acordo com Vieira (2007), evidenciando que no contexto das lutas políticas o governo vai estabelecendo suas políticas, dentre estas, a política social. Este autor entende que a política social e a econômica estão atreladas porque revelam a ação do Estado no que tange às relações econômicas em um país. Destarte,

a política social consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma. Não se definindo a si, nem resultando apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção. (VIEIRA, 2007, p. 142)

Não há, portanto, política social dissociada das reivindicações populares. Estas, absorvidas não totalmente, mas naquilo que os dirigentes consideram suportável, até mesmo como uma estratégia de manutenção da dominação, acalmando os ânimos e cumprindo um papel legitimador para o Estado.

As políticas sociais no Brasil têm cumprido o papel ambivalente e contraditório de acomodar as relações entre o Estado e a sociedade civil e, no que tange às prioridades governamentais, tem se caracterizado pela pouca efetividade social e pela subordinação a interesses econômicos. Além disso, cresce progressivamente o número de trabalhadores ou excluídos do sistema de produção, dependentes da intervenção estatal no atendimento de suas necessidades, especificamente no que se refere às condições de vida.

Uma primeira análise sobre a questão mostra que as políticas sociais no Brasil nascem e se desenvolvem na perspectiva de enfrentamento da questão social, permitindo, apenas, acesso discriminado a recursos e a serviços sociais. O

caráter regulador de intervenção estatal no âmbito das relações sociais na sociedade brasileira vem dando o formato às políticas sociais no país: são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Nesse sentido, servem à acomodação de interesses de classe e são compatíveis com o caráter obsoleto dos aparelhos do Estado em face da questão. Constituem-se de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social. (YAZBEK, 1993, p. 36-37)

Embora a autora tenha feito tal afirmativa há quase vinte e três anos atrás, o quadro da situação brasileira não se alterou substancialmente, continua quase inalterado e as condições adversas se agudizaram, tornando a questão social ainda mais complexa.

Percebe-se com isso, a priorização da política econômica, relegando as políticas sociais. Estabelecem diretrizes gerais e setoriais, fixando as prioridades, mas tudo muito aprisionado a um sistema burocrático e à famosa vontade política do governo e dos grupos dirigentes em geral. Afirma Vieira (2007) que, enquanto na democracia totalitária a política econômica não tem primazia sobre a política social e visa a igualdade real entre os homens na sociedade, na democracia liberal a política econômica está atrelada à política social, se colocando acima desta, tendo como fim a igualdade de cidadania para pessoas pertencentes à sociedade orientada pelo mercado e caracterizada pela desigualdade social. Assim, os direitos sociais que compõem a cidadania efetivados nas políticas sociais, minimizam as desigualdades sociais e colaboram para a reprodução da força de trabalho, sem realizar mudanças substanciais nesta realidade, embora nasçam de embates políticos e críticas ao sistema.

Neste contexto, as políticas sociais são compreendidas conforme as concepções que se tem sobre estas. Segundo Vieira (2007), na concepção liberal, as políticas sociais visam conceder aos indivíduos a satisfação de algumas necessidades não consideradas pelo mercado capitalista e usam o método funcionalista que busca adequar a realidade ao movimento natural da história para a normalidade social, portanto, são compensatórias, equilibrantes e normalizadoras. A concepção socialista, fundamentada no método materialista histórico dialético¹, entende as políticas sociais, implementadas no sistema capitalista, como estratégia da classe dominante para conservar a desigualdade social, colaborando na manutenção do sistema capitalista, todavia, não só atender os interesses de uma determinada classe social, mas também de determinado Estado ou de determinada ação política, de forma dinâmica e

¹ Método materialista histórico dialético, originário do pensamento de Karl Marx, é um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas, no qual se entende que o modo de produção da vida material condiciona a vida social, política e espiritual, opondo-se à concepção idealista da história e superando a lógica formal que não consegue compreender o movimento dinâmico e as contradições da realidade. (LIMA; NETO, 2009)

contextualizada.

No Brasil, segundo Sposati et al (1987) foi adotado o assistencial como feição das políticas sociais, sendo isso analisado pela autora há tantos anos atrás, no entanto, permanece até os dias atuais o mesmo caráter. Como país em desenvolvimento, no qual convive o capitalismo moderno com concentração de renda acentuada e o capitalismo predatório que reproduz marcantes desigualdades sociais, analisa a referida autora, a desigualdade e o pauperismo são provenientes da acumulação, mas também campo de atuação do Estado que se coloca como protetor do bem comum, usando a assistência como um de seus mecanismos para enfrentar a questão social de forma compensatória destas desigualdades.

Como forma também de conformar aquele que é teoricamente “beneficiário”, esta ação assistencial do Estado intervém diretamente nas consequências da relação de exploração entre capital-trabalho e no sistema excludente, expressas nas condições de vida precárias da população desprovida de recursos. Assim, aquele que deveria ser usuário e gestor de um serviço que tem direito, sujeito ativo, passa a ser tão somente “assistido”, favorecido. Simultaneamente é reforçada a exclusão ao acomodar as possíveis insatisfações, mas faz uma forma distorcida de inclusão atendendo necessidades sociais. A autora levanta um questionamento que leva à seguinte reflexão: “será que o mecanismo assistencial reiterador da exclusão presente nas políticas sociais contém um espaço para a expansão da cidadania às classes subalternizadas?” (SPOSATI et al, 1987, p.29)

3.2.1 O Papel das Políticas Públicas na Efetivação de Direitos

O presente tópico pretende discutir sobre o papel das políticas públicas no contexto da questão social e sua efetividade para garantia de direitos e exercício da cidadania, trazendo elementos para o entendimento acerca do contexto vivenciado no caso em estudo.

Ao longo da história brasileira se constata que as políticas públicas tiveram a face do momento político e conjuntural, havendo algumas fases marcadamente paternalistas, vinculadas a uma política mais global, compensatórias, assistencialistas ou redistributivas, não necessariamente nesta ordem, estanques ou sucessivas, tendo em comum as características de serem “casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos [...], reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira”,

como assevera Yazbek (1993, p. 37).

“[...] A garantia dos direitos e liberdades fundamentais é o ponto central de qualquer Estado de Direito. Esses direitos e liberdades figuram frequentemente nas Constituições dos Estados[...]” (VIEIRA, 2007, p.133). É cediço, porém, que esse Estado de Direito não se realizará somente com as previsões legais formais, é preciso real efetivação para não incorrer em contradições. Na análise efetuada no presente estudo até então, ficou evidente que o Estado de Direito no Brasil é um tanto quanto distorcido, pois prevalece a defesa de interesses de grupos dominantes. A sociedade democrática garante o Estado de Direito e lhe dá estabilidade na medida em que ocorre a participação ampla dos indivíduos, efetuando o controle das decisões por intermédio de mecanismos próprios para tal. Fazendo uma breve retrospectiva sobre o processo histórico brasileiro, é muito claro que o país se encontra no processo de luta constante pelo fortalecimento da democracia. Neste contexto, as políticas públicas se constituem um mecanismo de efetivação de direitos, uma forma de torná-los reais e acessíveis aos cidadãos. Nesse sentido, Yazbek analisa:

A precária intervenção pública no campo do social criou as condições para uma movimentação pela base da sociedade onde segmentos da força de trabalho lutam pelo acesso à riqueza social e reivindicam serviços sociais cuja carência afeta sua sobrevivência. O antagonismo ao Estado vem definindo a emergência de movimentos sociais e de lutas políticas dos subalternos na direção do enfrentamento das precárias condições que caracterizam seu modo de viver. (YAZBEK, 1993, p. 44)

Na medida em que possibilita acesso a benefícios e serviços negados pelo próprio sistema, é possível afirmar que podem se constituir também um espaço de lutas, confronto e expansão de direitos. Sabe-se que as políticas públicas são financiadas na verdade, por toda a população, sendo uma devolução parcial do Estado pelo que foi extraído do trabalhador como mais-valia na relação capital-trabalho, assim como dos impostos pagos por todos, indistintamente, estando ou não, inseridos no mercado de trabalho. O propósito destas é fazer a articulação das pressões e movimentos sociais para ampliação do atendimento das necessidades destes com o fim de acomodar as inquietações para manutenção do sistema e dominação, porém, é nesse espaço de forças contraditórias que as políticas públicas podem contribuir para o fortalecimento dos processos organizativos das camadas populares, diz Sposati et al (1987). Nesta perspectiva, se constituem também formas de realização de direitos sociais e, por conseguinte, expansão da cidadania, permitindo o avanço das lutas populares.

Esta articulação ocorrida na atuação de movimentos sociais por meio da percepção de que as necessidades não são individuais, mas são coletivas porque os indivíduos se assemelham

nas carências e anseios, levando ao confronto e ao debate para converter necessidades em direitos, se configuram fundamentais na construção da cidadania.

Embora historicamente, essas políticas sejam executadas de forma compartimentalizada e burocrática, por isso pouco efetivas, respondendo minimamente a direitos elementares das camadas populares, a atuação na esfera das políticas públicas permite espaço para, coletivamente, criar estratégias de reversão das políticas na conjuntura atual para os interesses populares num exercício de cidadania para extensão, consolidação e efetivação de direitos por meio do fomento à participação, sem a qual este movimento não avança.

De acordo com Fischer (1998), no estudo das políticas públicas existem duas abordagens mais relevantes acerca destas: uma é a abordagem positivista que analisa a realidade e os fatos isoladamente, explicando-os através de testes empíricos, na busca de corrigi-los com arranjos sociais e políticos, tendenciando verificar uma realidade particular; já a abordagem argumentativa (pós-positivista) analisa a complexidade multidimensional da realidade social, buscando argumentar e interpretar os diferentes papéis dos atores sociais, sem negligenciar ou desviar a atenção das tensões e lutas sociais. Consoante o quadro comparativo das abordagens da política positivista e argumentativa, elaborado por Boullosa e Weber (2015), baseados no pensamento do autor supramencionado, a visão aqui exposta nos parágrafos anteriores acerca das políticas públicas se coaduna com a abordagem argumentativa, pois esta entende a política pública como o estabelecimento de definições e atribuições de significados aos problemas sociais.

Segundo Boullosa (2014), é possível interpretar a noção de políticas públicas percorrendo distintos caminhos, cada um destes com suas implicações sobre a natureza do objeto e das fronteiras teóricas, metodológicas e empíricas, configurando distintas escolas de estudo. Ainda segundo esta autora, a divisão conceitual entre política do ponto de vista genérico e política pública deu força à proposta de Harold Lasswell para a criação de um campo multidisciplinar de estudos que assumisse as políticas públicas como objeto central de pesquisa. Continua a autora esta análise dizendo que, para Lasswell, se as políticas públicas eram a concretização do governo em ação, por conseguinte, os estudos deveriam assumir a intencionalidade destas ações adotando uma perspectiva prescritiva. Sob esta perspectiva muitos governos desejosos de encontrar novos e melhores padrões de regulação social, assumiram estes estudos e autores. Assim, no universo acadêmico norte americano o estudo das políticas públicas cresceu bastante, “modelando e sendo modelado pelo mito modernista da (re)engenharia social que defendia a racionalização como o único caminho para (re)organizar a

sociedade segundo o princípio da eficiência” (LASCOUMES; LE GALES, 2007 apud BOULLOSA, 2014). A autora afirma ainda que este primeiro grupo de estudos foi se fortalecendo e assumindo o rótulo de análise racional das políticas públicas (ARPP), defendendo que políticas públicas eram a ação racional e sistematizada do governo em todos os níveis de poder executivo, se entendendo a qualidade de público das políticas públicas como um atributo de quem o ativou.

A ARPP, obviamente, é alvo de críticas por parte de outros pensadores que entendem a política pública para além da centralidade do governo, analisa ainda Boullosa (2014), destacando que existem problemas públicos sem o reconhecimento e intervenção do governo. Esse grupo, embora reconheça o governo como o maior promotor de políticas públicas, admite uma ampliação dos atores envolvidos. Outros autores ainda passaram a admitir a possibilidade de o governo exercer um papel secundário na promoção das políticas públicas. Enfim, as políticas públicas, enquanto campo de estudo, tem uma grande variação de entendimentos e classificações. No Brasil, porém, prevalece a ARPP pela influência norte americana, embora nos últimos tempos, cursos do campo de públicas e, mais especificamente, de gestão social, tem buscado novas respostas ao estudo das políticas públicas através de instrumentos de gestão social que permitem processos de coprodução política na preservação de bens públicos, afirma a autora.

Essa digressão acerca dos estudos sobre política pública objetivou demonstrar a possibilidade de participação dos diversos atores da sociedade na propositura de políticas públicas, ampliando sua participação neste processo. Kingdom (2003) aponta que o fluxo das políticas públicas envolve o levantamento de propostas, novas ou recombinação de elementos políticos, vindas de qualquer um dos diversos atores da sociedade, que são selecionadas conforme sua viabilidade econômica, relevância e também por um jogo de persuasão no cenário político, devendo ser bastante discutidas e bem elaboradas antes do surgimento da oportunidade de apresentação e implementação, a depender dos fatores que a permeiam. Dentre estes fatores, há um que aqui interessa e foi destacado pelo autor supramencionado, denominado “humor coletivo” acerca de determinado problema, permitindo acreditar que quanto maior a comoção pública e mobilização acerca de questões específicas, maiores as possibilidades de sucesso na implementação de políticas públicas que atendam aos anseios coletivos e efetivem direitos, sendo a participação fundamental neste cenário político que envolve correlação de forças de diferentes grupos de interesse.

Sobre esta questão da correlação de forças de diferentes grupos de interesse para a

implementação de políticas públicas, Sorj (2003) reflete acerca do risco de fragmentação da luta contra a desigualdade social e distorção das políticas públicas, limitando a definição de estratégias para o conjunto da sociedade, na medida em que grupos identitários com maior poder de pressão lideram movimentos sociais e se mobilizam por questões específicas, a exemplo de grupos étnicos, feministas, homossexuais, dentre alguns outros. Assim, os grupos sem representação simbólica e sem movimentos reivindicatórios específicos, com pouca capacidade de projetar interesses próprios no campo político, continuam sem acesso a direitos.

Outra forma de participação bastante efetiva vem na concepção de controle democrático da Constituição de 1988, introduzindo a experiência dos conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos no Brasil, conforme evidenciado por Behring e Boschetti (2011), se configurando como grandes inovações políticas e institucionais no formato das políticas públicas brasileiras. Nesse sentido,

a participação social promove transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório; permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; e a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público. (SILVA, JACCOUD e BEGHIN, 2005 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.178)

Os referidos conselhos abrem inúmeras possibilidades para negociação de propostas e ações que podem beneficiar a coletividade e fortalecer a democracia. Daí a importância de um processo educativo para o exercício democrático da cidadania, considerando que, historicamente, por tudo quanto visto até então neste trabalho, o povo brasileiro não tem tradicionalmente a cultura da participação, o que enfraquece em certa medida o aprofundamento da democracia e as possibilidades de exercício de cidadania. Tal processo educativo precisa ser iniciado desde a infância, sendo de grande valor para a sociedade a formação do sujeito ativo enquanto cidadão, pois as crianças, adolescentes e a juventude em geral precisam ser preparados para fortalecer as bases democráticas na sociedade brasileira, contribuindo para avanços e abrindo-lhes as diversas possibilidades de vivenciar o ser cidadão, bem como ampliar essa cidadania.

3.3 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NESTE CONTEXTO

A infância e a adolescência não são simples etapas da vida, prévias à fase adulta, têm peculiaridades e devem ser vividas em todo o potencial, requerendo um crescimento permanente, pleno e feliz. De acordo com os dicionários, etimologicamente, a palavra infância tem origem no latim *infantia*, do verbo *fari*, pelo que, *fan* significa falante e *in* se constitui a negação do verbo, ou seja, “aquele que não é capaz de falar”; a palavra adolescência também tem origem no latim, onde *ad* significa para e *olescere* significa crescer, ou seja, o termo adolescência significa “crescer para”.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, discutida e aprovada em Assembleia Geral da ONU e ratificada no Brasil em 1990, define no artigo 1º que “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”. Toda essa faixa etária, portanto, é protegida por esta Convenção, devendo o Estado assegurar as garantias. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal de 13 de julho de 1990, criou condições para assegurar à criança e ao adolescente os direitos constantes na Constituição de 1988, buscando defendê-los nos mais diversos aspectos. Para tal, dentre outras medidas, estabeleceu distinção entre faixas etárias, considerando as diferentes fases de desenvolvimento. Define como criança quem tem até 12 anos incompletos e adolescente quem tem entre 12 e 18 anos completos. De acordo com o ECA crianças e adolescentes são cidadãos e sujeitos de direito em fase de desenvolvimento, não tendo condições de assegurar plenamente seus direitos e a própria sobrevivência, carecendo da proteção da família e do Estado. A OMS estabelece a infância do nascimento até os 09 anos e a adolescência, dos 10 aos 19 anos. Seguindo o estabelecido pela OMS, o Ministério da Saúde considera criança a pessoa de 0 a 09 anos de idade e o adolescente dos 10 aos 19 anos, 11 meses e 29 dias.

Do ponto de vista antropológico, Guimarães e Romanelli (2002) afirmam que os antropólogos já demonstraram em diversos estudos que vivenciar a infância e a adolescência nas diferentes sociedades, não ocorre da mesma forma. Assim sendo, não se pode considerar apenas o critério da idade para definir infância e adolescência, pois existem outros aspectos envolvidos que devem ser analisados.

[...] nós sabemos hoje que as idades da vida, embora ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são fenômeno puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, e inseparável do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de vista do que ela

implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos. (PERALVA, 1997 apud GUIMARÃES e ROMANELLI, 2002, p.03)

No que se refere à adolescência, segundo os autores supramencionados, há que se considerar que nesta fase surgem novas formas de sociabilidade nas esferas da vida social, momento em que vivenciam sentimentos conflitantes, buscando ter autonomia, independência dos pais e apoio dos grupos de pares. Asseveram ainda que é o momento no qual constroem sua identidade, assumindo postura mais questionadora e ativa em relação aos diferentes contextos sociais de que participa. Essa vivência com o grupo de pares, afirmam, traz oportunidade de experiências que suprirão suas necessidades afetivas e de apoio, experimentando emoções, estimulação, empatia, sentimento de pertencimento e identificação, essenciais para o seu desenvolvimento, além de proporcionar conhecimentos que nem sempre podem obter no seio familiar. Com essa vivência aprenderá formas de sociabilidade inerentes à sua idade, gênero e condição social, norteadoras do processo de autonomia e independência.

Consoante Guimarães e Romanelli (2002), baseando-se em dados da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) de 1981, a adolescência nas sociedades capitalistas ocidentais se constitui uma fase de transição conturbada que tende a se prolongar, mesmo nos países mais desenvolvidos. “No Brasil, onde a desigualdade social convive com a diversidade cultural, a adolescência apresenta características específicas, que variam de acordo com a camada ou classe social, com o gênero, com o período histórico e a cultura em que está envolvido” (ALVES-MAZOTTI, 2002 apud GUIMARÃES e ROMANELLI, 2002, p.146). Analisam ainda que o adolescente brasileiro passa por esse processo de amadurecimento e construção da identidade com dificuldade no atual contexto devido à convivência concomitante de valores tradicionais e renovadores numa sociedade em intenso processo de transformação, dificultando sua transição para uma nova fase. Nas famílias de classes populares, em específico, ainda se somam as questões relativas à sobrevivência e questão social que levam muitas crianças e adolescentes a se inserirem no mercado de trabalho informalmente, assim como estarem expostos às expressões da questão social, afetando seu pleno desenvolvimento.

Mesmo mediante as diferenças culturais e sociais, consensualmente, afirma Silva, T. (2009, p.14), “a adolescência é marcada pela passagem de habilidades cognitivas e experiências emocionais menos desenvolvidas na infância, para habilidades cognitivas desenvolvidas e experiências emocionais mais equilibradas de um adulto e a transição para novos papéis na sociedade”. Além disso, com a puberdade, tem as transformações corporais internas e externas,

desenvolvendo as características sexuais, bem como as mudanças na área cognitiva e socioemocional. Acrescenta ainda a autora que estas mudanças já estão programadas para acontecer, independente de vontade individual, mas pode variar seu início em cada indivíduo ou grupo. Assim,

[...] tais modificações são hereditárias, mas, também condicionadas por fatores geográficos (nos climas frios a puberdade ocorre mais tarde que nos climas tropicais), socioeconômicos (a nutrição inadequada pode causar baixo peso e retardar a primeira menstruação), sexuais (ocorre um a dois anos antes nas meninas) e psicológicos. (BALLEIRO et al, 1999 apud SILVA, T., 2009, p.15)

A autora ainda acrescenta que todas essas mudanças podem causar ansiedade e se comunicam com sua autoimagem, afetando diretamente a relação consigo mesmo e com o outro.

Em relação à área cognitiva, “enquanto o pensamento infantil é absoluto, animista, artificialista e finalista, o pensamento do púbere vai se tornando gradativamente mais relativista, mais lógico e abstrato, capaz de correlacionar diferentes variáveis” (BALLEIRO et al, 1999 apud SILVA, T., 2009, p.16). Concomitante, a vida afetiva do adolescente vai se afirmando por intermédio da conquista da própria personalidade e de sua inserção progressiva no mundo adulto. Daí a criança que aceitava tudo que lhe era dito como verdade absoluta, passivamente, passa a questionar os princípios da sociedade, da religião, da política, da família, analisa a autora.

Este ser descobre esta sua nova capacidade, querendo mostrá-la e exercitá-la o tempo todo, o que pode se transformar em conflitos, uma vez que questiona tudo. Podem então surgir os conflitos com os pais, professores ou qualquer pessoa que representa uma figura de autoridade. É o adolescente se afirmando em busca de sua nova identidade (autonomia). (SILVA, T., 2009, p.17)

Esta mudança retrata que ele passa a se interessar pelo que acontece à sua volta, preocupando-se inclusive com as questões sociais, sendo um ótimo momento de estímulo ao engajamento em trabalhos sociais, proporcionando realização pessoal e a possibilidade de tornarem-se cidadãos conscientes e preocupados com o bem-estar da sociedade como um todo, além do seu próprio, afirma a autora.

Diferentemente dos adolescentes, as crianças em geral têm forte identificação com os pais ou outros adultos que lhe sirvam de referência, o que é importante para sua estabilidade emocional e psíquica. Não existe, porém, somente uma concepção do ser criança e vivenciar a infância. As conceituações e abordagens acerca da infância estão subordinadas ao prisma de

seus estudiosos, de sua visão de mundo, do contexto histórico, econômico e social, ou seja, é uma construção social e histórica, não perdendo de vista, obviamente, a dimensão psicoafetiva. Segundo as autoras Guimarães e Romanelli (2002), a infância enquanto produção cultural da pós-modernidade não pode ser pensada de uma forma cristalizada e acabada, pois a história demonstra a transformação das diferentes concepções e tratamento dispensados à criança como uma construção dinâmica, levando-nos a pensar acerca da subjetividade existente nos sentidos e significados da infância. Ser criança nos dias atuais não é o mesmo que ser criança em outros tempos, bem como ser criança de classe média não é o mesmo que ser criança no contexto de uma classe pauperizada, nem muito menos de uma criança abandonada nas ruas.

Nem todas as crianças podem viver no país da infância. Existem aquelas que, nascidas e criadas nos cinturões da miséria que hoje rodeiam as grandes cidades, descobrem muito cedo que seu chão é o asfalto hostil, onde são caçadas pelos automóveis e onde se iniciam na rotina da criminalidade. Para estas crianças, a infância é um lugar mítico, que podem apenas imaginar, quando olham as vitrinas das lojas de brinquedos, quando veem TV ou quando olham passar, nos carros dos pais, garotos da classe média. (SCLIAR, 1995, apud FROTA, 2007, p.145)

No Brasil, especificamente, a história de crianças e adolescentes tem a vida social marcada pela desigualdade, exclusão e dominação, consoante Pinheiro (2001 apud GUIMARÃES e ROMANELLI, 2002, p.149). Adolescentes e crianças formam, portanto, grupos heterogêneos e devem ser considerados na individualidade. O universo adulto, em geral, não respeita essa diversidade de realidades individuais e coletivas e eles terminam por se sentirem excluídos. Quando esses grupos pertencem às classes sociais pauperizadas o sentimento de exclusão e de não pertença se agudiza porque ficam à margem dos processos produtivos, da integração social e do acesso às oportunidades, manifestando claramente a desigualdade social, determinante das condições objetivas de sobrevivência de suas famílias e condiciona as possibilidades futuras de mobilidade social para crianças e adolescentes pobres. Ao sentir-se excluído e sem perspectivas futuras que lhe deem sentido, em termos de projetos de vida, devido à falta de acesso a muitos direitos, buscam em outras coisas algum sentido, ocorrendo muitas vezes a revolta, o envolvimento com a violência, as drogas diversas, a prostituição, bem como o desinteresse e até rejeição pela escola, segundo análise do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) divulgado em publicação própria no ano de 2004. Estes fatores têm uma proporção maior para o adolescente devido ao momento de mudanças. A maioria dos estudiosos do desenvolvimento humano caracteriza a adolescência como uma fase de mudanças físicas, cognitivas e sociais na qual estabelece uma nova relação com a família e o mundo que o circunda, buscando firmar sua identidade, viver experiências, romper com

vínculos e a dependência afetiva dos pais, questionar a tudo e todos, além de se tornar impetuoso, se julgar onipotente e querer transformar tudo.

Calligari (2000), por exemplo, aborda a adolescência como uma moratória entre a infância e a fase adulta na qual o adolescente já possui algum nível de maturação para a fase adulta, mas ainda não completou esse ciclo e se vê limitado no acesso ao mundo adulto, o que lhe causa certa rebeldia neste período. Este autor traz uma classificação de diferentes tipos de adolescentes, cada uma destas com suas características, construídas cultural e socialmente. Dentre tantas outras características da fase, o adolescente, por vezes, adota condutas e comportamentos que lhe colocam em situação de vulnerabilidade ou risco social, muitas destas induzidas pelo próprio sistema por ser tão excludente. Daí a importância de respeitar a sua individualidade, face à diversidade, proporcionar a estes a possibilidade de participar dos processos e viabilizar oportunidades que indiquem perspectivas melhores de futuro para sua vida.

A pobreza, enquanto expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade, à qual muitas dessas crianças e adolescentes são submetidos, vai muito além das privações materiais, consoante assevera Yazbek (1993), alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência, refere-se à carência de direitos, de possibilidades e de esperança. Muitos deles têm que abandonar a escola por falta de recursos para manutenção ou por precisar trabalhar a fim de complementar a renda familiar, gerando baixa autoestima e, futuramente, má qualificação para ingresso no mercado de trabalho. Estes menores passam por uma experiência precoce de punição, pela adversidade das condições sociais de existência, carentes de alimentação, habitação, saúde, escolarização, lazer, enfim, destituídos de direitos que deveriam fazer parte do universo infanto-juvenil. Estigmatizados, são impedidos de exercer o papel de sujeitos da história. O extremo desta problemática ocorre com a situação de inúmeras crianças e adolescentes abandonados às ruas sem condições mínimas de sobrevivência, fruto da estrutura socioeconômica discutida na seção acerca da questão social. Considerando que o objeto de estudo deste trabalho envolve a criança e o adolescente em situação de pobreza que vive no seio familiar, o foco da discussão será limitado a este grupo. Cabe aqui delimitar o entendimento acerca do termo pobreza nesta abordagem:

A noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe gradações. Embora seja uma concepção relativa dada a pluralidade de situações que comporta, usualmente vem sendo medida através de indicadores de renda (múltiplos e submúltiplos do salário mínimo) e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. [...] (YAZBEK,

1993, p.62)

Evidencia-se uma heterogeneidade de aspectos a serem considerados no que tange à concepção de pobreza, porém um enfoque bastante acentuado em fatores econômicos. Sobre este aspecto, continua a autora:

[...] Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo portanto excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles, estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidade de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores, assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão-de-obra que, possivelmente, não será absorvida. (YAZBEK, 1993, p.62)

Devido ao processo de precarização das condições de existência pela ampliação das disparidades sociais ao qual são submetidas as famílias e, conseqüentemente, as crianças e adolescentes, lhes são negados, dentre outros, os direitos fundamentais de segurança afetiva e social no seio de sua família e de sua comunidade, educação formal, convívio social e lazer próprios à sua idade. Há que se considerar também o forte apelo da mídia para o desejo de consumo que encontra óbice na falta de recursos para satisfação, assim como apelo para iniciação sexual precoce, dentre tantos outros apelos que expõem a criança e o adolescente. Essa lógica da sociedade de consumo confrontada com as desigualdades sociais e pobreza agravam essas diferenças e os respectivos efeitos. Nesse contexto, muitos são jogados às ruas para a exploração por meio do trabalho informal, prostituição ou marginalidade, porém, nem todos necessariamente se enveredarão por este caminho, afirma Sarti (1995). Dados de pesquisa do PNAD divulgados pelo IBGE em novembro de 2015 revelam que a pobreza extrema no Brasil caiu a 2,8% da população em 2004, considerando como extremamente pobres as pessoas com renda até R\$ 77,00 com base na referência da ONU para os ODMs. Em relação ao trabalho infantil, 17% dos ocupados estão na faixa etária dos 05 aos 17 anos, sendo 62,1% em atividades agrícolas, porém 96,8% destes frequentam a escola. Apesar dos avanços, o rendimento mensal considerando todas as faixas continuou diminuindo em 2014 com alta de 0,8%, a menor variação em uma década, considerando que em 2011 a alta chegou a ser maior que 8%. De acordo com esta pesquisa, o Nordeste continua sendo a região com maior desigualdade, sendo seu índice Gini (índice que mede todas as fontes de rendimento) de 0,501, acima da média nacional de 0,490, embora tenha melhorado bastante em relação a 2013, cujo índice foi 0,524. Essa pesquisa, porém, foi feita antes do agravamento da crise econômica no país e esse quadro

pode ter se alterado significativamente, afetando a qualidade de vida das famílias.

Consoante Sierra e Mesquita (2006), quando crianças e adolescentes são desprovidas das condições de bem-estar, dificilmente serão percebidas como sujeitos de direitos, aumentando sua vulnerabilidade, pois basearão os relacionamentos na percepção de que não possuem tais direitos, sendo necessária uma intervenção para modificar tal situação, viabilizando o bem-estar tanto no espaço público quanto no doméstico por meio da redução dos fatores de vulnerabilidade. As autoras destacam como fatores de vulnerabilidade para esta parcela da população: os riscos inerentes à dinâmica familiar, a exemplo do alcoolismo, conflitos entre casais, violência doméstica, traumas, abusos sexuais e carências afetivas dentre outros; os riscos relacionados ao local de moradia, a exemplo da precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a disponibilidade dos espaços para o lazer, as relações de vizinhança, a proximidade à localização de pontos de domínio do tráfico de drogas; os riscos relacionados à forma de repressão policial às atividades do tráfico e à violência urbana; os riscos do trabalho realizado pelas instituições que os recebem e se constituem no abuso praticado por profissionais, encobertos por uma estratégia de funcionamento que exclui a participação social; os riscos relacionados à saúde por não haver uma prevenção e acesso ao atendimento médico-hospitalar; os riscos do trabalho infantil; os riscos de exploração da prostituição infantil; os riscos inerentes à própria criança ou adolescente relativos à sua personalidade e seu comportamento podendo torná-los vulneráveis ao envolvimento com drogas, à gravidez precoce, à prática do roubo, do furto, dentre outros.

Diante deste quadro social apresentado, cabe questionar o que mudou no que tange às garantias legais e em que nível vem se dando, efetivamente, a cidadania da criança e adolescente no que se refere ao acesso a direitos. Esta parcela da população sempre teve um aparato legal que a protegia, porém com o fim de prestação de assistência, ressocialização e contenção de condutas desviantes, conforme observa Costa [198-]. Com o advento do ECA em 1990, passou a ser sujeito de direitos garantidos, deixando de ser objeto de tutela. Importante ressaltar que o Estatuto veio regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 que estabelece os direitos da criança no Brasil, artigo este inspirado nos parâmetros de direitos humanos estabelecidos pela ONU e Declaração de Direitos da Criança, mencionado anteriormente, em conformidade com a orientação internacional de valorização da criança e adolescente como sujeitos de direitos com necessidade de proteção para o desenvolvimento integral. Diz o dispositivo constitucional:

Artigo 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e

ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.88)

Ratificando a obrigatoriedade de ação do Estado, acrescido ainda no inciso 1º do artigo supramencionado, que “O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais” (BRASIL, 1988, p.88). Esta proteção, inclusive, tem sido objeto de diversos projetos com este propósito, focando na dignidade de crianças e adolescentes em situação de risco social, podendo servir como fonte de inspiração para gestores privados e públicos no sentido de que estes possam construir novas experiências para o enfrentamento de problemas graves que afetam esta parcela da população brasileira, ameaçando sua integridade e dignidade, conforme analisa Teixeira (2008), efetivando a proteção preconizada em lei.

Três inovações, trazidas pelo ECA, merecem destaque dentre tantas outras:

– o Estatuto, ao romper com a lógica segregacionista e criminalizante, não mais coloca o denominado “menor” como o alvo privilegiado da ação. Compreende-se que não é a criança ou o adolescente que precisa ser reintegrado e controlado, dado que não são eles que estão “irregulares”, mas sim as condições precárias de total desrespeito a seus direitos básicos de existência. Assim, ação governamental e social deve ser direcionada para a garantia e manutenção das condições necessárias para uma vida digna;

- o Estatuto explica em seu artigo 4º, conforme a CF (Constituição Federal) já havia feito em seu artigo 227, que o dever em assegurar a efetivação dos direitos básicos cabe não somente à família, mas também à comunidade, sociedade em geral e ao Poder Público;

- o Estatuto abandona a ótica penal e criminalizadora do Código de Menores. Não se predetermina a regular “infratores”, mas dispõe sobre os procedimentos a serem tomados acerca do ato infracional, quando cometido. Ao legislar acerca do ato, sem pautar-se na preconcepção do “menor” como potencial “infrator” a ser ressocializado, deixa para trás não só o estigma, como também a lógica carcerária, anteriormente adotada. (PEREIRA, 1992, p. 22-23)

Segundo Costa [198-], antes do ECA, o tratamento dado aos direitos da criança e adolescente girava em torno apenas de questões trabalhistas, protecionistas e correcionais, refletindo a ideologia dos governos, para a qual a questão social não era prioritária. Os movimentos surgidos na década de 1980 efervesceram por reconhecer a necessidade de uma redefinição dessas políticas que não satisfaziam os interesses da criança e do adolescente, num processo de construção de uma nova cidadania, definida por um conjunto de direitos. A luta pela defesa da criança e do adolescente começou a se fortalecer na segunda metade da década

de 1980, adquirindo identidade política. Assim como os demais movimentos sociais, traziam no bojo a luta pela ampliação da cidadania da criança e do adolescente, valorizando a luta para a conquista e garantia dos direitos no âmbito legal.

Indubitavelmente, consoante análise do autor supramencionado no parágrafo anterior, o ECA deu uma revirada nas políticas voltadas para a infância e adolescência, indicando a estas o papel de resgate da enorme dívida social do país para com essa parcela da população e a perspectiva de colocá-la na condição de cidadã. Foram instituídas mudanças substanciais relacionadas ao tratamento que o Estado e a sociedade dispensavam à infância e adolescência pobres deste país. Mesmo com o passar de tantos anos, sua operacionalização ainda esbarra em concepções viciadas e enraizadas, dentre estas a trajetória histórica da infância e adolescência brasileira, na qual não eram considerados sujeitos de direitos, não só no aspecto legal, mas sobretudo cultural, considerando a concepção autoritária do antigo pátrio poder; da socialização e educação baseada nos castigos físicos; da tolerância da sociedade à miséria e violência à qual crianças e adolescentes sempre foram submetidos, à impunidade nos crimes contra estes, pelos cortes orçamentários em políticas públicas e programas sociais, conforme lembra Pinho et al (2008), além do fato de que o ECA prevê participação popular por intermédio das entidades representativas, a formulação das políticas e controle das ações em todos os níveis. Com a instalação dos Conselhos de Defesa e Conselhos Tutelares, sendo o primeiro para formulação, gestão e fiscalização das políticas relacionadas à criança e adolescente; o segundo para o atendimento cotidiano às vítimas do não cumprimento dos direitos garantidos pelo ECA, passou-se a prever a ampla participação da sociedade civil na sua composição.

Na mesma direção analítica, para Teixeira et al (2008), a grande novidade do ECA foi trazer no bojo, medidas socioeducativas, rejeitando as práticas do assistencialismo tradicional e promovendo também a democratização da discussão das políticas para o setor ao criar os conselhos supramencionados, descentralizando assim, as ações e possibilitando o cuidado *in loco* dos direitos da criança e do adolescente, bem como até o ajuizamento de ações contra autoridades públicas e denunciando todo tipo de abusos às autoridades competentes, quando necessário. Tudo isso faz entender parcialmente a resistência de segmentos da sociedade ao ECA.

Além disso, outra dificuldade objetiva ainda existente para operacionalização efetiva do ECA se refere à contradição entre as garantias legais, programas existentes e a política econômica adotada que agrava as disparidades sociais e agudiza os conflitos, aumentando o caos social e gerando na população uma descrença nas instituições. Mediante esta realidade,

necessário investir em ações que possibilitem a formação do sujeito, capacitando criança e adolescente a conduzir projetos de vida e uma ação cidadã, de maneira que não fique à mercê do assistencialismo, mas que caminhe para o protagonismo social.

As políticas existentes para crianças e adolescentes não correspondem à real necessidade, atuam na linha da repressão, mas não investe na questão comportamental, na educação, na cidadania, enfim, no desenvolvimento integral tal qual preceitua a lei. Ademais, até o acesso às políticas básicas é precário, demonstrando a ausência do Estado na implementação de políticas efetivas. O ECA em si tem um alcance limitado e não garante uma mudança na realidade justamente porque falta a implementação de políticas públicas efetivas que garantam o acesso às escolas públicas próximas à residência com ensino de qualidade, vagas em creches públicas, tratamento de saúde facilitado, atendimento especializado em emergências e vagas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) pediátricas, bem como a um sistema socioeducativo que realmente eduque e afaste os adolescentes do crime.

Em relação a este último, por exemplo, nas unidades de socioeducação não ocorre a ressocialização dos adolescentes que por estas passam porque não há medidas internas nestes locais, afirmam Silva, D. e Silva, D. (2016), funcionando apenas como locais de privação da liberdade com caráter punitivo e repressivo. Cabe uma luta constante pelo avanço e ampliação de políticas públicas da infância e da adolescência que lhes garantam efetivamente direitos e perspectivas de vida digna. É cediço, porém, que estas políticas não podem ser pontuais e isoladas, precisam ser amplas porque as famílias precisam ser contempladas, considerando o papel da família na oferta de um ambiente seguro e saudável para crianças e adolescentes. Qualquer intervenção ou ação, portanto, voltada para eles tem que envolver as famílias, não há como dissociar.

De acordo com a análise de Dimenstein (2012), a realidade da criança e do adolescente pobre hoje, sem acesso ao sistema de saúde, com educação precária, sem alimentação, moradia e lazer dignos é a prova da carência de cidadania neste país, no qual as garantias não saem do papel ou, quando saem, ocorrem de forma distorcida. Para a criança e o adolescente nesta situação de privações, com baixo nível de informação, se torna muito mais difícil avaliar e acompanhar os processos na sociedade. A educação alicerça a democracia e possibilita a politização, formando cidadãos. Ora, se as crianças e adolescentes deste país estão tendo dificuldade de acesso às escolas e uma educação de melhor qualidade, a democracia e o processo de politização dos indivíduos na sociedade fica totalmente prejudicado. O resultado é uma população despolitizada, pouco participativa, sem senso crítico, enfim, sem exercer a

cidadania.

Consoante Pinho et al (2008), vive-se no Brasil uma “democracia pouco democrática” (sic) que não se empenha em dirimir problemas de ordem fundamental, tais como disponibilizar aos excluídos os direitos assegurados na CF e, especificamente na discussão em tela, no ECA. Acrescenta ainda o autor que, com o cunho de redirecionar a formação social de sujeitos desprovidos da efetivação de direitos básicos, houve desde 1990 um crescimento de parte da sociedade civil por intermédio das ONGs a fim de mudar a situação periclitante de muitas crianças e adolescentes em todo país, realizando estudos para constatar a realidade social nas cidades e intervir promovendo ações direcionadas, sendo estas responsáveis por significativa parte da movimentação favorável à efetivação de direitos fundamentais. Não obstante, esta efetivação dos direitos garantidos em lei ainda é precária.

Conforme assevera o autor supramencionado, toda a evolução tem que ser trazida para o plano da realidade, saindo do ideal, pois fazer um discurso em torno dos direitos se torna fácil, sendo bastante complexa a garantia de proteção efetiva. Face ao contexto da sociedade, é muito mais difícil a garantia dos direitos sociais, o que permite identificar o contraste entre a grandiosidade das promessas e a miséria das realizações, consoante Bobbio (2004), ou seja, há um hiato entre o que se tem escrito em lei como direitos da criança e do adolescente e o que efetivamente se tem em termos de direitos. A desigualdade e exclusão se expressa até no acesso às garantias legais, teoricamente dirigidas a todos, indistintamente.

Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)², o Brasil é reconhecido por possuir no espectro normativo uma das legislações mais avançadas no campo da criança e do adolescente. Além do ECA, outros dispositivos legais foram instituídos, tais como a Lei da Convivência Familiar e Comunitária (Lei nº 12.010/2009) que dispõe sobre a adoção, a Lei do SINASE/ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei nº 12.594/2012) que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, a Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010/2014) que altera o ECA para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante e, mais recentemente, a Lei nº 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas para a primeira infância e o Decreto 6.481/2008, que trata das piores formas de trabalho infantil. Não obstante, conforme aqui discutido, se contrastam com um cenário atual que situa a criança e o adolescente em

² Nota pública do CONANDA, alusiva aos 26 anos do ECA, divulgada nas redes sociais, em julho de 2016.

condição de vulnerabilidade devido ao alto índice de homicídios na adolescência, a violência física, institucional, verbal e a tortura, a exploração do trabalho, a longa permanência em instituições de acolhimento, o desrespeito ao direito de opinar e participar, a exclusão de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas e originárias de outros povos tradicionais e a ameaça da redução da maioridade penal, se constituindo alguns dos desafios atuais na defesa dos direitos da criança e do adolescente, num contexto de avanços legais, mas de estagnação no que concerne à efetividade dessas leis no sentido da garantia de tais direitos.

Percebe-se uma grande fragilidade na capacidade do Estado em tornar as leis efetivas não só em relação a esta parcela da população, mas em geral. Pinho et al (2008) ainda pondera que na trajetória política brasileira há uma sociedade civil desarticulada e passiva que delega aos governantes a solução dos problemas nacionais, esperando tudo do Estado e este, pela passividade da sociedade civil, se sente desobrigado de uma ação mais efetiva. Urge a instrumentalização da população e, no foco desta discussão, das crianças e adolescentes, para aprenderem a exercer sua cidadania de forma ativa e reivindicadora, a fim de se garantir o acesso a direitos por intermédio da implementação de políticas públicas. Nesta instrumentalização cabe não só a capacitação para o exercício da cidadania a fim de levar a efeito os direitos, mas até mesmo mais informação, pois o que se percebe é que existe um desconhecimento quase total acerca destes.

4 A AÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA REALIDADE BRASILEIRA

Nos idos de 1970, a expressão Terceiro Setor começou a ser usada nos Estados Unidos para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou distribuição de bens e serviços públicos, consoante Alves (2002) lastreado em Smith (1991, apud ALVES, 2002). A expressão caiu em desuso nos anos 1980, ressurgindo na última década do século XX, sob a influência do projeto *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Organizations*³, lançado em maio de 1990, acrescenta ainda o autor. Este afirma que o termo abrange diversos tipos de movimentos, organizações e diferentes marcos teóricos que os produziram, sendo associado por alguns à ideia de caridade, filantropia ou obras religiosas incluindo outros termos, com diferentes conotações e usos, utilizados como sinônimos, os quais não caberia aqui discutir por não se constituir o foco deste trabalho.

A compreensão acerca do terceiro setor é deveras complexa, havendo distintas percepções acerca do tema. Santos, B. o conceitua da seguinte forma:

Terceiro Setor é uma designação conceitual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações mutualistas, associações de solidariedade social, organizações não governamentais, organizações quase-não governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc. As designações vernáculas do terceiro setor variam de país para país e as variações, longe de serem meramente terminológicas, refletem histórias e tradições diferentes, diferentes culturas e contextos políticos. (SANTOS, B., 2001, p.13)

Alves (2002) esclarece que, de acordo com as ideias da economia clássica, a sociedade é dividida em setores, conforme as finalidades econômicas dos agentes sociais. Estes, entendidos como agentes de natureza jurídica privada que praticam ações com fins privados, chamados de Primeiro Setor, ao qual corresponderia o Mercado; agentes de natureza jurídica pública que praticam ações que visam fins públicos, podendo ser descritos como Segundo Setor, ao qual corresponderia o Estado. Por esta razão, agentes de natureza privada que praticam ações com fins públicos são chamados de Terceiro Setor.

³ “Esse projeto, que se estende até os dias de hoje, tem o objetivo imediato de mensurar o impacto do Terceiro Setor sobre as economias nacionais dos diversos países pesquisados e visa a tornar mais visível o Terceiro Setor, nas diferentes realidades nacionais”. (ALVES, 2002, p.6)

O autor supramencionado explana a existência de críticas ao termo, destacando a de Landim (1999 apud Alves, 2002), a qual versa em torno da falta de densidade conceitual do termo; da proliferação de diferentes termos no mercado para designar fenômenos e questões ligadas ao universo das organizações da sociedade civil, sendo este mais um termo importado; da tendência de ocultação de dinâmicas politizadas da sociedade, evocando não o conflito, mas a colaboração e positividade da interação; e, finalmente, da funcionalidade atribuída ao termo, produzindo a ideia equivocada, implícita ou explícita, que as organizações sem fins lucrativos substituiriam o Estado no enfrentamento de questões sociais.

De acordo com Mariz et al (2015), no Brasil, os anos 1990 foram marcados pela globalização e prevalência do neoliberalismo, com a economia formal em declínio, os sindicatos perdendo poder de forma generalizada, o desemprego como uma realidade, o processo de trabalho se transformando com as reengenharias e os sistemas colegiados de responsabilidade pelo trabalho implementados, tendo peso na atual conjuntura dos movimentos sociais e do terceiro setor, pois estes passaram a se apoiar em instituições e organizações da sociedade civil e política, se transformando em organizações. Nesta época foi se evidenciando uma lacuna do Estado no que concerne a políticas públicas efetivas como garantia de direitos e a despolitização da população, provocando uma perda de força dos movimentos sociais, o que fez surgir várias iniciativas da sociedade civil que começou a conquistar espaço, formando o Terceiro Setor e, inserido neste, as Organizações Não Governamentais (ONGs). Estas podem ser entendidas da seguinte forma:

[...] caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas ao atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. [...] Contam com trabalho voluntário. [...] Sua sobrevivência independe de mecanismos de mercado ou da existência de lucro. (TENÓRIO, 2002 p. 11)

Afirma Alves (2014) que em geral as pessoas têm ideias vagas sobre terceiro setor e ONG, havendo o entendimento que as ONGs, popularizadas nos anos 1990, época em que uma vasta literatura proliferou a respeito da temática, abrigaria desde movimentos populares até organizações filantrópicas e de caridade. Assevera que na literatura os dois termos correspondem a tradições diferentes e apontam para fenômenos *a priori* distintos, posto que, terceiro setor é um termo mais abrangente, como visto e abarca a ONG como um dos tipos de organização que lhe compõe.

Segundo o autor supramencionado, fundamentando-se em Garder e Lewis (1996, apud ALVES, 2014), ONG foi um termo utilizado frequentemente nos países em desenvolvimento

para designar organizações que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e social, tipicamente no nível comunitário e de base. Acrescenta ainda que na América Latina, o termo foi adotado por volta dos anos 1980 para designar entidades que surgiram dos movimentos sociais e das lutas contra as ditaduras instaladas no continente nas décadas de 1960 e 1970, fazendo com que nesta região tenha uma conotação mais politizada do que em outras localidades do mundo. Estas entidades vinham agregando matrizes ideológicas diversas, como o marxismo e cristianismo, contando com cooperação de entidades não governamentais internacionais, afirma, baseado em Fernandes e Piquet Carneiro (1991 apud ALVES, 2014).

Consoante o pensamento de Sorj (2001), as ONGs são expressão da crise de representatividade dos partidos políticos e da fragmentação da luta por direitos por meio das quais profissionais da área social e da cultura atuam fora do Estado, mas também empresas, governos e instituições internacionais financiam e utilizam de forma crescente para viabilizar seus projetos, trazendo subjacente a ideia que o Estado é ineficaz para gerenciar recursos ou ainda, que a sociedade deve assumir algumas iniciativas solucionadoras de problemas sociais devido aos limites fiscais do Estado, ideia esta bastante controversa, o que será discutido no decorrer desta seção.

Expressando ainda aqui a ideia do referido autor, cabe pontuar que sociedade civil, antes conceituada do ponto de vista teórico, passou a ter uma concepção mais ampla durante o processo democrático e, muitas vezes, refere-se não só a um conjunto específico de instituições, mas também a uma totalidade de iniciativas surgidas como expressão da participação dos cidadãos. Segundo este autor, a noção de ONG foi originalmente criada pelas Nações Unidas para situar interlocutores não governamentais e o conceito de terceiro setor se refere a instituições privadas com fins públicos, cujo campo de atuação seria entre o Estado e o mercado. Acrescenta ele ainda que, pela lei, organizações do terceiro setor não devem ter fins lucrativos ou políticos, mas sabe-se que muitos as usam para promoção política, como cooperativa de empregos, embora geralmente conte com a colaboração de voluntários para desenvolverem suas atividades, ou ainda, como estratégia para escapar de pagamento de impostos.

Visto por alguns como uma alternativa positiva para fazer frente às desigualdades sociais e superá-las, embora face à pobreza e desigualdade acumuladas nesse país, o enfrentamento dessas questões por entidades da sociedade civil assume um caráter paliativo, o tema está longe de ser uma unanimidade. O conceito de terceiro setor é criticado por outros, tais como Montaño (2002), para o qual o termo é considerado setorializador, impedindo uma visão de totalidade que rechaça a perspectiva de transformação social, determinando sua

funcionalidade ao projeto hegemônico de reestruturação do capital baseado nos postulados neoliberais, mistificando a sociedade civil, apaziguando as lutas sociais e propiciando aceitação da diminuição da responsabilidade do Estado na resposta à questão social como direito de cidadania. Há quem tenha uma visão bastante contundente a respeito, a exemplo de Chauí, conforme segue:

[...] Muitos dos movimentos sociais petistas transformaram-se em ONGs para sobreviver. E por quê? Porque se passou a ter uma estrutura hierárquica, burocrática, profissionalizada se definindo como partido e todo o resto ficou de fora. Os movimentos sociais tornaram-se incapazes de intervir em tomadas de decisão, em deliberações e em propostas de políticas nessa hierarquia autoritária, centralizada e profissional. Então, o que aconteceu? Esses movimentos, para não perderem as bases sociais que possuíam, se transformaram em ONGs. Mas a ONG, no fundo, é uma organização parasitária e opera no fim das contas como grupo de *lobby*. Ou seja, não tem de maneira nenhuma uma natureza política ativa, transformadora, que o movimento social tem. (CHAUÍ, 2006, p. 12)

Esta é uma posição bem radical que faz uma leitura sob a ótica de determinado ponto de vista, mas há que se considerar a existência de diversas ONGs que não tiveram suas origens em movimentos sociais ou partidos, como referido anteriormente, há aquelas financiadas por agências de cooperação internacional, por convênios com o Estado, por entidades religiosas ou iniciativa privada.

No Brasil, recorda Pinho et al (2008), as ONGs passaram a integrar a agenda política brasileira nos anos 1990, findo o Estado autoritário, em pleno processo de redemocratização após promulgação da Constituição de 1988. Na visão deste autor, o Estado, neste momento, começou a reconhecer a sociedade civil organizada como um ator político relevante e as ONGs foram se delineando como uma das formas mais expressivas de organização da sociedade civil. Não obstante, nasceram ainda na vigência do regime militar, sintonizadas com as demandas dos movimentos sociais com ênfase na educação popular, bem como de atuação e controle social das políticas públicas, se expandindo nos anos 1980. Nos idos de 1990 as relações das ONGs com o Estado foram ficando mais complexas, sendo permeadas pelo misto de reivindicação e conflito com diálogo e colaboração, analisa o autor supramencionado.

Mariz et al (2015) complementa este pensamento ao afirmar que havia um cenário contraditório, em cujas pautas dos movimentos sociais constavam a busca da integração mediante a participação comunitária e a busca de transformação social por meio de mudanças socioeconômicas estruturantes, complementando ainda que o Terceiro Setor também assume até os dias atuais, formas diversas e contraditórias em sua atuação, abrangendo tanto

perspectivas conservadoras, como progressistas, havendo como ponto em comum destas organizações, o elemento cidadania.

Pinho et al (2008) afirma que para entender a inserção das ONGs no cenário político brasileiro deve-se considerar algumas especificidades, tais como a incapacidade da democracia representativa de dar cobertura a todos os aspectos e interesses de uma sociedade plural, agravado pelos vícios históricos que vão de encontro ao instrumento da representatividade; a participação invocada como essencial para o aperfeiçoamento democrático; institucionalização de instrumentos (conselhos, orçamento participativo, etc.). Tudo isso ocorreu num momento de crise do Estado, resultante da crise do regime de acumulação que se reinventou com o neoliberalismo, transferindo para o mercado e para a sociedade diversas atividades antes suas, dentre elas a ação nas questões sociais.

Reflete o autor ainda, que se assistiu ao paradoxo de ter uma sociedade mais ativa, participativa e cobradora de um Estado, este cada vez menos ativo e com menor capacidade de resposta às carências acumuladas, se configurando a ONG neste momento como uma alternativa, não para substituir o Estado, mas para contribuir de forma propositiva com as políticas governamentais. Por tudo o que foi explanado, as ONGs se proliferaram e ganharam legitimidade, diz o autor.

Sorj (2001) afirma que a experiência brasileira de promoção da participação da sociedade civil e das ONGs indica limitações, problemas e potencialidades, a saber: crescendo o número de ONGs, muitas delas terminam por depender de financiamentos públicos, então o Estado terceiriza alguns serviços por meio destas e, com isso, não assume claramente as responsabilidades nos programas sociais realizados por elas; o Estado não pode transferir para estas organizações algumas responsabilidades que são tão somente suas, a exemplo de alguns serviços de assistência social, políticas sociais de sustentação, promoção e apoio dos necessitados, dentre outros; valorizar excessivamente as instituições da sociedade civil que se apresenta como conjunto homogêneo pode acarretar em dificuldades no lidar com a diversidade e o conflito de interesses particulares legítimos, desvalorizando o campo de discussão política e o papel do Estado como principal articulador de interesses coletivos. Pondera ainda o autor:

Esses comentários, obviamente, não diminuem a importância das ONGs, seu impacto social, a capacidade que têm de representar ou expressar as mobilizações e necessidades de grupos locais perante o público nacional ou internacional e de mobilizar valores solidários, além de ser uma fonte de emprego e espaço de participação [...]. (SORJ, 2001, p.96)

Além disso, em relação ao financiamento dessas organizações, aquelas que dependem

quase que exclusivamente do financiamento do Estado podem perder a capacidade crítica, levando ao questionamento sobre a possibilidade de participar das ações do Estado sem perder autonomia, levantada por Pinho et al (2008). Como se posicionariam participando, simultaneamente, do controle das políticas e da interlocução, havendo críticas a estas? Acrescenta-se a esta discussão a autonomia da ONG em relação aos financiadores de qualquer natureza, sejam entes públicos, privados ou instituições internacionais.

Assevera ainda Pinho et al (2008) que, no campo da participação política e da cidadania, as ONGs revelam maneiras de aproximação da sociedade civil com as variadas realidades sociais que se renovam cotidianamente e possuem formas mais precisas de cobrar ações efetivas do Estado em relação às questões sociais, sendo deveras importante para apontar o que realmente importa na constituição de uma sociedade contemporânea. Para a compreensão da atual valorização das organizações da sociedade civil, resumidamente, algumas causas são apontadas:

Transformações ocorridas no Estado brasileiro: mudanças na gestão de políticas públicas após os anos 1980 e a reforma do aparelho do Estado nos anos 1990; valorização do desenvolvimento local; aprofundamento das desigualdades sociais e resgate da gestão social. A emergência e consolidação das ONGs como agentes de atuação social decorrem de um processo onde o Estado perde em parte seu raio de atuação e, ainda que possam estar envolvidas em contradições e, muitas vezes, em uma divisão de trabalho não muito explícita, as ONGs têm se configurado como parte do novo desenho da atividade pública. (MELO, 2002 apud PINHO et al, 2008)

Dando continuidade, para entendimento da atuação do CEZA, enquanto território escolhido para objeto de estudo, serão ponderados os desafios da gestão social e do trabalho com criança e adolescente na educação para a cidadania, bem como seus limites e possibilidades para ampliação do exercício de cidadania, considerando também as ambiguidades envolvidas e pontuadas nesta seção.

4.1 OS DESAFIOS DA GESTÃO SOCIAL

Como visto na seção anterior, mediante as respostas pouco eficientes do Estado, o terceiro setor surgiu para realizar intervenção social, supostamente para atender uma demanda reprimida. Muito usado em associação ao terceiro setor, o termo Gestão Social, do ponto de vista conceitual, não tem uma definição precisa, havendo as mais diversas interpretações a seu

respeito. Dada esta imprecisão conceitual e à dinâmica do tecido social, desafios são postos à gestão social, alguns dos quais serão discutidos no decorrer desta seção sem a pretensão, por óbvio, de esgotar o tema.

A expressão gestão social tem sido usada de modo corrente nos últimos anos servindo para identificar as mais variadas práticas sociais de diferentes atores não apenas governamentais, mas sobretudo de organizações não governamentais, associações, fundações, assim como, mais recentemente, algumas iniciativas partindo do setor privado e que se exprimem nas noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social da empresa. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 01)

Tenório (1998) entende a gestão social como um gerenciamento participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por diferentes sujeitos sociais. Assim, quando os atores sociais envolvidos pretendem fazer suas propostas deve ser com base na argumentação e comunicação com os demais atores, decidindo consensualmente. Um desafio que se aponta para a gestão social que o autor traz como uma inquietação sua, é o questionamento se no processo de gestão do terceiro setor este não estaria se pautando na lógica do mercado ao invés da lógica solidária, da gestão social. Continua sua linha de raciocínio afirmando que as organizações que compõem o terceiro setor foram criadas sobre uma possibilidade de ações sociais nas quais é privilegiado o processo para alcançar os objetivos por meio de inter-relações subjetivas, na qual o bem comum é o tema central dessas relações, portanto, o esperado dessas organizações é a gestão social.

Há que se ter cuidado para, mediante a crise econômica com a conseqüente retração da intervenção do Estado nas questões sociais, não ser atribuído a estas organizações parte substantiva na solução de problemas estruturais, transformando-as em entes com necessidades de desempenho de mercado e, além disso, com a deficiência gerencial na implementação de políticas públicas e escassez de recursos financeiros, haver um estímulo para as organizações do terceiro setor competirem entre si na busca dos recursos junto ao setor público e privado. Tal demanda por recursos, pode ainda, provocar o distanciamento da maneira destas organizações atuarem nas questões sociais, deixando de focar na intersubjetividade das relações e na participação ou ainda, devido à necessidade de profissionalização para sobrevivência organizacional, utilizar os mesmos mecanismos gerenciais usados no setor privado em suas tomadas de decisão. O autor ainda ressalta que não se trata de desprezar as tecnologias gerenciais e de produtividade, mas “reconstruir, criticamente, o mercado de origem exclusivamente instrumental, apolítico, em prol de uma racionalidade que promova, politicamente, a intersubjetividade deliberativa das pessoas alicerçada no potencial do sujeito

social na sociedade, isto é, na cidadania” (TENÓRIO, 1998, p.21).

A grande inovação trazida pela gestão social, diz França Filho (2007), é que esta se define pela finalidade não econômica. Aquiescendo com o autor anteriormente mencionado, entende que deve ser pensada enquanto meio. Acrescenta ainda que o termo gestão social, em nível macro, sugere que a gestão das demandas e necessidades do social não se restringe ao Estado, pode se dar também pela sociedade por intermédio das diversas formas e mecanismos de auto-organização, sobretudo, a modalidade associativa, numa perspectiva democrática, passando por longe de legitimar a ideia neoliberal de Estado mínimo, se constituindo aí um dos grandes desafios. O autor entende que em nível micro, a gestão social pode ser pensada como um modo de orientação para uma ação organizacional que subordina a lógica instrumental às lógicas sociais, políticas, culturais ou ecológicas.

Sintetizando, dentre os desafios até então pontuados no decorrer desta seção, no entendimento de França Filho, são estes os dois grandes desafios que se impõem à gestão social:

De um lado, superar uma cultura política tradicional que permeia o mundo das organizações sociais e empreender parcerias efetivas entre sociedade civil e poderes públicos que reconheça e estimule o real potencial dos grupos implicados, para além de uma mera atitude de instrumentalização da ação. Do outro, a necessidade de construção de um arcabouço metodológico que preencha os requisitos básicos de uma gestão genuinamente comprometida com o social. Isto implica [...] na adoção de uma abordagem crítica que permita discernir aquilo que pode ser incorporado do mundo privado e o que deve ser efetivamente constituído, resguardando desse modo o reconhecimento da especificidade, em termos de racionalidade, do universo da gestão social. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 06)

Pinho e Santos (2015) refletem que, na forma como a gestão social vem sendo concebida e definida, se presume uma sociedade sob a ótica da construção democrática, consideravelmente desenvolvida, estado esse que parece não ser o caso brasileiro, mediante o histórico aqui mencionado. Tecem uma pertinente crítica acerca da aplicabilidade do conceito de democracia deliberativa enquanto fundamento do conceito de gestão social apresentado por Tenório, ao se analisar a realidade brasileira. Ao examinar algumas experiências, supostamente de gestão social, concluem que a estas faltam os elementos basilares para serem classificadas como tal, a exemplo da participação, decisões coletivas, mobilização e descentralização, levando os autores a entender que a gestão social tal qual pensada pelos expoentes teóricos, encontra óbices nos aspectos estruturais do processo histórico brasileiro.

Os autores apresentam como grande desafio para a sociedade brasileira como um todo, a construção de uma cultura política democrática, a superação do autoritarismo como forte

marca da tradição brasileira, constituição efetiva de uma sociedade civil liberta da dependência do poder público e a superação do patrimonialismo, este último, totalmente adverso à cidadania deliberativa. Constitui-se, portanto, este o grande desafio para a gestão social, considerando que o Brasil se encontra na fase de criação, construção, consolidação e aperfeiçoamento das instituições democráticas, faltando muito ainda para a construção de uma democracia mais substantiva e consolidação da participação democrática, representativa e deliberativa.

Assim sendo, não se deve perder de vista na gestão social a dimensão política na ação das organizações e sua finalidade não lucrativa, com objetivos bem definidos na sua área de atuação, quer social, política, cultural, ecológica ou outra. Como assevera França Filho (2007), “além de vocação, este é um dos ensinamentos que pode nos oferecer esta noção de gestão social, deixando assim as sementes para uma nova cultura política cidadã e democrática das organizações”.

4.1.1 Os Desafios do Trabalho com Criança e Adolescente

Muitas iniciativas por parte da sociedade civil têm acontecido priorizando o trabalho com crianças e adolescentes, intervindo em suas questões. Algumas delas com o fim de contribuir para o processo educativo em cidadania destes, têm conseguido resultados animadores por meio de projetos desenvolvidos por diversas iniciativas, a exemplo do Cria e Projeto Axé que têm maior visibilidade na cidade de Salvador, dentre outras com menor projeção no cenário estadual, mas com efeitos profícuos, dentre estes o objeto de estudo deste trabalho, o CEZA. Muitas destas iniciativas buscam reconstruir a autoestima, ampliar as possibilidades de participação desta parcela da população na sociedade, intervindo criticamente, cultivando valores e buscando capacitá-los para assumir o respectivo papel na sociedade, reconhecer e fruir os direitos e deveres como cidadão. Estas iniciativas demonstram que é possível educar e transformar as crianças e adolescentes em cidadãos produtivos, sujeitos ativos e que sabem se situar no mundo onde vivem, garantindo-lhes na prática o que a legislação prevê no papel, tratando-os com o respeito que merecem.

Não obstante, a estes trabalhos muitos desafios se apresentam os quais precisam ser vencidos a cada dia relativos à sustentabilidade da organização, estabelecimento de prioridades, metodologia de trabalho, contexto no qual se realiza, coerência entre a proposta e a prática,

dentre outros, porém, aqui serão focados apenas os desafios que se seguem por limitações óbvias do presente trabalho no que se refere à delimitação do objeto de estudo.

O primeiro e grande desafio a vencer é se desvencilhar da ideia cristalizada de que crianças e adolescentes devem ser seres passivos, objetos tão somente de proteção e cuidado por estarem em formação, sujeitos de direitos protetivos. Tal ideia remonta a uma cidadania limitada à passividade, à perspectiva do ter direito a direitos e não ter direito à voz. Desvencilhar-se desta ideia abrirá as possibilidades de vislumbrar nesta parcela da população o poder de exercer uma cidadania ativa, pautada na participação e democracia. É cediço que crianças e adolescentes não têm ainda fruição de todos os direitos civis e direitos políticos, portanto, dentro do conceito tradicional de cidadania eles não poderiam exercê-la plenamente, mas esta cidadania pode ser exercida de forma plena nos espaços de convivência, tais como a escola, igreja, outras organizações e no seio da própria família de forma crítica, participativa e criativa. Numa perspectiva de educação para a cidadania, esta possibilidade que se abre para a criança e o adolescente poderem pensar, expressar sua opinião e decidir coletivamente, é um exercício que desenvolverá suas potencialidades, competências e experienciar o ser cidadão, levando isso para outras esferas de sua vida adulta.

O direito de pensar é necessário para que se chegue à possibilidade de criar, que é um dos mais extraordinários dons da humanidade. É a partir desse ponto e mediante constantes ensinamentos que ela conseguirá chegar a invenção científica, tecnológica e artística, podendo chegar também à criação de novas formas de convivência, de novas formas de organização social. (DALLARI, 2000, p.32)

Se a população for acostumada a ser tratada e respeitada como cidadã desde a mais tenra idade, desde o início de sua formação, terá condições e possibilidades de agir de forma consciente no exercício pleno de sua cidadania, participando plenamente da sociedade, qualificando a sua vida e sua existência, enquanto pessoa em desenvolvimento, argumenta Rossi (2008). Nesse diapasão,

é este novo paradigma da infância que tem sido o alicerce indispensável para a emergência da participação infantil como uma questão social, política e científica [...], ou seja, pensar nas crianças, pensar na infância, é pensar também num grupo social, com um conjunto de direitos reconhecidos no campo dos princípios, apesar da sua escassa aplicabilidade nos cotidianos de muitas crianças, para as quais o desenvolvimento de esforços, que assegurem sua participação é essencial, uma vez que a participação infantil é uma ferramenta indiscutível para fugir ou lutar contra ciclos de exclusão. [...] solidificou-se a ideia da indispensabilidade da participação infantil, ao, entre outros aspectos, se considerar que é necessário mudar o mundo não só pelas crianças, mas acima de tudo com a sua participação. (SOARES, 2005 apud ROSSI, 2008, p.140)

Desta forma, defende o autor supracitado, estará sendo possibilitado a esta parcela da população, desfrutar da cidadania, intervindo e participando na vida comunitária, nos múltiplos circuitos de ação, identificando-se com os valores, beneficiando-se com os direitos e definindo as responsabilidades, tendo a possibilidade de participar de assuntos do próprio interesse, admitindo-se no diálogo a contribuição desta na elaboração de decisões e objetivos comuns, no âmbito de diferenciados campos de ação.

Há que se ter clareza acerca do processo educativo permanente para a cidadania, mesmo na vida adulta, pois esta, está em constante construção. Para aqueles que desejam seguir esta trilha e focam sua prioridade de ação no processo educativo em cidadania, se questiona quais os fatores a serem considerados para uma maior efetividade neste trabalho. Um dos fatores fundamentais para esse processo educativo em cidadania, conforme evidenciado anteriormente é a participação, essencial na democracia. A participação, segundo Demo (2001) é autopromoção e existe enquanto conquista processual, sabendo que não existe participação suficiente, nem acabada e não pode ser vista como dádiva, concessão ou algo preexistente. O referido autor entende que, sob a perspectiva da participação é possível vislumbrar a redução das desigualdades a partir do momento em que o indivíduo se reconhece como sujeito ativo, agente transformador da sociedade. Consoante este autor, “a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo árduo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses adversos” (DEMO, 2001, p. 23). Daí a importância de introduzir a educação para a cidadania a partir do estímulo à participação. Nesta perspectiva,

discutir com os jovens sobre o direito à participação dos mesmos significa, portanto, discutir com os mesmos sobre o acesso universal à saúde, à educação de qualidade e emprego digno como formas de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento humano. Não basta, no entanto, discutir, ficar no âmbito puramente linguístico e retórico, pois a participação e a inclusão de crianças e de jovens depende das possibilidades de espaços sociais oferecidos às mesmas para desenvolverem concretamente suas ações, nas quais possam efetivamente vivenciar e experienciar a auto-organização e as variantes de cogestão e também onde possam aprender como influenciar o desenvolvimento e o planejamento da sua vida futura, seja ela pessoal ou social. (THOLE, 2000 apud SANDER, 2010, p.6)

Esta autora adverte que deve se ter o cuidado para garantir realmente às crianças e adolescentes uma participação autônoma e emancipadora a fim de não se introduzir num trabalho como este uma falsa participação, ou seja, chamar as crianças e adolescentes para uma atividade na qual não possam opinar, já esteja tudo pré-determinado e não tenham poder decisório algum. Esta entende que assim como quando se fala em cidadania, só é cidadão quem

é sujeito ativo e protagonista, só é possível falar em participação de crianças e adolescentes quando os mesmos são os protagonistas ou sujeitos do processo. Enfatiza que a participação é um processo que se inicia com os envolvidos e não para os envolvidos na ação. Paulo Freire há longas datas vem trazendo esta reflexão:

[...] o que pode e deve variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos, é o conteúdo do diálogo. Substituí-lo pelo antidiálogo, pela sloganização, pela verticalidade, pelos comunicados é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos da “domesticação”. Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar em um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra. (FREIRE, 1987, p.52)

Sander (2010) sustenta que democracia, participação e, por conseguinte, exercício de cidadania não podem ser aprendidos apenas lendo, ouvindo ou escrevendo sobre estes, mas vivendo e experienciando com outras pessoas. Assim, além das escolas, estas organizações podem ser espaços de aprendizado, vivência, exercício de participação, democracia e, por conseguinte, de cidadania. Quando se refere à participação de crianças, adolescentes e jovens, considera que devem ser reforçados os aspectos pedagógicos necessários para uma participação efetiva deles, devendo ser processual, formativa e circunscrita a espaços institucionalizados, respeitando e dialogando com eles para fortalecer sua autoconfiança e obter resultados positivos com a sua participação. Esse se constitui um considerável desafio no trabalho com crianças e adolescentes.

Outro grande desafio estaria relacionado às semelhanças e à diversidade existente no meio deste grupo. Semelhanças no que se refere às características próprias da faixa etária aqui já pontuadas em capítulo anterior no que se refere aos aspectos biopsicossociais e às condições de existência similares por conviverem, em geral, em espaços comuns. Diversidade no que se refere às vivências individuais fora da organização no ambiente familiar, escolar e da comunidade, além das características pessoais relativas a personalidade, gênero, etnia e religião. Lidar com estas questões em um grupo que está em formação, necessitando desenvolver sua autonomia e ter reforçada sua autoestima exige atenção especial e, sobretudo, respeito a esta diversidade. No caso da faixa etária que envolve os adolescentes, dada sua característica questionadora, há que se reforçar este momento saudável, canalizando toda a sua nova capacidade de visão crítica e potencial criativo para a participação e o protagonismo com base no diálogo que deve ser iniciado desde a infância.

Neste momento de formação da identidade, se faz necessário um movimento de

separação psicológica e física dos pais por meio de comportamentos de autonomia, bem como de experimentação de papéis e funções em diferentes contextos sociais, adquirindo capacidade de comprometer-se com uma atividade e uma ideologia, afirma SILVA, T. (2009). Sendo assim, se constitui mais um desafio trabalhar com crianças e adolescentes, porém com grandes possibilidades de êxito se possibilitar que este grupo se sinta participante efetivamente do processo e se identifique com a proposta, então se comprometendo com o trabalho. A supracitada autora enfatiza que as propostas de trabalho que valorizam a escolha, a tomada de decisão, a iniciativa, a aprendizagem em grupo, a liberdade e a participação favorecem a autonomia e, conseqüentemente, a democracia e o exercício da cidadania.

Outro desafio que permeia a sociedade brasileira como um todo é o descompasso entre as garantias legais e a efetivação destas. O ECA, conforme já discutido, trouxe avanços, mas ainda falta muito para sua concretização plena nesta realidade de desigualdades sociais gritantes, na qual nem todos têm acesso aos direitos ali preceituados. É preciso mobilização e uso dos mecanismos disponíveis de participação para caminhar neste sentido, mas, além disto, existem as necessidades imediatas que precisam ser satisfeitas e as organizações que atuam com crianças e adolescentes se veem divididas entre a intervenção no nível do imediato, uma ação política, uma ação educativa e uma infinidade de intervenções necessárias nesse contexto complexo.

[...] O papel a desempenhar por órgãos ou instituições nas múltiplas esferas de ação da criança deverá ser o de promover uma dinâmica, no contexto da qual, sob uma sensata orientação do adulto, ela vá tomando consciência do que é certo e do que é errado, isto é, de que paralelamente ao exercício dos direitos que lhe foram reconhecidos, advêm deveres e responsabilidades perante os quais terá uma parcela de cumplicidade. Só desta forma as interações sociais surtirão resultados, capazes de acompanhar os desafios que se colocam ao século XXI, no âmbito da relação entre o mundo adulto e o mundo infantil. [...] Não aprendendo a participar, os cidadãos não podem intervir eficazmente na cena pública, seja defendendo um ponto de vista alternativo ou uma nova interpretação, seja agindo em conformidade com interesses gerais abrangidos em sua esfera de atuação. (ROSSI, 2008, p.160)

Apresentados alguns aspectos relativos aos limites e possibilidades do trabalho com crianças e adolescentes numa perspectiva de participação e educação para o exercício da cidadania plena, cabe agora se debruçar mais apuradamente na organização que se constitui o caso em estudo.

4.2 O CEZA EM FOCO

Seguindo na direção de que um trabalho de gestão social em um determinado local deve oportunizar às pessoas se perceberem como cidadãos sujeitos de direitos, se estendendo à análise de possibilidades de crescimento, solidariedade e empreendedorismo, para que consigam enxergar e caminhar rumo ao desenvolvimento pessoal e da comunidade como um todo, construindo coletivamente alternativas de superação e fortalecendo o exercício da cidadania, o presente caso foi escolhido para estudo, cuja caracterização preliminar e histórico inicial do objeto constam na introdução deste trabalho, sendo complementadas com toda a descrição da organização na seção que ora se inicia.

O CEZA, efetivamente, enquanto organização do terceiro setor, passou a existir em 2008 e, conforme mencionado anteriormente, se localiza à Rua São Bento, Quadra 05, Lote 01, na comunidade de Estiva de Buris, situada em Vila de Abrantes, distrito e antiga sede do município de Camaçari, estado da Bahia, a 41 km da capital baiana, sendo este município parte da região metropolitana de Salvador e considerado uma cidade industrial pela presença do Pólo Petroquímico na região. Possui uma área de 784,658 km² que abrange quatro distritos e uma população de mais de 281 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2011. A vegetação local é formada por dunas, manguezais, restingas, mata ciliar e atlântica, contendo também grande zona urbana. A região possui mais de 42 km de litoral, mas na área do distrito de Vila de Abrantes não tem praia, estando ali localizada a igreja mais antiga do município, a Igreja do Divino Espírito Santo, construída pelos jesuítas há mais de 400 anos. A escolha do nome da organização foi uma homenagem à primeira apoiadora e idealizadora, que faleceu em 2012.

Conforme expresso na introdução deste trabalho, a iniciativa de implantação do CEZA partiu de um grupo de pessoas de fora da comunidade, provenientes de classe média e vinculados a uma igreja batista em município próximo, explicitado anteriormente, que frequentavam o local para execução de trabalho voluntário e sentiram necessidade de uma ação mais consistente. Uma pessoa da comunidade com relações políticas conseguiu por intermédio de uma vereadora a cessão de um terreno por parte da prefeitura de Camaçari para construção de um prédio com fins de trabalho comunitário que foi disponibilizado para a associação de moradores, sendo oferecido pela referida associação a este grupo a oportunidade, já que não teria condições de realizar a obra e os voluntários precisavam de um local para fazer um trabalho

sistemático, considerando que vinham fazendo as atividades com as crianças debaixo de uma árvore desde o ano de 2000. Este grupo mobilizou outras pessoas, formando uma grande equipe que reuniu recursos para a obra e formaram a organização. O 1º Estatuto foi criado sem a ideia de que seria uma organização do terceiro setor, depois que foi se estruturando desta forma, dado o caráter do trabalho.

No intuito de conhecer melhor a realidade, bem como verificar as reais necessidades da comunidade local para fundamentação e embasamento do projeto de atuação, em paralelo à construção da sede, mobilizaram profissionais voluntários e fizeram uma pesquisa no início do ano de 2008 com cerca de 319 famílias da comunidade, sendo detectados indicadores econômicos e sociais que confirmavam a leitura que faziam e a carência de intervenção (informação verbal)⁴.

Ficou evidenciado por intermédio da supramencionada pesquisa as mais veementes expressões da questão social, resultantes da lógica de acumulação capitalista que acirram as desigualdades sociais ocasionando o acúmulo de riquezas por uma minoria, expondo as grandes massas à pobreza e suas implicações, ao desemprego, à violência, dentre outras expressões, privando-os das condições ideais de subsistência, o que impacta diretamente no exercício da cidadania. Como esta população pode se ver como cidadão e exercer a cidadania se, em grande maioria, sequer tem acesso a direitos básicos? Neste contexto as políticas sociais não têm cumprido seu papel de enfrentamento da questão social, portanto, não têm se constituído espaço de expansão da cidadania e, por conseguinte, as políticas públicas também não têm se efetivado enquanto garantia de direitos porque ali não chegam. Entendendo que tal realidade encontra-se estabelecida em um país denominadamente democrático, que democracia pressupõe acesso a direitos e enfrentamento das desigualdades sociais por intermédio da participação cidadã, eis um terreno fértil para o fomento do exercício de cidadania, considerando que o povo brasileiro não tem a cultura da participação, o que enfraquece a consolidação da democracia e as possibilidades de tal exercício. Assim, educação para o exercício da cidadania deve ser iniciada desde a mais tenra idade e continuar em todas as faixas etárias de forma perene, pois cidadania é construção permanente. Tais aspectos foram aqui analisados em capítulos anteriores e se ratificam na realidade encontrada naquela comunidade.

Constataram também nesta pesquisa inicial que as crianças na faixa etária de 04 a 11 anos precisavam de uma proteção maior ao risco social. Por isso, inicialmente, foi resolvido

⁴ Informação verbal dada por Dilma Carvalho, gestora administrativa do CEZA, em entrevista individual, concedida em abril de 2015.

que só receberiam crianças nessa faixa etária, considerando que não teriam condições de atender a todos pelos limites objetivos.

Mediante este quadro, no qual o Estado tem dado respostas ineficientes frente à questão social, sensibilizados em se empenhar para mudar esta realidade e trazer novas perspectivas para as famílias e, sobretudo, para as crianças da região, estabeleceram um plano de ação com suas diretrizes e metas. Enquanto associação filantrópica, se caracteriza por não ter fins lucrativos e o objetivo principal que se propõe é tirar a criança e o adolescente da vulnerabilidade, dando suporte para que tenham condições de escolha. O projeto atende atualmente cerca de 153 crianças e adolescentes, com suas respectivas famílias, sendo 76 no turno matutino e 77 no turno vespertino com projetos pedagógicos e oficinas educativas específicas que abordam temas como ética e cidadania, diversidade cultural, educação ambiental, música e arte, além de ministrar palestras à população que incentivam o exercício da cidadania e o empreendedorismo. O cuidado com as crianças e adolescentes inclui acompanhamento nutricional, médico, odontológico especializado e orientação psicopedagógica quando diagnosticada a necessidade. Tudo isso acontece de forma gratuita para os matriculados, uma vez que a instituição se mantém por intermédio do trabalho voluntário e de doações. Com as famílias atuam apenas em reuniões de pais para tratar de assuntos específicos dos filhos, trazendo propostas pontuais dos profissionais voluntários que acompanham as crianças e adolescentes, conforme as necessidades e, mais recentemente, ciclo de palestras educativas. Para seleção é aberto o período de pré-matrícula para compor as vagas existentes e uma equipe de assistentes sociais voluntárias faz a visita domiciliar a todos, elegendo pelo critério da maior necessidade em se tratando do grau de vulnerabilidade, conforme os parâmetros técnicos profissionais.

Define como sendo sua missão “contribuir para minimizar os impactos das carências sociais da comunidade”. Sua visão é “formação de cidadãos responsáveis, conscientes, produtivos, participativos e solidários, através da prestação de serviços comunitários de excelência”. Tem como valores a “ética, o respeito e a solidariedade”.

Durante os 06 anos iniciais do centro comunitário trabalhavam voltados para suporte ao ensino no turno oposto ao da escola para que as crianças não ficassem ociosas e expostas em casa ou pelas ruas, contando com apoio de vários profissionais liberais voluntários. Os pilares eram atendimento, nutrição e proteção contra situação de risco por meio de reforço escolar, atividades lúdicas, atenção básica à saúde e atividades afins, considerando a vulnerabilidade social. Com o passar dos anos, o trabalho foi ampliando e introduziram a música, por meio da

qual crianças e adolescentes que jamais tiveram qualquer contato com teoria musical ou algum tipo de instrumento, aprenderam a tocar músicas clássicas em instrumentos que não teriam acesso nas circunstâncias em que vivem. Receberam doações de flautas doces, então a administração na ocasião contratou um professor de música e este formou uma orquestra filarmônica com crianças e adolescentes dos 09 aos 16 anos que tocam vários instrumentos lendo partitura com desenvoltura e se apresentam onde são convidados, emocionando os ouvintes.

A organização ampliou a faixa etária atendida para 04 aos 16 anos de idade incluindo ações de profissionalização, respondendo à crescente demanda de interessados que os procuravam, assim como também pelo fato de que anteriormente atendiam somente crianças até completar 12 anos e, quando não mais frequentavam o CEZA, ficavam ociosas, sendo em muitos casos posteriormente absorvidos pelo crime organizado. Realizou também uma revisão do Estatuto e o trabalho vem se ampliando para além dos pilares iniciais, embora ainda mantenha uma feição assistencialista.

A organização tem uma diretoria, semelhante a um colegiado, nas quais as decisões são discutidas e votadas; subordinada a este “conselho gestor” independente, que decide tudo acerca da organização, coletivamente, tem uma gerência administrativa e uma gerência educativa que gere a organização e sua equipe de trabalho. A estrutura organizacional do CEZA e seus propósitos podem ser melhor compreendidos com a visualização do organograma institucional e estatuto que constam na seção de anexos.

Os objetivos do trabalho da organização eram, inicialmente, voltados para educação complementar; hoje é formação cidadã plena e profissionalização. Com estes novos objetivos e projetos que estão sendo implantados, a partir dos 14 anos os adolescentes serão encaminhados às oficinas profissionalizantes; recentemente fizeram convênio com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) para encaminhamento destes. O foco do novo projeto é priorizar as competências e a consciência do ser cidadão. Para isso têm as Oficinas de Educação Ambiental, Diversidade Cultural, de Cidadania e Ética, além do módulo complementar de Artes, trabalhando conforme a faixa etária. Cabe neste momento refletir acerca da concepção de cidadania que serve de pilar para este trabalho, consoante o discutido em seção anterior, analisando o enquadramento em um conceito mais formal, porém a organização tem grande potencial para ampliar sua visão considerando que está em um momento de reestruturação, aberta a mudanças e ávida para fazer a diferença na comunidade, o que pode direcioná-la a sustentar as bases de sua ação em uma concepção mais ampliada

acerca da cidadania e as diversas possibilidades de expansão deste exercício, as quais serão vislumbradas na análise de resultados da pesquisa e nas propostas para o CEZA.

Os atores envolvidos são as crianças e adolescentes na faixa etária de 04 a 16 anos, matriculados no CEZA que são moradores da comunidade e que vivem em situação de pobreza, em risco ou vulnerabilidade social, devendo estar matriculados e frequentando a escola formal no turno oposto ao que estão na instituição; mães e/ou pais dos adolescentes matriculados e outros membros da comunidade interessados, podendo contribuir voluntariamente na organização com os trabalhos realizados, se quiserem; voluntários e colaboradores, que dirigem, planejam e executam os projetos de atuação da instituição no intuito de melhorar a vida na comunidade e impactar positivamente nesta; parceiros que fazem doações.

A relação do CEZA com a comunidade é bastante harmônica e de respeito mútuo, pois é vista como uma organização que faz bem aos seus filhos e, desde sua implantação na comunidade procura trazer benfeitorias à coletividade, por meio de pedidos à Prefeitura, a exemplo do asfalto que não tinha, implantação de *container* de lixo e regularidade de coleta seletiva, obtendo êxito nessas empreitadas. O que a organização identifica como atuação exitosa, até o momento, desde o início de suas atividades, é que tem conseguido garantir para as crianças e adolescentes proteção ao risco social na medida de suas limitações, alimentação adequada nos horários que estão no CEZA e atenção preventiva à saúde. Esses foram os efeitos desde sua criação, cumprindo bem o papel ao qual se propunha.

Hoje, está em reestruturação, almejando trabalhar mais intensivamente a formação de competências e intervenção na comunidade. Por limitações das condições objetivas não vêm sendo feitas outras intervenções mais efetivas da organização ou algum trabalho além muros até então, a não ser o ciclo de palestras e, há algum tempo atrás, oficinas de cabeleireiro e massoterapia para as mães aprenderem e poderem realizar serviços para melhorar sua renda familiar.

Não obstante as limitações, os objetivos menos audaciosos do começo e a recente reestruturação do trabalho, a equipe gestora e a multidisciplinar verbaliza retorno positivo por parte das famílias que sinalizam mudanças comportamentais nos filhos e os benefícios de estarem no ambiente da organização. Segundo estes, a própria comunidade tem expressado a influência positiva do CEZA no entorno e a diferença percebida entre as crianças e adolescentes que o frequentam e aquelas que não o frequentam. Tanto é assim que a demanda por matrícula tem sido crescente, mas não têm condições de acolher a todos.

O ciclo de palestras supracitado objetivou ser o início da ampliação de uma ação mais efetiva na comunidade, no qual vêm abordando a questão da violência que é a linguagem mais usada no local, a fim de fomentar a cultura da paz. Constitui-se a violência um grande problema, uma das expressões da questão social que ali se manifestam, assim como também o domínio do tráfico, situação comum na periferia e favelas, cuja atividade movimentada ilicitamente a economia local. Mediante este contexto, a atuação e abordagem tem que ser bem cuidadosa e não ostensiva de combate à marginalidade, haja vista que existem crianças e adolescentes de toda comunidade, inclusive da instituição, sendo seduzidas para comporem seus “exércitos”. Além disso, existem famílias sustentadas por esta atividade e recebem outros benefícios desta “indústria do crime”, considerando que o Estado não tem alcançado muitos locais e largas escalas da população, nas quais só chegam o “poder paralelo” do tráfico. A lógica mercantilista da economia que deixa à margem da sociedade a grande maioria da população, leva muitos a se associarem com o ilícito por uma questão de sobrevivência, sendo esta a fonte de renda. A gestão do CEZA enfrenta este conflito optando pelo convívio pacífico com toda comunidade, a fim de não inviabilizar sua ação, buscando oferecer alternativas para mudar o foco e mostrar, por meio da atuação de uma equipe multidisciplinar voluntária, que existem outras possibilidades para fazerem o enfrentamento das dificuldades de sobrevivência e superar a situação. Os membros daquela comunidade, em especial as crianças e adolescentes, não são alcançados por políticas públicas efetivas de educação, saúde, segurança e emprego, dentre outras. Ao se deparar com a realidade de crianças e adolescentes nestas comunidades, vulneráveis em todos os sentidos, cujo desenvolvimento integral se torna bastante comprometido, se reforça o questionamento acerca do reconhecimento dos direitos desta parcela da população postulados no ECA e a forma como é tratada a cidadania destes na realidade brasileira.

Cabe questionar se, além da intervenção realizada, seria possível algum outro tipo de atuação que possibilitasse um incremento na economia local de forma alternativa. Considerando que o CEZA tem limitações, pretende realizar outras ações com o fim de contribuir para a melhoria da comunidade ou pelo menos das famílias que têm seus filhos ali matriculados. A atual gestão acredita que se começarem a fazer um trabalho mais intenso na conscientização de direitos e deveres e, em paralelo, trazer alternativas de sustentabilidade para estas famílias, causarão impacto maior e terão uma intervenção mais eficaz.

Há muitos voluntários envolvidos que abraçaram a causa e acreditam no trabalho do CEZA. A fim de conseguir executar suas atividades de forma financeiramente viável, conta

com uma equipe de voluntários, somando-se às pessoas que são colaboradores contratados ou prestadores de serviços. Ao todo são sete coordenadores de oficinas (quatro com formação em pedagogia; um maestro, dois monitores de música), um assistente administrativo, uma gerência administrativa e pedagógica, uma assistente social, um motorista, um chefe de cozinha, dois auxiliares de cozinha, dois apoios à administração e duas auxiliares de limpeza, sendo estes todos contratados. Como voluntários têm um profissional de *marketing*, um para captação de recursos e profissionais liberais (psicóloga, psicopedagoga, nutricionista, enfermeira, odontóloga, médica, técnico de informática, instrutores de inglês, artes e recreação). Evidencia-se na postura destes voluntários no desenvolvimento do trabalho, um senso de responsabilidade e compromisso muito forte com a organização e com a comunidade, seguindo todos uma linha de atuação, cada um na sua área, mas contribuindo para os fins aos quais a organização se propõe.

Em entrevista semiestruturada realizada com estes, verbalizam acreditar que, mediante a gestão do trabalho realizado até então, têm causado impacto na vida das crianças e adolescentes atendidos ao prestar uma assistência de qualidade à qual não teriam acesso em outra instituição ou no serviço público, além de, durante as atividades, ocupar o tempo que teoricamente estaria ocioso e exposto a situações de risco nas ruas, estimulando o despertar de uma consciência cidadã, a autopercepção como sujeito de direitos e deveres, bem como a abertura da visão para novas possibilidades e perspectivas, embora não estimule ou trabalhe com eles qualquer tipo de ativismo político. Asseguram que por meio das atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes, têm refletido com estes sobre valores éticos e morais, cidadania, solidariedade, participação e temas correlatos. Consideram ainda que as oficinas realizadas abrem opções para atividades remuneradas futuras, a exemplo da panificação, na qual eles aprendem, produzem o pão que consomem e ainda comercializam uma parte para adquirir recursos para a instituição, embora isto se dê de forma tímida pela falta de recursos.

O sustento do CEZA não vem de qualquer tipo de convênio e a média de orçamento mensal em 2016, consoante informação verbal da gestora administrativa, corresponde a R\$ 38.227,28 (trinta e oito mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos). Para a manutenção recebe muitas doações materiais de pessoas físicas e jurídicas, realiza campanhas permanentes de “apadrinhamento das crianças e adolescentes” por meio das quais 123 pessoas se habilitaram a ser padrinhos permanentes dos matriculados realizando contribuições mensais diversas correspondentes a 15,49% do orçamento mensal, são promovidas campanhas

periódicas, eventos para angariar fundos e efetua recolhimento mensal de notas fiscais, correspondendo estas últimas ações para captação de recursos a 8,63% do orçamento. O maior mantenedor, no entanto, é a igreja batista referida anteriormente, pois acredita no projeto desde o início, porquanto os membros fundadores são vinculados a esta, então arca com 75,88% do orçamento mensal. Não obstante, é patente o esforço em não vincular a imagem das duas organizações e respeitar a autonomia do CEZA, embora esta independência e autodeterminação não seja total. Conquistou o título de utilidade pública em nível municipal, estadual e federal. Tais títulos viabilizam a possibilidade de parcerias, convênios com órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda, o que poderá estimular o patrocínio e vinda de novos recursos por convênios com a esfera pública.

Para Sorj (2003), o critério de relevância dos projetos de uma ONG poderia ser o de que, num prazo determinado de tempo, sejam absorvidos por políticas públicas ou passem a ser autossustentáveis, daí a importância de envidar esforços nesse sentido.

A falta de recursos financeiros é um fator limitador para o CEZA, pois referem ter muitas ideias de projetos que impactariam a comunidade, mas faltam recursos para implementá-los e desenvolvê-los, por isso sua equipe voluntária de captação de recursos tem trabalhado com metas para resolver este problema que versam em torno da busca de recursos para manter o funcionamento até terem autossuficiência, manter captação atual funcionando e aumentando, pesquisa e avaliação de mercado para identificar novos patrocinadores de longo prazo, ampliação da participação no programa “Sua nota é um SHOW”, atualizar *site* e *links* do CEZA, ampliar rede social, criar a equipe de *telemarketing*, identificar no mercado grupos de empresários e utilizar a estratégia do “Café dos Empresários”, com objetivo de ampliar os parceiros para “apadrinhamento” de crianças e adolescentes, criar o selo “Sou parceiro do CEZA” e buscar editais para captar recursos, porém os resultados até então não foram obtidos positivamente na medida que necessitam.

Por tudo quanto visto, constata-se que se trata de uma organização séria, comprometida com a clientela usuária e movida por um genuíno desejo de fazer diferença, embora a esta sejam postos diariamente muitos desafios concernentes à realidade vivenciada e outros inerentes à gestão social, bem como os específicos do trabalho com crianças e adolescentes na educação para a cidadania, consoante discutido em seção acerca da temática.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção será explicitado todo o percurso metodológico da pesquisa, especificando a abordagem metodológica, as técnicas utilizadas e a estratégia de análise. Vale ressaltar que a situação empírica e os atores envolvidos já foram devidamente especificados no corpo deste trabalho em seções anteriores.

Para a presente investigação optou-se pela pesquisa qualitativa por possibilitar o entendimento da complexidade da temática, cuja simples análise e busca de dados numéricos não permitiriam compreender a magnitude da questão social que envolve o problema em tela. A relevância da pesquisa qualitativa se revela quando, conforme Flick (2004, p.18), se constata que

A mudança social acelerada e a conseqüente diversificação de esferas de vida fazem com que os pesquisadores sociais defrontem-se, cada vez mais, com novos contextos e perspectivas sociais; situações tão novas para eles que suas metodologias dedutivas tradicionais – questões e hipóteses de pesquisa derivadas de modelos teóricos e testadas sobre a evidência empírica – fracassam na diferenciação de objetos. Conseqüentemente, a pesquisa é, cada vez mais, obrigada a utilizar estratégias indutivas: em vez de partir de teorias para testá-las, são necessários “conceitos sensibilizantes” para abordagem de contextos sociais a serem estudados.

A abordagem metodológica escolhida foi estudo de caso, considerando que, conforme assevera Yin (2010), é o mais indicado no exame dos eventos contemporâneos e no contexto de vida real quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, assim como os limites entre o evento e o contexto não são evidentes. Segundo Roesch (1999) ainda, é especialmente adequado ao estudo de processos, estudando fenômenos em vários ângulos. Foi escolhido um caso único e especificamente o CEZA, dada a riqueza de possibilidades que representa e à necessidade de potencialização de seu trabalho com os usuários dos serviços, podendo se expandir para o território no qual se localiza, contribuindo para o desenvolvimento deste.

Esta abordagem foi escolhida devido à capacidade deste método de lidar com uma ampla variedade de evidências (entrevistas, documentos e observações), se verificando sua pertinência para o alcance dos objetivos desta pesquisa e instrumentalizando o desenvolvimento da TGS proposta, ao examinar uma dada realidade tão complexa como a que se apresenta.

As técnicas metodológicas escolhidas compuseram o desenho metodológico do presente

projeto, composto das fases abaixo descritas:

- Fase 1 - Conhecimento da forma de atuação da organização, sua gestão e atuação da equipe que desenvolve os projetos, utilizando como técnicas a observação do trabalho realizado, de documentos de gestão e dos projetos executados, bem como entrevistas individuais semiestruturadas com a gestão e membros da equipe que desenvolve os projetos;
- Fase 2 - Conhecimento da visão e do sentimento das crianças, adolescentes matriculados no CEZA e seus pais ou responsáveis em relação à organização, recorrendo às técnicas de entrevista coletiva e questionários com os mesmos, assim como observação com anotações;
- Fase 3 – Pesquisa de experiências profícuas na Residência Social que se configurem possibilidades e alternativas para melhoria da organização, em *sites da internet*, mídias sociais, jornais e revistas científicas por meio das técnicas de pesquisa de documentos de experiências vistas na Residência Social, *sites da internet*, mídias sociais, jornais e revistas científicas, entrevistas não estruturadas com gestores sociais de outras organizações durante a Residência Social e observação de experiências durante a Residência Social.

As fases acima descritas e a escolha das técnicas foram assim organizadas e definidas com o fim de atender aos objetivos propostos, conforme será devidamente justificado no curso desta seção.

A fase 1 se iniciou com a observação efetuada em visitas realizadas ao CEZA para analisar o trabalho da instituição no horário de expediente normal, acompanhando todo o funcionamento, a fim de apropriar-se da realidade *in loco*, estabelecendo um diálogo sobre os limites e possibilidades da organização.

Segundo Vergara (2009) a observação tanto é útil para complementação de dados obtidos em entrevistas e questionários, quanto em situações nas quais não é possível nenhum desses métodos, permitindo ao pesquisador se aproximar e sentir as emoções envolvidas, motivações, interesses, expectativas, bem como possibilitando descobrir causas, efeitos e interações.

Nestas visitas realizou-se a pesquisa de documentos de gestão e dos projetos executados, buscando conhecer a organização, sua estrutura e como se desenvolve o planejamento e

execução do trabalho, examinando os planejamentos, relatórios, organograma, visão, missão, metas e projetos em andamento a fim de verificar os principais objetivos, processos de trabalho, processos decisórios, níveis de participação e prioridades, dentre outros aspectos que se configuraram relevantes durante a pesquisa.

Flick entende a análise de documentos como fonte autônoma ou complementar a outras técnicas. Para ele,

[...]os documentos não são somente uma representação dos fatos ou da realidade. Alguém (ou uma instituição) os produz visando algum objetivo (prático) e a algum tipo de uso (o que também inclui a definição sobre a quem é dado acesso a esses dados). Ao decidir-se pela utilização de documentos em um estudo, deve-se sempre vê-los como meio de comunicação. O pesquisador também deverá perguntar-se acerca de: quem produziu esse documento, com que objetivo e para quem? Quais eram as intenções pessoais ou institucionais com a produção e o provimento desse documento ou dessa espécie de documento? Os documentos não são portanto, apenas simples dados que se pode usar como recurso para a pesquisa. Uma vez que comece a utilizá-los para a pesquisa, ao mesmo tempo o pesquisador deve sempre focalizar esses documentos enquanto um tópico de pesquisa: quais são suas características, em que condições específicas foram produzidos, e assim por diante. (FLICK, 2009, p.232-233)

Ainda na fase 1 foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas direcionadas ao gestor e aos profissionais contratados que atuam nas oficinas educativas e outros membros da equipe, conforme necessidade percebida na observação. “Quando adequadamente planejada, executada e interpretada pelo pesquisador, a entrevista, certamente, alimenta a investigação com informações coerentes e consistentes que têm grandes chances de conduzir o pesquisador a conclusões adequadas”. (VERGARA, 2009, p.02)

Foi muito rico o fato da entrevista seguir a forma semiestruturada pois, embora tivesse um roteiro focalizado, permitiu flexibilidade, abertura para adaptação das perguntas conforme a necessidade e explicações ao entrevistado, dando-lhe ocasião a expressar sua opinião e seu nível de informação, tornando o momento da entrevista mais dinâmico e enriquecendo a coleta das informações, confirmando o que Vergara (2009) assevera acerca deste tipo de entrevista.

Para iniciar a fase 2, recorreu-se à entrevista coletiva para fazer escuta qualificada das crianças, adolescentes e dos pais ou responsáveis vinculados ao CEZA, conhecendo o pensamento e a visão acerca da organização, bem como proporcionando espaço de compartilhamento. Foi usada esta técnica precedendo à operacionalização do questionário, na qual o grupo foi sensibilizado para a atividade por meio de uma dinâmica de apresentação e usadas perguntas norteadoras da discussão, se assemelhando a uma roda de conversa

relativamente informal que deu bastante liberdade de expressão aos entrevistados.

“Esse tipo de entrevista permite perceber como o grupo interage, quem lidera, quem muda de opinião e de percepção e como isso acontece, como afloram as emoções...” (VERGARA, 2009, p.17). Ainda segundo Vergara (2009), a entrevista coletiva deve ter um roteiro semiaberto e pode possibilitar uma sinergia entre os participantes, ocasionando grande fluxo de informações, cabendo ao entrevistador utilizar estímulos diversos que lhe permitirão obter um panorama de preocupações, idealizações, posicionamentos comuns ou divergentes, processos de consenso, diálogos, assuntos de interesse comum, dentre muitos outros aspectos.

Prosseguindo na fase 2, foram operacionalizados os questionários com todas as crianças e adolescentes presentes, em grupos separados por faixa etária, aproveitando o tempo que dispõem durante a permanência na organização e, em outro momento, com grupo de pais ou responsáveis, sendo estes convidados previamente. Por intermédio desta técnica buscou-se verificar o vínculo que as crianças e adolescentes atendidos e seus pais ou responsáveis têm com o CEZA, considerando que quanto mais identificados se sentirem com o local, mais intensa será a participação e menor será a evasão, consoante o que veio sendo discutido no decorrer deste trabalho. Os modelos de questionários utilizados foram fornecidos pelas titulares da disciplina Indivíduo e Contemporaneidade, cursadas no presente mestrado, cuja proposta de trabalho para pesquisa na referida disciplina coadunava com os objetivos da presente pesquisa, sendo assim feita uma composição de ambos trabalhos neste momento investigativo.

De acordo com Vergara (2009, p.57), “uma das possibilidades de adequação de um questionário a uma pesquisa é poder abranger um maior número de informações e obtê-las em espaço de tempo mais curto do que o necessário para entrevistas e observações”, uma das razões da escolha, considerando quantitativo de pessoas a serem pesquisadas.

Ainda na fase 3, durante as atividades grupais, a técnica da observação foi utilizada, buscando visualizar questões relacionadas ao uso do espaço, às relações entre os colaboradores e pais ou responsáveis, às relações entre os colaboradores e as crianças e adolescentes, destes com os pais ou responsáveis e das crianças e adolescentes entre si, bem como buscar perceber o verbalizado e o não verbalizado, mas expresso durante os trabalhos.

“Na pesquisa qualitativa, a observação pode ser usada com diferentes graus de participação do pesquisador no campo de estudo”. (FLICK, 2009, p.217)

Entende-se que a observação é complementar aos dados obtidos com as demais técnicas, contribuindo para uma visão mais fidedigna da realidade em suas diversas nuances.

Na fase 3, por meio do acesso a documentos de experiências, se visou conhecer os projetos das instituições visitadas na Residência Social e pesquisa de outros documentos de experiências vistas, *sites* da *internet*, mídias sociais, jornais, revistas científicas, livros, artigos e experiências diversas consolidadas em *sites* da *internet*.

Conhecida a atuação do CEZA, a realidade concreta do cotidiano da organização e constatada as possibilidades de melhoria, esta técnica permitiu levantar modelos de tecnologias ou experiências que pudessem ser adotadas adaptando à realidade e que potencializassem o trabalho da organização, respondendo ao objetivo do estudo. Para tal, buscou-se durante a Residência Social, registrar as experiências vividas e pesquisas feitas no local, bem como verificar em *sites* de pesquisa da *internet*, mídias sociais, jornais, livros e artigos, experiências consolidadas existentes que se constituem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas na interação com comunidades e que representem efetivas soluções de transformação social que possam ser usadas e/ou readaptadas para uso no CEZA, que se constituam possibilidades de potencialização do trabalho realizado e que possam impactar significativamente os envolvidos.

“Difícilmente uma atividade institucional [...] ocorre sem produzir um registro. [...] Embora esses registros e documentos não tenham sido produzidos para fins de pesquisa, eles e a informação neles contida podem ser utilizadas para pesquisa”. (FLICK, 2009, p.230)

O conhecimento de realidades distintas e experiências diversas favorece a expansão da visão de mundo e acesso a informações desconhecidas que podem contribuir em outras realidades, mesmo com suas especificidades, ocasionando um novo olhar e agir.

No decorrer desta fase, foram realizadas entrevistas não estruturadas, com o fito de conhecer os projetos das instituições visitadas na Residência Social, realizando troca de saberes e experiências, adquirindo novos conhecimentos por meio da escuta dos profissionais e usuários vinculados a estes projetos e experiências, a fim de buscar estratégias que visam o exercício da cidadania, o protagonismo social e alternativas para incrementar a atuação do CEZA.

A escolha deste tipo de entrevista se deu porque “um roteiro cuja estrutura seja aberta tem o objetivo de explorar de maneira mais ampla uma situação, seja fazendo perguntas diretas, seja inserindo-as no meio de uma conversa que inclua outros pontos” (VERGARA, 2009, p.15), proporcionando espaço ao entrevistado expressar opiniões, interpretações, percepções e representações; e ao entrevistador, obter um maior espectro de informações.

Finalizando a fase 3, foi efetuada a observação de experiências durante as atividades das

instituições visitadas, tendo como foco observar a dinâmica organizacional e como se desenvolviam os projetos em ação, bem como os processos relacionados, identificando experiências inovadoras que podem ser replicadas na realidade local do CEZA.

A importância da observação se evidencia na seguinte afirmativa de Yin (2010, p.136):

A evidência observacional é frequentemente útil para proporcionar informação adicional sobre o tópico sendo estudado. Se o estudo de caso for sobre uma nova tecnologia ou um currículo escolar, por exemplo, as observações [...] são auxiliares valiosos para o entendimento dos seus verdadeiros usos ou de qualquer potencial problema encontrado. Da mesma forma, as observações de um bairro ou de uma unidade organizacional adicionam novas dimensões ao entendimento do contexto ou do fenômeno sendo estudado.

Assim se delineou toda a trajetória metodológica percorrida na presente pesquisa com o fito de alcançar os objetivos propostos. Ao final de todas estas fases foi elaborado um caso para ensino contendo toda a experiência do CEZA, constatações da pesquisa e as estratégias sugeridas, pois esta foi a TGS proposta no início da pesquisa, se constituindo um de seus objetivos.

Como estratégia de análise, a técnica escolhida para analisar todos os dados coletados na presente pesquisa foi Análise de Conteúdo, utilizando como unidades de análise, o conteúdo teórico, projetos, processos, métodos, mecanismos, problemas e soluções, conforme será melhor explicitado na sequência. O material empírico usado foi literatura, documentos, entrevistas, questionários e observação, que se configuraram necessários no decorrer do estudo.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977 apud VERGARA, 2005, p.15)

Segundo Colbari (2014, p.254), “as definições de análise de conteúdo por si só constituem um indicador do ecletismo e da maleabilidade que marcam essa técnica de tratamento de dados não numéricos, cujo campo de aplicação é vasto e diferenciado”. Segundo este autor, pode ser considerada um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, mesmo partindo de diferentes concepções teóricas, se adapta ao problema de pesquisa e à criatividade do pesquisador.

Para Bardin (BARDIN, 1979 apud VERGARA, 2005), a análise de conteúdo compreende as seguintes etapas básicas:

- “pré-análise” - fazer seleção prévia do material e definir os procedimentos a serem seguidos;
- “exploração do material” – implementação dos procedimentos planejados na etapa anterior, realizando a exploração do material, dos textos e do que colher para conhecimento do conteúdo dos documentos a serem analisados;
- “tratamento dos resultados” - transformar os dados e informações brutas em unidades de análise. Diz respeito à geração de inferências e dos resultados de investigação, podendo nesta etapa haver a confirmação de hipóteses.

Feita a pré-análise em momento inicial e de planejamento da pesquisa, foi traçado e cumprido o seguinte roteiro para análise de conteúdo:

- 1) Fase 1: Análise do conteúdo da observação do trabalho realizado no CEZA, dos documentos de gestão, dos projetos executados e das entrevistas semiestruturadas com gestora e equipe que desenvolve os projetos a fim de verificar como tem sido a atuação da instituição e a estrutura de funcionamento, identificando as necessidades de melhoria. A análise das observações, dos documentos, dos projetos e anotações oriundas das entrevistas foram concomitantes, identificando fragilidades na atuação, necessidades de melhoria e possibilidades de ação, suscitando reflexão e discussão sobre tudo o que foi observado e os dados coletados, a fim de levantar propostas;
- 2) Fase 2: Análise do conteúdo das observações com anotações, rodas de conversa, questionários com crianças e adolescentes matriculados, bem como os pais ou responsáveis, no intuito de verificar o vínculo que as crianças e adolescentes atendidos e seus pais/responsáveis têm com o CEZA, buscando perceber o pensamento e a visão acerca da organização. Inicialmente foram tabulados todos os dados coletados nos questionários e encaminhados os desenhos para interpretação por parte de uma psicóloga, colega da turma de mestrado que colaborou com a pesquisa, depois foram construídas as nuvens de palavras com a ajuda de aplicativo da *internet*. Com esses dados até então analisados foram obtidos os mapas afetivos e cognitivos com base nos conhecimentos da disciplina do curso, *Indivíduo e Contemporaneidade*, verificando o vínculo existente com a organização que impacta no comprometimento, mobilização, engajamento e participação (FELIPPE e KUHNE, 2012). Em seguida, toda a equipe de colegas do mestrado que colaborou com esta pesquisadora nesta fase analisou os conteúdos das observações e entrevistas

coletivas nas rodas de conversa, comparando com os demais dados coletados, levantando sugestões para o CEZA. Concluída essa fase, realizada reunião com a gestão para dar devoluções dos achados nesta fase da pesquisa na expectativa de garantir um espaço de compartilhamento e escuta dos participantes, identificar possibilidades de melhoria no trabalho da organização, estimular o desencadeamento de um processo de maior participação para crescimento da organização e identificar os vínculos existentes entre os atendidos e esta, contribuindo para o levantamento de propostas ao final da presente pesquisa;

- 3) Fase 3: Análise do conteúdo dos documentos de experiências pesquisadas, entrevistas não estruturadas com gestores sociais de outras organizações e observação de experiências durante a Residência Social, bem como outras em *sites* da *internet*, mídias sociais, jornais e revistas científicas, a fim de examinar os dados de pesquisa que se configurem em possibilidades de desenvolvimento de ações que possam impactar significativamente o CEZA e a vida das crianças e adolescentes atendidos pela organização, prioritariamente. Inicialmente foram analisadas as observações, os documentos, os projetos e anotações oriundas das entrevistas durante a Residência Social, depois, se verificou por meio de *sites* de outras organizações cuja clientela e realidade são similares às do CEZA, outras experiências reconhecidas como referência para simples complementação de conhecimento. Pretendeu-se com isto, trazer elementos para sugerir à organização inserir no planejamento de ações se assim desejar, ao analisar criticamente as possibilidades de melhoria, conforme a realidade local. Ao final, foi avaliada a aplicabilidade das ações na instituição, em diálogo com a equipe gestora, mantendo as propostas viáveis para que venham a implementá-las em tempo oportuno de forma livre, conforme decisão da gestão e equipe.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

As informações mais detalhadas e toda descrição acerca do objeto de estudo até então apresentadas foram frutos do cumprimento da primeira fase da pesquisa consoante delineado no capítulo anterior.

Por intermédio da pesquisa realizada com as crianças, adolescentes e com os pais na fase 2, se tornou possível compreender como se dão as relações do CEZA com a clientela usuária e em quais pontos deve haver uma intervenção para melhorias, tornando a atuação mais efetiva e profícua. Não obstante as dificuldades, as famílias beneficiadas com o trabalho do CEZA têm um sentimento positivo em relação à instituição, sentem-se seguras no local e reconhecem o seu papel transformador na realidade de suas vidas, dando-lhes oportunidades antes impossíveis, mesmo mediante seus limites. Na verdade, o CEZA é um oásis em meio àquele deserto, reconhecido e respeitado por toda a comunidade, mesmo aqueles que não têm seus filhos ali matriculados. A despeito disto vislumbra-se que a organização pode muito mais, o que se corroborou durante toda a pesquisa.

Esta percepção foi demonstrada tanto pelas crianças e adolescentes, quanto pelos pais pesquisados. No entanto, diante das mudanças que estão sendo implantadas pela nova gestão, a comunidade está sentindo falta de alguns serviços que antes eram oferecidos e com as mudanças foram suspensos, causando algumas insatisfações, a exemplo do reforço escolar no cumprimento das atividades escolares, queixa levantada pelos pais, não pelas crianças e adolescentes. Cabe neste momento uma reflexão acerca da forma como essas mudanças foram implementadas e o nível de participação da comunidade atendida nas decisões da organização, não adentrando aqui no mérito das questões, se foram mudanças acertadas ou não.

Ressalte-se que todas as decisões passam por um processo de discussão prévia pelo corpo técnico e pelo conselho gestor, porém o estímulo à autonomia, ao exercício da cidadania e ao protagonismo passa também pela possibilidade de participação efetiva, tal como visto em capítulo anterior. Trazer o assunto para discussão dos envolvidos como maiores beneficiários, abrindo espaço de escuta, ponderando acerca das mudanças propostas e respectivos benefícios, as reais necessidades da comunidade atendida atrelando aos objetivos do trabalho proporcionaria a todos o exercício da democracia, a compreensão de todos os aspectos relacionados às propostas de mudança e o sentimento de pertença à organização, comprometendo-se com esta, além da redução de insatisfações, ainda que pontuais.

É nítido o esforço que está sendo despendido pela gestão do CEZA objetivando consolidar a imagem de que a organização é um espaço para construção de jovens cidadãos e não uma creche ou “banca”, porém se faz necessário a abertura de canais de diálogo para construções coletivas, buscando trabalhar pedagogicamente as crianças, adolescentes e respectivas famílias por intermédio de formas coletivas de aprendizado.

Legitimando o que foi afirmado pela equipe, foi pontuado pelas crianças, adolescentes e pais, sentimentos positivos em relação à organização, expressam que a grande maioria se sente acolhida, segura e bem quando está no local, relacionando-a sempre a aspectos positivos, prazerosos, familiares e de crescimento. Ressaltam o respeito que a comunidade tem pela organização, a percepção do comportamento diferenciado por parte dos usuários desta, bem como, a proteção àqueles que estão usando a camisa com o símbolo do CEZA, inclusive aos voluntários e colaboradores que ali atuam.

Assim, a instituição goza de respeito em uma região com alto índice de violência devido ao seu trabalho em favor de pessoas da comunidade. Por ser uma região dominada pelo tráfico, conforme verbalizado pelos moradores, o “crime” respeita a organização e todos que ali transitam, desde quando não atrapalhe suas atividades. Enfim, todos os pesquisados enaltecem os pontos positivos da atuação do CEZA, principalmente com relação ao que a instituição oferece à comunidade, reconhecendo sua importância para a vida dos atendidos e suas famílias. No entanto, é preciso refletir quanto ao vínculo e a relação estabelecida entre a organização e a comunidade atendida, a fim de verificar a eficácia e efetividade de sua ação, assim como as possibilidades de melhoria.

Constata-se que a instituição passa por um momento de transformação e reestruturação, fruto de seu processo de amadurecimento enquanto organização que vem buscando ampliar sua visão e foco de atuação, tendo mais claro para si quais devem ser os propósitos e seu papel na comunidade. Hoje veem não só as crianças e adolescentes isoladamente como foco, entendem que devem inserir a família e a comunidade em geral no rol das preocupações para que haja efetividade em seu trabalho e não seja apenas uma ilha imersa em uma realidade conturbada. Tal entendimento é bastante pertinente, pois a organização, para sobreviver e cumprir os objetivos aos quais se propõe não pode se isolar, precisa interagir e promover esta relação de forma dialética e participativa.

Verificou-se na pesquisa que o vínculo predominante entre a comunidade atendida e a instituição é o vínculo utilitário, ficando isso explícito na pesquisa, mesmo havendo um sentimento positivo de amor e reconhecimento para com o trabalho do CEZA. Nota-se que a

construção de vínculos de pertencimento e identificação se mostram muito ligados a questões materiais e objetivas, ou seja, ao que a organização pode dar à clientela usuária e ao que esta deseja receber da organização, sem haver nenhuma perspectiva de troca, tendo ficado esse aspecto muito evidente, sobretudo na pesquisa com os pais e responsáveis.

Refletindo acerca desta questão é possível deduzir que o perfil assistencialista do CEZA e a forma como vem conduzindo os trabalhos podem estar reforçando esse tipo de vinculação. Analisando a evolução histórica, nítido o desejo da organização, desde o trabalho embrionário debaixo da árvore, de transformar a realidade, orientando-os com boas práticas de alimentação, higiene, educação, moral e diversos outros valores trabalhados, trazendo subjacente uma ideia de transformação de fora para dentro e, em certa medida, vertical, sem uma discussão participativa com os beneficiários da ação, dando a entender para a comunidade que a organização chegou de fora e ali aportou para ajudar pessoas “frágeis”, “que precisam”, propiciando a manutenção de uma atitude comum naquele grupo, a de somente querer receber e não oferecer nada. É necessário que a comunidade veja o CEZA como parte dela, que as pessoas se identifiquem com a organização e aqueles atendidos tenham o sentimento de pertença com relação a esta.

Esta mudança de visão e relação é possível por meio da participação, conforme fundamentado em seção anterior deste trabalho, ou seja, fazer uma escuta qualificada das demandas e opiniões das crianças, adolescentes, suas famílias e se cabível, outros membros da comunidade, trazendo-as para discutir, sugerir e até mesmo decidir coletivamente, num exercício de protagonismo e cidadania, possibilitando autonomia, capacidade de análise crítica e negociação sob a mediação de alguém da equipe que leve os participantes a ponderar, ver de forma ampla os fatores implicados nas discussões e qualificar aquele espaço. A partir do momento em que as pessoas envolvidas participam desse processo como protagonistas, sendo valorizado o respectivo saber e construindo juntos de forma participativa vão desenvolvendo o sentimento de pertença, se sentindo corresponsáveis e sendo preparadas para exercer a cidadania em qualquer instância da qual participe.

Na pesquisa com os adolescentes na faixa etária dos 12 aos 16 anos, surgiu na fala de alguns deles acerca da emoção de sentirem-se tolhidos, “sufocados” e da disciplina ser muito rígida, o que não foi detectado nas demais faixas etárias dos entrevistados. Este sentimento pode estar ligado ao perfil geral do adolescente, conforme visto na fundamentação teórica, no que se refere à necessidade do mesmo em romper com limites, desafiar adultos que se constituem autoridade para eles, de extravasar a energia e pulsão criativa, bem como firmar a identidade e

independência, não sendo proporcionado esse espaço pela organização. Inclusive, muitos nas diversas faixas etárias verbalizaram a carência de um local para esportes e a indisponibilidade de atividades físicas em geral.

Seria interessante a organização rever a possibilidade dessas ofertas porque tanto crianças quanto adolescentes precisam dar vazão à energia física acumulada e, se não há uma atividade que canalize essa expressão, irão demonstrar de alguma outra forma que pode ser pela falta de concentração, agressividade com os colegas, inquietude e tantas outras expressões que se manifestaram nos trabalhos de grupo realizados durante a pesquisa e que foram mencionados pelos instrutores das oficinas como sendo um comportamento corriqueiro da grande maioria deles, atribuindo ao histórico geral de não terem muitos limites no ambiente familiar e de convívio diário.

Há, porém, que ser considerado essas limitações da instituição que devem ser revistas porque vem atrapalhando o desenvolvimento das atividades rotineiras, muito embora promovam eventualmente atividades fora do local, a exemplo de visitas a museus, teatros, *buffets* infantis, parques e afins, cujos resultados têm sido positivos porque além de lúdicas, contribuem para ampliar a visão de mundo ao conhecer outras realidades, expandir o repertório cultural e proporcionar a possibilidade de acesso a lugares que não teriam em condições habituais, o que é positivo, porém no cotidiano existe essa lacuna que deve ser preenchida para não comprometer o andamento dos trabalhos e haver um desgaste nas relações das crianças e adolescentes entre si, com a equipe e a organização como um todo.

Durante a pesquisa, os adolescentes, enquanto grupo que está mais próximo da idade limite de permanência no CEZA, foram questionados sobre a contribuição que darão à organização quando saírem, constatando-se que este tipo de pensamento não é estimulado pela instituição, o que favoreceria a criação de vínculos como ocorre em dois projetos consolidados de referência em Salvador, as ONGs Projeto Axé e CRIA (Centro de Referência Integral de Adolescentes), que também atuam com crianças e adolescentes, nos quais costumeiramente egressos trabalham como voluntários ou colaboradores contratados, sendo o lema de um deles, “Uma vez CRIA, sempre CRIA”, o que naturalmente reforça também a rede de voluntariado e cria um ciclo de aspiração dos mais novos para os mais velhos. Embora o CEZA tenha pouco tempo de funcionamento, sendo muito novo e não tenha tempo suficiente para ter egressos ainda, deve ir estimulando esta aspiração e compromisso com a organização. Para isso, é preciso, todavia, que crie o vínculo identitário do grupo com a organização e entreveja nestes, pessoas capazes de contribuir e não apenas receber, por meio da viabilização da participação e

do estímulo ao protagonismo. Não obstante esses adolescentes não vislumbrarem atuar no CEZA após sua saída, revelam grande amor pela organização ao ponto de se preocuparem com os próximos anos, quando não mais terão idade para participar de suas atividades, expressando que após seu ingresso mudaram seus comportamentos e atitudes em relação aos adultos, aos pais e ao respeito ao meio ambiente, ressaltando que a postura hoje é muito mais responsável do que anteriormente.

Quando questionados se os pais participam das atividades, informaram que muito pouco e que alguns perguntam pelas atividades que são desenvolvidas com os filhos no CEZA, enquanto outros nem procuram saber. Acreditam que se fosse oferecido atividades para os pais voltadas para a qualificação profissional, estes teriam interesse em participar, citando como exemplos, culinária, estética, corte e costura e artesanato.

Sobre o que poderia melhorar no CEZA, as crianças e adolescentes citaram a disponibilização de locais para atividades esportivas, aulas de dança, teatro, informática e agendamento de mais atividades fora da organização de forma sistemática, como passeios, por exemplo, demonstrando a necessidade de explorar outras realidades, bem como envolver mais o lúdico e as artes, além da música que já é oferecida e se constitui na atividade predileta dos participantes. A inserção da música como uma das frentes de trabalho da organização comprovou os seus benefícios no que tange à socialização, interação em grupo e desenvolvimento da comunicação, dentre outros aspectos. Segundo cientistas, a música estimula diversas áreas do cérebro e facilita o aprendizado, conforme verificou-se na experiência a seguir descrita:

A música é um meio eficiente para ligar os pontos vitais e instintivos com o raciocínio e a consciência social. Essa tese não é nada nova, como demonstra Wolfgang Wüensch no seu livro *Menschenbildung durch Music* (Formação do ser humano por meio da música), WUENSCH, 1995. O compositor e pesquisador de folclore Zóltan Kodály desenvolveu uma didática com enfoque no canto e no bom fundamento da formação musical instalada em 100 escolas húngaras a partir de 1951. Nessas escolas a prática da música ocupava uma aula diária dentro do ensino regular. [...] O desempenho dos alunos mostrava resultados bem acima dos das escolas sem música. (BRUNIS, 2010, p.3)

Lastreados na experiência exitosa com a música e no anseio expresso pelas crianças e adolescentes, embora o CEZA não seja uma escola, mas trabalhe no viés pedagógico com pessoas em formação, a inserção de aulas de teatro e dança seria de grande valia para este trabalho, agregando proficuidades, consoante as considerações que se seguem:

Seja no aspecto pedagógico ou no aspecto artístico, assistido ou encenado, o teatro auxilia a criança no seu crescimento cultural e na sua formação como indivíduo. A escola é um espaço de conhecimento e aprendizagem, assim, as artes— música, dança, literatura, pintura, escultura, teatro— passam a ser fundamentais para o desenvolvimento perceptivo da criança. [...] Trabalhar com o teatro na sala de aula, não apenas fazer os alunos assistirem as peças, mas representá-las, inclui uma série de vantagens obtidas: o aluno aprende a improvisar, desenvolve a oralidade, a expressão corporal, a imitação de voz, aprende a se entrosar com as pessoas, desenvolve o vocabulário, trabalha o lado emocional, desenvolve as habilidades para as artes plásticas (pintura corporal, confecção de figurino e montagem de cenário), oportuniza a pesquisa, desenvolve a redação, trabalha a cidadania, religiosidade, ética, sentimentos, interdisciplinaridade, incentiva a leitura, propicia o contato com obras clássicas, fábulas, reportagens; ajuda os alunos a desinibirem-se e adquirirem autoconfiança, desenvolve habilidades adormecidas, estimula a imaginação e a organização do pensamento. (ARCOVERDE, 2008, p.601)

A suspensão por tempo prolongado das aulas de informática devido a dificuldades diversas se constituiu uma lacuna na formação oferecida pelo CEZA. Na contemporaneidade a rede de comunicação e de informações perpassa pela informática, uso da *internet* e das diversas tecnologias da informação, enfim, pelos espaços virtuais. Atualmente, possuir um endereço na *internet* e ter acesso a esse recurso é condição de cidadania, afirma Sorj (2003), pois desde toda uma diversidade cultural até serviços governamentais e monitoramento público têm sido oferecidos pela *internet*, requerendo a universalidade de acesso e o conhecimento acerca desses recursos. O indivíduo, portanto, que não está preparado para esta nova fase digital, se encontra em situação de exclusão. O autor afirma que a exclusão digital se refere não só à falta de acesso à *internet*, mas também a outras tecnologias de comunicação, possuindo correlação com outras formas de desigualdade social, pois as taxas mais altas de exclusão digital encontram-se entre aqueles de menor renda, haja vista que quando novas tecnologias são implantadas, inicialmente se apropriam os detentores de maior poder aquisitivo, crescendo a desigualdade com as vantagens que estes grupos da população com mais recursos e educação podem obter pelo acesso exclusivo a este instrumento. Assevera ainda que,

a desigualdade social no campo das comunicações, na sociedade moderna de consumo de massas, não se expressa somente no acesso ao bem material – rádio, telefone, televisão, internet -, mas também na capacidade do usuário de retirar, a partir de sua capacitação intelectual e profissional, o máximo proveito das potencialidades oferecidas por cada instrumento de comunicação e informação. (SORJ, 2003, p.59)

Oferecer, portanto, à clientela usuária do CEZA a oportunidade de capacitação nesta área é possibilitar minimizar os impactos da exclusão digital na desigualdade social, nas oportunidades e qualidade de vida em uma sociedade cada vez mais informatizada e que requer

cidadãos preparados para esta realidade nas diversas esferas da vida, viabilizando inserção no mercado de trabalho, bem como, acesso a bens, serviços e aproveitamento efetivo da informação. A organização tem esta visão e buscado envidar esforços para suprir esta lacuna.

Na etapa da pesquisa voltada para os pais, foram todos convidados de forma bem atrativa por intermédio de convite impresso elaborado pela equipe do CEZA para participar do encontro de pais, programado para a noite, a fim de facilitar o comparecimento devido às atividades laborais dos mesmos. Aproveitando a oportunidade, realizou-se neste a roda de conversa e aplicação do questionário de pesquisa, porém, como em todas as atividades para pais, alcançou uma frequência baixa, só comparecendo treze mães e um pai. Pensou-se até em aplicar o questionário com os pais ou responsáveis individualmente na entrada e saída das crianças e adolescentes, mas a maioria esmagadora vai só ou com irmãos e parentes de mais idade, porém menores legalmente.

Este absenteísmo dos pais também é significativo, pois induz ao questionamento acerca do grau de compromisso destes com a organização e o com o que está sendo feito por esta com os filhos. Obviamente, muitas outras questões estão envolvidas, mas se mostra nesta realidade a necessidade de trazer esses pais para se aproximar da organização e formarem uma parceria. Aqui já foi argumentada a importância da participação nos processos decisórios e de construção coletiva em parágrafos anteriores, parecendo ser esta a melhor via de acesso aos pais, para aproximação e comprometimento.

Na roda de conversa os pais participantes da pesquisa sugeriram atividades que poderiam ser promovidas pelo CEZA, tais como, cursos e oficinas profissionalizantes nas dependências da organização, em outros locais ou que fosse viabilizado fazerem esses cursos com vagas específicas em outras entidades, gratuitamente e nas proximidades, considerando a falta de recursos para arcar com transporte e matrícula; suporte e acompanhamento psicológico para os pais e famílias, em caso de demandas que afetem os filhos, pois, “não adianta fazer esse trabalho com os filhos se não orientarem os pais que, às vezes, estão provocando aquele problema nos filhos ou não sabem lidar com os problemas que os filhos têm” (sic), demonstrando assim, a necessidade de uma orientação para entender cada fase que os filhos estão passando e como orientá-los a agir nestas situações; retorno das atividades de reforço escolar, pois estes não têm conhecimento para orientar os filhos nas tarefas escolares e, além disso, tanto as crianças e adolescentes quanto os pais já estão cansados à noite para fazer as tarefas escolares, visto que ambos estão ocupados o dia todo, não havendo rendimento no aprendizado e prejudicando o desempenho escolar, causando transtorno à rotina familiar e

escolar. Após a reunião foi repassado à gestão do CEZA tais reivindicações, respondendo esta que já promoveu algumas dessas oficinas profissionalizantes, não tendo a adesão esperada. Quanto ao suporte psicológico, dispõem de psicopedagoga e psicóloga voluntárias que se disponibilizam a dar orientações individuais nas reuniões feitas para tratar com os pais sobre o desenvolvimento de cada um, mas nem todos os pais comparecem e estas profissionais não podem fazer o acompanhamento individualizado. A organização, no entanto, tem aberto espaço para o comparecimento dos pais quando precisarem a fim de tratar das questões individuais e tem dado os encaminhamentos necessários.

No que tange ao retorno das atividades de reforço escolar, assunto que causou polêmica na reunião, assim como em quaisquer outras reivindicações, o assunto deveria ser discutido coletivamente como parte do processo democrático de participação, verificando as possíveis soluções e envolvendo os interessados para que se comprometam com a instituição, entendam seus limites e possibilidades, reflitam sobre seu papel nesta relação, na família e na sociedade como um todo. Abrindo esse canal de comunicação e discussão para os diversos assuntos, há possibilidade também de perceberem que muitas das exigências que apresentam ao CEZA são funções do poder público e devem ser cobradas às instâncias devidas, exercendo sua cidadania por meio dos mecanismos de participação na sociedade.

Ao serem questionados os pais sobre o que poderiam oferecer ao CEZA em se tratando de colaboração com o trabalho e estar mais próximos da organização, um silêncio profundo se estabeleceu por alguns minutos, mesmo mediante algumas provocações. Poucos demonstraram interesse em colaborar como voluntários na organização, porém este fato foi criticado por uma mãe que se posicionou de maneira contundente, chegando a dizer que não deveriam fazer nenhum tipo de reivindicação ao CEZA, pois já lhes era oferecido muito, nunca as famílias colaboravam e, mediante o que apresentavam, se houvesse possibilidade de atendimento ficariam satisfeitos, mas tinha consciência que o CEZA os ajudava bastante. Neste momento, apelou à consciência dos demais presentes para a necessidade de colaborarem e participarem mais. Foi levantado pelo grupo então, as possibilidades de colaboração da comunidade para a organização: pais que possuem habilidades específicas serem instrutores de oficinas para as crianças, adolescentes e outros pais, tais como, artesanato, noções de informática, panificação, culinária e outros, numa troca de saberes; após oficinas, poderia ser promovida uma feira em outra localidade, fora do território para não concorrer com o comércio local, a fim de efetuar a venda do que foi produzido, arrecadando recursos para o CEZA e, a depender, um percentual do lucro poderia ser dado ou não aos instrutores, conforme o que for acordado previamente;

ajuda voluntária dos pais nas tarefas do CEZA em dias específicos, previamente programados, em uma ou duas horas do dia pelo menos; maior adesão dos pais/famílias nas atividades promovidas. Neste momento poucos participaram emitindo opiniões, mas sem se comprometer diretamente, porém a grande maioria permaneceu silente.

O que ficou muito evidente foi o grande interesse e reivindicações buscando os benefícios que podem receber da organização, mas o baixo interesse ou a falta de visão do que podem e devem também oferecer como contrapartida nessa relação com foco no benefício dos filhos e da coletividade, evidenciando-se também a necessidade de um trabalho de sensibilização e conscientização dos pais e famílias nesse sentido, estreitando os laços com os pais e objetivando que se sintam parte da organização. Trata-se de um trabalho de “desconstruir” a ideia do início da organização de “ajuda” e partir para a construção coletiva. Foi verbalizado o apreço que têm pela instituição devido ao que esta faz por seus filhos, mas também evidente que não se vêem como parte dela, assim se reforça a necessidade de envolver estas pessoas nas discussões e nos processos decisórios para que participem efetivamente e criem o sentimento de pertença, contribuindo para as soluções dos problemas.

Pelos motivos acima expostos e também porque se constatou na pesquisa que as crianças e adolescentes vivem em um ambiente próximo ao ideal no momento em que estão no CEZA e em outro contexto quando em suas casas, em maioria bem diverso e, algumas vezes, com discursos e práticas bastante contraditórios, urge um estreitamento maior da organização com os pais. Afora as considerações feitas sobre a participação, somando-se às palestras sobre violência, poderia ser estendido para os pais algum dos projetos que é realizado com as crianças a fim de ir afinando uma linguagem única para que os pais também passem pelo processo educativo e reforcem em casa a educação para a cidadania. Considerando que o CEZA trabalha com oficinas de Educação Ambiental, Diversidade Cultural, de Cidadania e Ética, conforme a faixa etária, direcionar aos pais e responsáveis palestras educativas e o envio de folders ou cartilhas educativas para os mesmos acerca de temas relacionados é uma estratégia a ser considerada. A partir daí, escolher coletivamente uma das oficinas para ampliá-la, envolvendo os pais e responsáveis no intuito de educar a família como um todo para o exercício da cidadania de forma ampla, afinal, não tem como trabalhar com criança e adolescentes sem ação interventiva com a família, sob a pena de não obter resultados efetivos. Se a organização caminha num sentido e a família caminha no sentido inverso, nesta correlação de forças, a organização perde seu trabalho.

Ponderando acerca da oficina ideal para estender aos pais, na pesquisa foi feita sondagem acerca da melhor opção para tal. No que toca à educação ambiental, em relação à coleta seletiva e reciclagem, a maioria já ouviu falar, vê os coletores, mas nunca fez ou não sabe fazer coleta seletiva. Alguns verbalizam que já ouviram falar de materiais que podem ser reciclados, tais como vidros, alguns papéis e latas, mas não sabem todos, nem como fazer. Uma minoria permanece silente demonstrando desconhecimento total ou parcial sobre o assunto. As artesãs fazem reciclagem com vidros para seus trabalhos, aproveitando embalagens de vidros para confecção de alguns produtos, mas não conhecem outras possibilidades. Quando questionados sobre o consumo do óleo de cozinha e descarte do mesmo, constatou-se um alto consumo e descarte inadequado desse e de outros resíduos, prejudicando a saúde, pela alimentação indevida e contaminação da natureza. O CEZA prioriza bastante a alimentação equilibrada e saudável, mantendo regras rígidas sobre o que é oferecido em suas dependências, o que é muito valorizado pelos pais, porém em casa não podem e não sabem manter esse padrão, portanto, uma orientação nesse sentido seria bastante proveitosa para todos. Somando-se a isso, a organização tem uma área na qual está começando os preparativos para fazer uma horta comunitária, cujo envolvimento de todos - pais, crianças e adolescentes - será uma experiência bastante enriquecedora.

Face ao exposto, “considerando que a educação ambiental tem o importante papel de transformar a realidade, formando cidadãos críticos e conscientes em relação ao meio em que vivem” (TAVARES e SILVA, 2009, p.149), uma intervenção nesta área seria um bom começo para esse estreitamento por atender uma necessidade de preservação ambiental, de orientação das famílias e de crescimento da organização, convergindo interesses e fomentando a cidadania. O objetivo da educação ambiental é despertar nos indivíduos a consciência de que este faz parte do meio ambiente, despertando a consciência crítica sobre os problemas ambientais, incentivando à participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável, fortalecendo assim a cidadania, por meio da defesa da qualidade ambiental com caráter humanista, holístico, interdisciplinar e participativo, asseveram as autoras supramencionadas.

Nesse sentido, certifica a Lei 9795/99 no artigo 4º:

São princípios básicos da educação ambiental: I- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural sob o enfoque da sustentabilidade; III- o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV- a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V- a garantia de continuidade e permanência do processo

educativo; VI- a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII- a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII- o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999, p.02)

No que concerne à participação das famílias em movimentos sociais ou associação de moradores, não há envolvimento dos participantes da pesquisa nem da organização. O CEZA opta por não ter este envolvimento, inclusive não aceita colaboração de candidatos a cargos eletivos ou políticos eleitos que queiram aliar sua imagem à organização, receosos de serem usados para plataforma política partidária e desvirtuar seus princípios e objetivos. Neste caso, visando ao estímulo ao exercício da cidadania, participação e protagonismo social no intuito de promover melhorias para a comunidade local, seria interessante verificar a possibilidade de uma maior aproximação da organização com a Associação de Moradores para que estes cumpram sua função mobilizadora e política, não partidária, para buscar melhores condições em sentido amplo para os moradores da localidade. Assim, algumas reivindicações que as famílias transferem para o CEZA, equivocadamente, seriam canalizadas para os entes responsáveis e estimularia uma ação coletiva organizada da população e associação de moradores.

Esgotada a análise acerca dos resultados obtidos na pesquisa interna no CEZA, a próxima seção tratará dos resultados da experiência além-mares, terceira etapa prevista, expandindo o olhar para conhecer uma realidade diferenciada e outras possibilidades ainda não vislumbradas.

6.1 RESIDÊNCIA SOCIAL AMPLIANDO HORIZONTES

Após conhecer a realidade da organização em pesquisa, objeto do presente estudo, com o fito de cumprir uma exigência do programa do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, bem como buscar alternativas de projetos relacionados à atuação com jovens, adolescentes ou crianças, bem como os que abordam a questão do exercício da cidadania e protagonismo social que possam ser replicados na mesma, foi vivenciada a experiência da residência social na organização CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), na cidade de Lisboa, em Portugal. Trata-se de uma organização que tem por objetivo promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram. Se constitui um espaço de diálogo, no qual cooperam diversos atores que se esforçam por tornar a economia social - no Brasil conhecida

como economia solidária - um setor coeso e de reconhecido valor em seu país, visando contribuir para uma sociedade mais justa e solidária. Dentre as suas estratégias, desenvolve um conjunto de programas, destinados a promover a criação de oportunidades para a modernização do setor da economia social e promove/apoia o empreendedorismo social, estimulando a capacidade empreendedora dos cidadãos e das organizações, visando o desenvolvimento sustentável.

Do aprendizado obtido na CASES, foram visualizadas algumas alternativas e possíveis propostas para o CEZA, contribuindo para seus propósitos a fim de que esta, com seu trabalho, possa melhor impactar a população alvo de seu trabalho e a comunidade onde se localiza, conforme segue:

- Projeto Família com Afeto, desenvolvido por uma das organizações associadas da CASES, a ADSCCL (Associação Cultural e Recreativa dos Cinco Lugares) que atua com jovens com problemas no lar ou relacionado aos estudos. Neste, fazem orientação de estudos, artes, informática, treino de trabalhos de casa, diversas atividades complementares à escola não disponíveis nestas, dentre outras. Em paralelo também trabalham com as famílias por intermédio do encontro de pais, nos quais os próprios pais propõem temas que tenham interesse e reflitam as dificuldades no lidar com os filhos ou na vida cotidiana em geral, cujos temas são trabalhados com dinâmicas de grupo, grupos de autoajuda, articulação com as escolas e encaminhamento para profissionais, se necessário. Além disso, realizam visitas com os adolescentes e jovens para conhecer outras realidades fora das suas comunidades para orientação de escolha profissional, ampliação da cultura (visita a museus, outros projetos) e contatos com outras comunidades que tenham trabalhos interessantes visando a participação social, empreendedorismo social e promoção da cidadania. Intervêm nas situações problema das famílias quando detectam a necessidade;
- No trabalho com adolescentes e jovens, a ADSCCL percebe que estes, ultimamente, estão muito alienados, sem estímulo à participação social, fechados no próprio mundo com computadores e celulares, por isso quando chegam lá têm que deixar à porta de entrada os celulares, tablets e outros equipamentos tecnológicos que possuem para interagirem livremente, sendo também estimulado fora dali o relacionamento interpessoal, para além do mundo virtual. Promovem feiras de trocas para que troquem entre si bens que não querem mais e adquiram outros de seu interesse sem precisar comprar, feiras de artesanato para venderem suas produções

pessoais que fazem nas oficinas de artes. Percebem que os adolescentes e jovens gostam bastante das visitas nos locais fora da instituição, por isso promovem tais atividades em museus e sessões das câmaras municipais ou assembleias legislativas a fim de que vejam também um universo cultural mais erudito e tenham acesso a formas de participação política, respectivamente. Para estimular o exercício da cidadania e participação social, adotaram dentro da organização, realizar uma vez por semana as assembleias próprias para discussão, para as quais elegem um secretário para fazer ata, um presidente para dirigir a assembleia, discutindo nesta os problemas eleitos nas caixinhas de sugestões que ficam disponibilizadas durante toda a semana em local central da sede. Nesta, todos opinam, sendo ouvidos e votam, sendo tudo feito por eles e monitorado pela coordenação;

- Na GAFE (Grupo Aprender em Festa), outra associada da CASES, desenvolvem o projeto Uma Aventura no Mundo da Cidadania, cujo trabalho consiste em desafiar as pessoas a organizarem grupos de encontro para discutir questões locais e resolver os problemas coletivos, tendo como objetivo desenvolver a consciência e atuação cidadã. Reunem grupos para pensar os respectivos territórios e temáticas atuais, a saber, desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero, violência, empreendedorismo social, dentre outros do interesse da comunidade. Esses grupos podem ser formados por pessoas com interesses comuns, tais como, grupo de idosos, grupo de mães e outros ou comunidades que pensam e decidem o que querem para seus grupos ou territórios. Importante a articulação com o poder público representativo local. Este projeto prevê a organização regular do Fórum da Cidadania, que pretende ser um espaço privilegiado de participação de toda comunidade, ponte entre cidadãos e instituições, entre democracia participativa e democracia representativa em cujas discussões se articulam melhor para solução com as associações de moradores e outras entidades representativas, podendo se organizar, ou seja, vivenciam a organização da sociedade civil. O Fórum prevê reunião periódica de representantes das instituições sociais, juntamente com os participantes dos grupos de encontro para debater propostas, tomar decisões e implementar medidas. Lança-se o desafio a todas as associações, autarquias, serviços públicos com expressão local e outras entidades interessadas na vida da comunidade, assim como pessoas e grupos informais, possibilitando reforçar o tecido social local, construindo conjuntamente iniciativas que promovam a coesão social e melhoria da

qualidade de vida no território. Nos Grupos de Encontro de Jovens, estes desenvolvem competências pessoais e sociais fundamentais à prática da solidariedade e da participação cidadã. Nos Grupos de Encontro de Famílias e Adultos estimulam o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e parentais que conduzem ao fomento de práticas democráticas, solidárias e de participação na vida da comunidade, realizando sessões temáticas acerca da igualdade de gênero, violência, famílias participativas dentro do território, paternidade participativa, cidadania, bom governo, participação cívica, democracia representativa e participativa, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável, tolerância e compreensão intercultural, racismo, xenofobia, linguagem do ódio/intolerância, intolerância contra a etnia cigana, homofobia, violência contra as mulheres e assédio sexual, assim como vários outros assuntos de necessidade e interesse da comunidade, buscando a promoção da proatividade. Estimulam a todos que expressem suas ideias sobre as temáticas, pensem o futuro e estratégias de ação;

- Alguns nanoprodutores, aqueles que têm capacidade muito menor que os microprodutores, trabalham numa perspectiva de Redes Colaborativas de Produção Local, formando uma rede de apoio mútuo na qual cada um para onde vai vende seu produto e o produto do outro, concede 10% como participação nas vendas exitosas, podendo formar uma cooperativa com essa rede e comercializarem em ampla escala os produtos. Isso pode ser feito também com serviços, a nível local, no qual cada um promove o serviço do outro;
- Outro projeto bastante interessante, coordenado pela professora da Universidade de Aveiro, Rosa Madeiro, é o Cidade Amiga das Crianças, que se baseia no Programa do UNICEF, por intermédio do qual tomam consciência dos seus direitos, aprendendo a dialogar e a respeitar os direitos das outras pessoas, são colocadas para pensar sobre os problemas territoriais e o que estão dispostas a fazer. Em Portugal as crianças não são ouvidas e nem têm participação nas decisões, portanto, neste espaço é dado direito à vez e voz das crianças, no qual manifestam opiniões muito interessantes com olhares diferentes e votam como adultos, surgindo por vezes tensões e contradições porque muitos adultos não aceitam, mas isso é elaborado em grupo. Neste projeto são organizados parlamentos de crianças onde os líderes locais estão presentes para ouvi-los acerca do que querem para suas comunidades. Existe também em outro projeto a Organização de Conselhos Regionais de Crianças,

iniciativas que permitem o empoderamento e exercício de cidadania por parte das crianças.

Tais exemplos vistos na Residência são extremamente ricos e muitas destas propostas podem ser implementadas pelo CEZA, adaptando à realidade e condições objetivas da organização, dentre outras que ao longo de toda esta seção foram pontuadas. Ao apresentar o presente projeto de pesquisa a toda a equipe da CASES, dentre várias sugestões dadas que versaram em torno do que aqui foi pontuado, um retorno digno de nota foi acerca da importância do CEZA fortalecer sua identidade e o seu emblema, enquanto sua marca, fomentando nas pessoas beneficiadas com seu trabalho, o gosto pelo símbolo, pelos valores éticos, ambientais e desenvolver o sentimento de pertença em relação à organização, recomendando que o CEZA deve ser uma instituição que crie capacidade para que cada um dos egressos faça sua vida e reproduza isto na sociedade.

6.2 PROPOSTAS DE UM NOVO FAZER

Por tudo quanto foi visto sobre o CEZA, constata-se o interesse genuíno da organização em ampliar a ação desta, estimulando o exercício pleno da cidadania, o protagonismo social e empreendedorismo como formas de enfrentamento da questão social, estendendo às famílias. Não obstante, esta ação ampliada se vê prejudicada pela própria escassez de recursos, considerando que já fazem um trabalho gerenciando muitas dificuldades com os matriculados e terminam por não conseguir ir além. Hoje o desafio do CEZA é potencializar o impacto do trabalho com as crianças, adolescentes e respectivas famílias inserindo uma nova forma de fazer que oportunize uma maior participação desses atores nos processos de maneira que viabilize a participação ampla e efetiva, estimulando o protagonismo e a proatividade, como forma de educação para o exercício da cidadania, não olvidando a necessidade de criar alternativas para o próprio sustento.

Pensando nas perspectivas apresentadas, nas constatações da pesquisa e considerando as possibilidades levantadas ao longo de toda a discussão, sinteticamente, as seguintes propostas de trabalho poderiam ser viabilizadas, a maioria destas utilizando os recursos existentes e outras invocando a participação de voluntários, parcerias, patrocínio, doações e busca de recursos materiais disponibilizados pelo poder público:

- Criação de fóruns de cidadania com as crianças, adolescentes e familiares em separado, no âmbito interno da organização e estendendo à comunidade, se possível, para discutir questões coletivas relativas à realidade local;
- Implantação das caixas de sugestões nas dependências do CEZA para que as crianças e adolescentes depositem ali problemas levantados e se faça uma vez por semana uma assembleia para discussão dos problemas e soluções. Esta mesma assembleia pode ser feita em separado com os pais, com uma periodicidade maior e caixas de coleta de sugestões separadas;
- Criação de grupos de pais para apoio mútuo;
- Criação de oficinas permanentes de teatro e dança, em separado, formando o grupo de teatro e o grupo de dança do CEZA para apresentações públicas regulares, com instrutores especializados nestas artes;
- Elaboração de um projeto, cuja culminância seja no final do ano com um espetáculo envolvendo as oficinas de dança, teatro e música, na qual todas as crianças e adolescentes estejam envolvidos. No caso das turmas de adolescentes, estes deverão participar também de toda a preparação do espetáculo (figurino, sonoplastia, roteiro, patrocínio) divididos em equipes;
- Criação de cine-clubes com sessões regulares em separado por faixa etária, cujos filmes serão escolhidos por cada grupo, previamente, monitorados pelas instrutoras das oficinas e, ao final, deverão ser fomentados debates sobre a temática abordada no filme;
- Ampliação da oficina de leitura, associada ao jogo de “caça ao tesouro”, no qual as crianças e adolescentes, a cada leitura semanal ou quinzenal, dentre os livros disponibilizados, apresentarão em sua turma na forma verbal ou escrita, a síntese do conteúdo daquilo que foi lido e receberão um selo correspondente ao trecho do caminho para chegar ao tesouro fictício. Ao final do ano, aqueles que completarem o caminho no tempo determinado, receberão prêmios atrativos, fornecidos por patrocinadores;
- Criação de um clube de informática para as crianças e adolescentes, podendo ser extensivo aos familiares em horários diferenciados, nos quais deverão ser ministrados cursos de *Windows*, *Word*, *Excel* e outros programas possíveis, bem

como, orientações de uso da *internet* e estímulo a pesquisas em bibliotecas virtuais, incentivando assim a complementação da formação escolar e profissional. Para tal, com a busca de parceiros e campanhas com a participação das crianças, adolescentes e respectivas famílias, reativar o laboratório de informática e ampliá-lo. Para ajuda na manutenção dos equipamentos e despesas de energia elétrica, pode ser cobrada uma taxa de baixo custo para os familiares, caso o curso seja extensivo a estes. Expandindo esta ação para toda a comunidade, o CEZA pode sugerir à Associação de Moradores a construção de um projeto conjunto a ser apresentado à Prefeitura de Camaçari, propondo a criação de clubes de informática e bibliotecas virtuais a serem instalados em local de acesso facilitado no distrito de Vilas de Abrantes com o financiamento de diversas empresas localizadas no município, a exemplo do que foi feito no Rio de Janeiro nas Estações Futuro, como parte do projeto da ONG Viva Rio, que veio a beneficiar algumas comunidades, em cujos espaços há cursos de informática, acesso à *internet* e telessalas para outros cursos à distância por meio de vídeos e telecursos;

- Como mais uma ação voltada para toda a comunidade, sugerir também à Associação de Moradores, a construção de mais um projeto conjunto a ser apresentado à Prefeitura de Camaçari e/ou a alguma instituição de ensino superior que ministre o curso de Direito, propondo a implantação em Vila de Abrantes do Balcão de Direitos, também a exemplo do que foi feito no Rio de Janeiro, no qual o cidadão das comunidades recebe orientações jurídicas e outras diversas de acesso a direitos e mediação de conflitos. Nestes também poderão ser oferecidos cursos para moradores a fim de exercerem no Balcão o papel de agentes de cidadania e agentes de direitos, capacitando-os para resolução de conflitos e conciliação sem ter que recorrer à justiça. No núcleo de atendimento, atendem advogados, estagiários de Direito voluntários ou remunerados e agentes de cidadania, que são moradores locais que fazem a mediação entre os profissionais e a comunidade. Este Balcão se propõe a oferecer não só assessoria jurídica, mas a desenvolver a capacidade dos habitantes da comunidade de encontrar soluções para seus problemas por meio da prática de conciliação e resolução de conflitos, explica Sorj (2003);
- Inclusão no programa semanal de atividades esportivas ou jogos recreativos, buscando instrutores voluntários com preparo profissional para este fim;

- Fazer envio constante para as famílias de material educativo e informativo acerca dos temas trabalhados nas oficinas permanentes com as crianças e adolescentes;
- Criar campanha de sensibilização e incentivo ao voluntariado no CEZA dos membros da família e outras pessoas da comunidade para prestação de serviços eventuais ou colaboração permanente;
- Submissão de projetos do CEZA a financiamento e convênios com instituições públicas ou outras;
- Realizar campanhas de divulgação do trabalho na mídia, dando visibilidade ao projeto a fim de atrair a atenção de possíveis parceiros e financiadores;
- Construção coletiva e implementação de um projeto amplo de educação ambiental e empreendedorismo socioambiental, se possível com patrocínio de empresas cujo histórico, valores e missão são alinhados com os objetivos propostos pelo projeto ou cujo produto seja necessário ao desenvolvimento das atividades agendando reuniões com representantes de cada empresa para apresentação do projeto e benefícios para a imagem das empresas, formalizando proposta de parceria, assim como contatos prévios com organizações comunitárias e religiosas para oferta de serviços disponibilizados por estas organizações com o fito de mobilização ampla e participação nas campanhas de divulgação, apoio e adesão. Este projeto deve conter ações de impacto no entorno do CEZA, realizando com todas as crianças, adolescentes e pais um mutirão de limpeza para detectar o descarte inadequado de resíduos e lixo; oficinas específicas de reaproveitamento de alimentos para produção de produtos comercializáveis ou para consumo próprio, de reaproveitamento de óleo de cozinha para fabricação de sabão, de coleta seletiva e reciclagem com instalação de *containers* nas dependências e entorno do CEZA, negociando com cooperativas a venda desses resíduos e recicláveis, de produção de horta orgânica para consumo próprio ou comercialização, de artesanato com recicláveis, de panificação e derivados de mandioca; essa fase das oficinas deve ser precedida de ciclo de palestras e sensibilização sobre meio ambiente e preservação ambiental, alimentação saudável, importância da higienização e manipulação adequada dos alimentos, cidadania e mobilização comunitária e outros temas afins. O projeto deve viabilizar sustentabilidade, empreendedorismo, protagonismo e cooperação, devendo ser discutido previamente e construído junto com os pais,

crianças e adolescentes, cujos objetivos serão os de capacitar os atores envolvidos com a organização para o desenvolvimento do empreendedorismo socioambiental, de forma a contribuírem com a sustentabilidade do CEZA e incremento à renda familiar; fomentar ações de cidadania e preservação ambiental com os atores envolvidos; possibilitar conscientização dos participantes quanto à alimentação saudável, manipulação e reaproveitamento dos alimentos.

Tais proposições, em processo de discussão na organização, se implementadas, incluindo a participação ampla e efetiva de todos os atores envolvidos, poderá impactar tanto as crianças e adolescentes quanto as respectivas famílias, refletindo na comunidade.

7 IMPACTOS

Conscientes de que a consolidação da democracia, o exercício de cidadania e a participação são construções constantes, cuja movimentação no tecido social é dinâmica e repleta de contradições próprias do sistema que constitui uma sociedade desigual, compreende-se que não se chega a um patamar final, pronto e acabado destas categorias. Não se pode, portanto, aferir os resultados finais deste processo, por óbvio, mas é possível perceber os progressos neste percurso e antever suas possibilidades. O emprego das propostas deste trabalho na organização CEZA poderá favorecer os impactos positivos da operacionalização nos diversos atores envolvidos.

Nas crianças e adolescentes que frequentam a organização, poderá ampliar as possibilidades de estímulo ao despertar para uma consciência cidadã, a importância da participação e protagonismo, a autopercepção como sujeito de direitos e deveres e a abertura da visão para novas possibilidades e perspectivas, contribuindo assim, para a redução do envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade e violência.

Nos pais e responsáveis, proporcionará a oportunidade de entender exercício de cidadania, protagonismo social, participação e empreendedorismo como formas de enfrentamento da vulnerabilidade e risco social, vislumbrando possibilidades e alternativas de superação.

No que toca aos voluntários e colaboradores do CEZA, por meio da reflexão, análise crítica, discussões e apropriação de instrumentos da gestão social, possibilitará vislumbrar novas alternativas de incremento à atuação, bem como, efetuar uma autoavaliação do trabalho que vem sendo realizado mediante as devoluções da clientela atendida, cumprindo assim o propósito de capacitar ainda mais esta equipe para fortalecimento e ampliação deste trabalho, incrementando o impacto nas famílias e quiçá, na comunidade, pelos reflexos que porventura lhes alcancem.

Por fim, outras organizações, gestores sociais e acadêmicos poderão replicar as experiências e propostas em qualquer organização ou localidade em condições similares.

8 CONCLUSÕES

O tema abordado no presente trabalho trouxe uma reflexão acerca da cidadania no Estado democrático de direito, da importância da participação na sociedade civil, do protagonismo, da questão social com algumas das expressões mais veementes que desrespeitam os direitos e como as políticas sociais tratam esta realidade social, das políticas públicas como efetivação de direitos, do surgimento do terceiro setor neste contexto, dos desafios da gestão social em geral e na situação específica da criança e do adolescente, do fortalecimento do sentimento de pertença à sociedade e de grupos em específico, dentre outras questões afins. A cidadania aqui pensada, entretanto, não foi nos moldes tradicionais, mas sob uma nova concepção, vista de forma ampliada, na qual o cidadão, além de ter direitos reconhecidos, tem a possibilidade de participar sobre a definição desses direitos.

Para se ter o fortalecimento desta nova concepção, fazendo com que a cidadania brasileira exista de fato e não se constitua apenas um mero conglomerado de dispositivos legais e um discurso politicamente correto, ou seja, uma cidadania de papel, como conceituou Dimenstein (2012) ao se referir como é tratada a cidadania da criança e do adolescente na conjuntura brasileira, necessário investir em educação para a cidadania sob esta perspectiva desde a mais tenra idade, expandindo para todos, indistintamente, pois o ser cidadão é uma construção perene em todas as instâncias da vida, consoante visto, não se resumindo a garantias escritas e pouco efetivas na prática. Com a continuidade da pesquisa ficou evidenciada a relevância do tema, a importância do debate e o estabelecimento de ações neste sentido, se tendo muito claro que, diante da complexidade do assunto, aqui não se esgota e carece de constante desenvolvimento, acompanhando a dinâmica do tecido social.

Diante do exposto, a questão de pesquisa buscou apresentar quais estratégias de tecnologia social contribuiriam para o fortalecimento do exercício da cidadania das crianças e adolescentes atendidos pelo CEZA e respectivas famílias, sem acesso a direitos básicos, visando ao enfrentamento da vulnerabilidade e situação de pobreza?

Para responder a esta questão norteadora, consoante os propósitos da pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral propor estratégias viáveis com as quais o CEZA ou qualquer outra organização de mesmo perfil poderá trabalhar questões relativas à educação para o exercício da cidadania, participação, estímulo à consciência crítica e protagonismo social das crianças, adolescentes e respectivas famílias. Para tal, como objetivos específicos, buscou-se

conhecer o trabalho do CEZA e como vem sendo desenvolvido, identificando as possibilidades de melhoria no processo de educação para o exercício da cidadania da criança, do adolescente e de suas famílias; discutir com os atores envolvidos, a saber, pais, colaboradores e as próprias crianças e adolescentes, como a sua ampla participação poderia contribuir no processo de gestão da organização, otimizando os benefícios para as crianças, adolescentes e, por conseguinte, para as famílias; e ainda, elaborar um caso para ensino contendo toda a experiência do CEZA, constatações da pesquisa e as estratégias propostas.

Para o alcance dos fins pretendidos, escolhida a pesquisa qualitativa por ter maiores possibilidades para responder ao problema posto, consoante as devidas fundamentações teóricas apresentadas, motivo pelo qual também se optou pela abordagem metodológica de estudo de caso.

Conforme as constatações explicitadas no capítulo acerca dos resultados de pesquisa, verificou-se necessário no CEZA a criação de espaços de participação efetiva e abertura de canal de escuta, para que as crianças, adolescentes e pais opinem, discutam, ponderem e dialoguem, valorizando o saber próprio de cada um destes. Neste processo participativo, poderão ver de forma ampla e propor acerca das situações, problemas e decisões ocorridas na organização, compreendendo os limites e possibilidades desta a fim de que contraiam o sentimento de pertença a esta e se comprometam com a organização ao sentirem-se corresponsáveis, desenvolvendo autonomia, capacidade de análise crítica, negociação, mediação, exercício da cidadania e protagonismo numa construção coletiva, além de possibilitar o rompimento com o vínculo apenas utilitário unilateral entre a organização e os beneficiários diretos do trabalho.

Evidenciou-se na pesquisa, não só este vínculo utilitarista, mas também o perfil assistencialista do CEZA e a forma de condução dos trabalhos, enquanto possíveis causas de reforço desta postura passiva dos favorecidos como meros receptores das benesses. No entanto, o fomento à participação cidadã é o caminho para promoção de uma vida digna para todos formando um sujeito coletivo capaz de movimentar mudanças rumo à superação das desigualdades sociais, exercendo num espaço democrático, a cidadania com protagonismo.

Numa sociedade tão desigual quanto a brasileira, difícil o sentimento de pertença e o ser cidadão. Por isso, sob a perspectiva do conceito de cidadania ampliada, abordada por Dagnino (2004) e outros autores aqui mencionados, imperioso a constituição de sujeitos ativos capazes

de definir seus direitos e lutar para seu reconhecimento sem jamais perder a dimensão da coletividade.

Daí a importância de redimensionar o vínculo da organização com a comunidade como um todo, fator que vinha sendo repensado pela organização há algum tempo, entendendo que o foco não pode ser somente as crianças e adolescentes, isoladamente, deve inserir família e comunidade no rol das preocupações para haver efetividade no trabalho, estendendo para as famílias, na medida do possível, os trabalhos educativos realizados com as crianças e adolescentes, o que merece uma maior atenção para implementação de novas ações, envolvendo inclusive a comunidade no que couber.

Além de fortalecer o vínculo identitário da organização com as crianças, adolescentes, familiares e comunidade, criando o sentimento de pertença e o compromisso, urge estimular nestes atores o desejo de compor a rede de voluntariado para colaborar com o trabalho, aspiração esta não detectada em pesquisa. Fazendo um paralelo com o pensamento de Carvalho (2001), para o qual a construção da cidadania está relacionada com a formação da identidade entre as pessoas e o sentimento de pertença a uma nação e um Estado, tais sentimentos devem ser fomentados dentre os participantes do CEZA em relação à organização, assim como também em relação à sociedade na qual está inserido.

Entre os adolescentes atendidos ficou demonstrado sentirem-se tolhidos e a queixa da rígida disciplina, o que não se verificou nas demais faixas etárias, podendo estar relacionado ao perfil genérico do adolescente, guardadas as devidas proporções no que tange às especificidades, referente à necessidade de romper limites, desafiar autoridades constituídas, extravasar energia e pulsão criativa, bem como firmar identidade e independência.

Não obstante, incontestemente o imperativo de proporcionar espaços de liberdade criativa e de expressão em amplo sentido, nos quais não se sintam cerceados, mas acompanhados, apoiados e orientados, visto que, ficou expresso no comportamento de um número significativo de crianças e adolescentes, a falta de concentração, a agressividade com os colegas e inquietude, sendo também verbalizado por estes a carência de espaço para atividades físicas em geral, a exemplo de recreação, esportes, teatro e dança. Isto ratifica que tanto crianças quanto adolescentes precisam dar vazão à energia física acumulada e, se não há uma atividade que canalize essa expressão, irão demonstrar de alguma forma, tais como as acima citadas e tantas outras expressões que se manifestaram nos trabalhos de grupo realizados durante a pesquisa e no cotidiano da organização, o que pode comprometer ainda mais o andamento dos trabalhos,

ocasionando um desgaste nas relações das crianças e adolescentes entre si, com a equipe e a organização, acrescentando-se os prejuízos relativos à socialização.

Constatada a inexistência de uma ação politizada da organização e distanciamento da Associação de Moradores, visando ao estímulo para o exercício da cidadania, participação e protagonismo social, verifica-se a necessidade de uma interlocução com esta entidade representativa em busca de melhorias para a comunidade a fim de que algumas reivindicações que as famílias, equivocadamente, transferem para o CEZA, sejam direcionadas para os entes responsáveis, estimulando uma ação coletiva organizada da população e associação de moradores.

Considerando que, historicamente, por tudo quanto visto neste trabalho, o povo brasileiro não tem tradicionalmente a cultura da participação, o que enfraquece em certa medida o aprofundamento da democracia e as possibilidades de exercício de cidadania, necessário um processo educativo para este exercício democrático, cujo início deve ser desde a infância, sendo de grande valor para a sociedade a formação do sujeito ativo enquanto cidadão. As crianças, adolescentes e a juventude em geral precisam ser preparados para fortalecer as bases democráticas na sociedade brasileira, contribuindo para avanços e abrindo-lhes as diversas possibilidades de vivenciar o ser cidadão, bem como ampliar essa cidadania.

Viver a infância e adolescência no Brasil, em um contexto de desigualdades, tem peculiaridades em meio a algumas características comuns, próprias da fase, discutidas neste trabalho, mas com suas diferenças a serem consideradas, pois se trata de uma construção social e histórica, não prescindindo dos aspectos físicos, emocionais e cognitivos. Mediante este quadro social, constata-se uma contradição entre as garantias legais do ECA e de outros dispositivos legais, programas existentes e a política econômica adotada que agrava as disparidades sociais e agudiza os conflitos, aumentando o caos social.

De tal modo, necessário investir em ações que possibilitem a formação do sujeito, capacitando criança e adolescente a conduzir seus projetos de vida e uma ação cidadã, de maneira que não fique à mercê do assistencialismo, mas que caminhe para o protagonismo social, considerando que as políticas existentes para crianças e adolescentes não correspondem à real necessidade por não investir de fato no desenvolvimento integral tal qual preceitua a lei, sendo precário até o acesso às políticas básicas, ou seja, é uma cidadania de papel, conforme já asseverado.

Assim, o CEZA deve seguir na direção de oportunizar a estes se perceberem como cidadãos sujeitos de direitos, vislumbrarem possibilidades de crescimento, solidariedade,

protagonismo e empreendedorismo, no intuito de que consigam caminhar rumo ao desenvolvimento pessoal e dos grupos que participam, construindo coletivamente alternativas de superação e fortalecendo o exercício da cidadania para a consolidação de uma sociedade democrática. Este aspecto o CEZA não deve perder de vista para, em sua atuação, não estar reforçando a ideologia neoliberal do Estado mínimo e realmente venha a agir como incentivador do protagonismo social, realizando ações efetivas que surtam resultados. Para que isso aconteça, sua lógica de ação deve ir além de projetos artesanais, cujos particularismos, lógica de funcionamento, financiamento e gerenciamento, não possibilitem sua replicabilidade, transformando sua ação apenas em um “cemitério de projetos bem-intencionados”, consoante Sorj (2003).

Para tal, respondendo ao problema de pesquisa pautados na investigação e na experiência da residência social, foram elencadas as estratégias de tecnologias sociais apresentadas na seção Propostas de um novo fazer, a fim de potencializar o trabalho do CEZA e estimular o exercício de cidadania.

Para este trabalho, muitos desafios se colocam relativos à sustentabilidade da organização, estabelecimento de prioridades, metodologia de trabalho, contexto no qual se realiza, coerência entre a proposta e a prática, dentre outros, sendo estes todos atestados em pesquisa, porém, aqui se focaram os relativos à educação para a cidadania a partir do estímulo à participação efetiva desta parcela da população, sem desconsiderar a escassez de recursos financeiros como um fator limitador para esta organização.

Para o êxito da organização, constatou-se fundamental se desvencilhar da ideia cristalizada de que crianças e adolescentes devem ser seres passivos, objetos tão somente de proteção e cuidado por estarem em formação, sujeitos de direitos protetivos, remontando a uma cidadania limitada à passividade, muito embora se saiba que na perspectiva da cidadania tradicional, não podem ainda fruir de todos os direitos civis e políticos antes da maior idade civil, porém, numa perspectiva de educação para a cidadania, esta possibilidade se abre para a criança e o adolescente poderem pensar, expressar sua opinião e decidir coletivamente. É um exercício que desenvolverá suas potencialidades, competências e experienciar o ser cidadão dentro das organizações que convive, levando isso para outras esferas de sua vida adulta. Assim, o CEZA pode ser espaço de aprendizado, vivência, exercício de participação, democracia e, por conseguinte, de cidadania, vindo a serem reforçados os aspectos pedagógicos necessários para uma participação efetiva deles, devendo ser processual, formativa e circunscrita a espaços institucionalizados, respeitando e dialogando com eles para fortalecer sua autoconfiança e obter

resultados positivos com a sua participação, não olvidando da formação do vínculo de identidade com a proposta do trabalho.

Conquanto os objetivos da pesquisa tenham sido alcançados na medida do que se propôs, limitações podem ser apontadas como a que se refere às restrições de tempo dedicado à pesquisa, outros casos que poderiam ser estudados comparativamente e as próprias limitações da abordagem estudo de caso no que tange à complexidade de análise dos dados e à exigência de múltipla competência do pesquisador por ser o próprio quem planeja a pesquisa, conduz as entrevistas e as observações, analisa e interpreta os dados. Embora em uma determinada etapa se tenha contado com a ajuda de uma equipe que colaborou na pesquisa, esta não substituiu a autora em nenhum momento.

Em síntese, a organização passa por um momento de transformação e reestruturação, fruto do próprio processo de amadurecimento, haja vista o diminuto tempo de criação, buscando ampliar a visão e foco de atuação, clarificando progressivamente quais devem ser seus propósitos e papel. Conclui-se que as propostas de estratégias apresentadas à organização, objeto de estudo, colaborarão neste processo que vem vivenciando, remetendo à reflexão sobre o trabalho até então desenvolvido e as possibilidades existentes para este, trazendo no mínimo, inquietações e provocações no sentido de uma nova ação voltada à educação para o exercício efetivo da cidadania de crianças, adolescentes, das respectivas famílias e quicá, da comunidade pelos reflexos que porventura lhes abarquem, contribuindo para alcançar a almejada cidadania além do papel.

Quanto às eventuais lacunas para futuras pesquisas, vislumbra-se o aprofundamento do presente estudo que apresente a experiência de intervenção com a implementação das propostas aqui levantadas, verificando e analisando os impactos produzidos nos atores envolvidos. Não obstante tais dificuldades, as propostas de estratégias apresentadas poderão ampliar as possibilidades de estímulo ao despertar para uma consciência cidadã, a importância da participação e protagonismo, a autopercepção como sujeito de direitos e deveres, a abertura da visão para novas possibilidades e perspectivas, proporcionando o entendimento destas como formas de enfrentamento da vulnerabilidade e risco social, vislumbrando possibilidades e alternativas de superação. Espera-se também, que outras organizações, gestores sociais e acadêmicos possam replicar as experiências e estratégias em qualquer organização ou localidade em condições similares, razão da elaboração do caso para ensino “CEZA: uma Iniciativa Transformadora”, agregado ao apêndice deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro setor**: as origens do conceito. Disponível em: <www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf>. Acesso em 11 jul.2016.

_____. Aproximação e afastamento: por que não confundir ONG com terceiro setor? In: **TIC Organizações sem fins lucrativos 2012**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em organizações sem fins lucrativos brasileiras. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <www.cetic.br>. Acesso em 12 jul.2016.

ARCOVERDE, Silmara Lídia Moraes. **A importância do teatro na formação da criança**. Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008anais/pdf/629_639.pdf>. Acesso em 16 jun.2016.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. Rio de Janeiro: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47. n. 4, p. 703-728, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Nova ed. 7ª impressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Políticas Públicas. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 144-148.

_____; WEBER, Jorge. Síntese Comparativa Beyond Empiricism: Policy Inquiry In: FISCHER, Frank. **Postpositivist Perspective**. Salvador: Material didático, EAUFBA, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2006, p.43-90.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal Brasileiro**. São Paulo: Rideel, 2006, p.431-458.

_____. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 nov. 1990. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso em 06 jun. 2016.

_____. Lei nº 3.914, de 09 de dezembro de 1941. **Lei de Introdução ao Código Penal e à Lei de Contravenções Penais**. São Paulo: Rideel, 2006, p.429-430.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Rideel, 2006, p.917-933.

_____. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispões sobre a educação ambiental e institui a

Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999, p.01-07. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 17 jun. 2016.

BRUNIS, Veronika. **Música e cidadania**: o papel da música para o desenvolvimento intelectual, emocional e moral do indivíduo. Juiz de Fora: UFJF, 2010. Disponível em <www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a24.pdf>. Acesso em 16 jun. 2016.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARTA DE DIREITOS DA ONU, 1948. Disponível em <www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em 26 mai. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **É preciso democratizar o Estado**. [set. 2016]. Entrevistadores: R. Rovai e G. Faria. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Edição comemorativa, 09 setembro 2006. Seção Capa, p.8.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia: um conceito em disputa**. 2008. Disponível em: <http://laurocampos.org.br/2008/12/democracia-um-conceito-em-disputa/>. Acesso em: 02 out. 2014.

COLBARI, Antonia. Análise de Conteúdo. In: SOUZA, Eloísio Moulin de (org.). **Metodologias e análises qualitativas em pesquisas organizacionais**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014.

CORSI, Francisco Luiz. A conjuntura e a política econômica no governo Dilma (2011-2014). In: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO José N.; SANTOS, Agnaldo dos (org.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Cultura Acadêmica, 2015.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **De menor a cidadão**. Ministério da Ação Social, Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, S/D.

CREMONESE, Dejalma. A evolução da cidadania no Brasil: brevíssima introdução. In: _____. **Cidadania na história do Brasil**, 2010. Disponível em <sergiokbsa.blogspot.com.br/2010/10>. Acesso em 31 mai. 2016.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** Caracas: FACES, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Comentários à parte geral. In: CURY, Munir et. (coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: Comentários Jurídicos e Sociais. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos

no Brasil. São Paulo: Ática, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FELLIPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 29, n. 4, p. 609-617, out./dez. 2012.

FISCHER, Frank. Beyond empiricism: policy inquiry in postpositivist perspective. In: Policy Studies Journal, v. 26, 1998, p. 146. Tradução de Rosana Boullosa. **Revista Nau Social**, v. 7, n. 12, p. 163-180, maio/novembro, 2016.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Definindo gestão social**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 1., 2007, Juazeiro do Norte. Anais... Juazeiro do Norte, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 jun. 2016.

GUIMARÃES, Rosemeire Maria; ROMANELLI, Geraldo. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 117-126, jul./dez., 2002. Disponível em <www.scielo.br/pdf>. Acesso em 06 jun. 2016.

HIRSCHMAN, Albert. **De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na vida pública**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IVO, Anete Brito Leal. Sociedade e Política. In: _____. **Metamorfoses da questão democrática – governabilidade e pobreza**. Buenos Aires. Clacso & Asdi, 2001.

KINGDON, John. Wrapping things up. In: _____. **Agendas, alternatives and public policy**. 2. ed. New York: Longman, 2003.

LIMA, Marcos E. B.; NETO, Mario. **Materialismo histórico dialético – para que?** Salvador: UFBA, 2009. Disponível em <<http://www.rascunhodigital.faced.ufb.br/ver.php?idtexto=550>>. Acesso em 05 jul. 2016.

MARIZ, Ricardo; SOUZA, Leila R. P.; CARVALHO, Fernando L. Movimentos sociais e terceiro setor: um debate sobre participação e garantia de direitos no Brasil. **REPATS**, Brasília,

v. 2, n. 2, p. 256-276, jul-dez. 2015. Disponível em <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/6642>>. Acesso em 20 jun. 2016.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.8, p. 53-64, 2002. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br>>. Acesso em 08 jun.2016

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PELLISSARI, Maria Aparecida. **A condição cidadã**. São Paulo: UNIMEP, 1995.

PEREIRA JR., Almir et al. **Os impasses da cidadania- infância e adolescência no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

PINHO, José Antonio Gomes de; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos. Gestão social: uma análise crítica de experiências brasileiras. **Revista do Serviço Público**, ENAP, Brasília, v. 66, n. 2, p. 257-279, abril-junho, 2015.

_____ et al. Exploração sexual de crianças e adolescentes em Salvador: limites, restrições e possibilidades de ação do Cedeca-BA. In: TENÓRIO, Fernando G.; BARBOSA, Luiz Gustavo M. (org.). **O setor turístico versus a exploração sexual na infância e na adolescência**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 309-382.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSI, Roberto de. **Direitos da criança e educação: construindo e ressignificando a cidadania na infância**. 2008. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina. Disponível em <www.uel.br/pos/mestrededu/.../2008>. Acesso em 15 jun. 2016.

SADER, Emir. **Brasil, de Getúlio a Lula**. [S.I.]: c2010. Disponível em: <[http://www.adrianodiogo.com.br/arquivosrelacionado/mioloPeF\(final_alta\)11-29.pdf](http://www.adrianodiogo.com.br/arquivosrelacionado/mioloPeF(final_alta)11-29.pdf)>. Acesso em 06 fev. 2016.

SANDER, Cristiane. **Juventude e participação: um processo pedagógico**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES). Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000009201000100004&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 09 jun. 2016.

SANTOS, Boaventura S. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, Bresser (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 2001.

SANTOS, Elisabete Pereira dos. Política Social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 140-143.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez,

2012.

SARTI, Cyntia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Bracet (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 39-48.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidade e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan-mar. 2006. Disponível em <produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01_11.pdf>. Acesso em 18 jun. 2016.

SILVA, Deny Savia Martins da; SILVA, Dennis Sávio Martins da. Estatuto da Criança e do Adolescente: porque o ECA não está sendo cumprido? **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 146, mar 2016. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16972>. Acesso em 14 jun. 2016.

SILVA, Thais Gama da. **Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano**. 2009. 142p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. Disponível em <www.ppge.ufpr.br/teses/M09_gamasilva.pdf>. Acesso em 20 jun. 2016.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SPOSATI, Aldaiza de O. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

TAVARES, Helenice Maria e SILVA, Carla Cristina da M. B. Educação ambiental e cidadania. **Revista da Católica**. Uberlândia, v.1, n.2, p. 149-158, 2009. Disponível em <catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/12-PEDAGOGIA-01.pdf>. Acesso em 16 jun. 2016.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em 08 jun.2016.

_____. (Org.). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.11-15.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Compromisso com a proteção de crianças e adolescentes: o caso da Atlantica Hotels International. In: TENÓRIO, Fernando G.; BARBOSA, Luiz Gustavo M. (org.). **O setor turístico versus a exploração sexual na infância e na adolescência**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 291-308.

_____. et al. Exploração sexual de crianças e adolescentes em São Paulo. In: TENÓRIO, Fernando G.; BARBOSA, Luiz Gustavo M. (org.). **O setor turístico versus a exploração**

sexual na infância e na adolescência. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 185-200.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Métodos de coleta de dados no campo.** São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WOLFF, Francis. A Invenção da Política. In: NOVAES, Adauto. **A crise do estado-nação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Ana Thorell. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WEB REFERÊNCIA:

<<https://pt.wikipedia.org/wiki/camaçari>>. Acesso em 07 fev. 2016.

<<http://www.kickante.com.br/campanhas/orquestra-filarmonica-do-ceza-campanha-de-gravacao-do-primeiro-cd>>. Acesso em 07 fev. 2016.

<<http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/05/31>>. Acesso em 31 mai. 2016.

<www.significados.com.br>. Acesso em 16 jun. 2016.

<www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/consulta-publica/arquivos/1393133501.pdf>. Acesso em 06 jun. 2016.

<<http://www.brasil.gov.br/economiaeemprego/2015/11>>. Acesso em 07 jun. 2016.

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1705824>>. Acesso em 07 jun. 2016.

APENDICE A – Roteiros de Entrevista**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTORA**

Local: CEZA

Entrevistado(a): _____

Cargo ou função: _____

1. Como foi criada esta organização? Qual seu histórico?
2. Quais os objetivos do trabalho do CEZA?
3. Qual o público alvo de sua atuação? Como é selecionado?
4. Quais os projetos operacionalizados na organização?
5. Como se dá a relação da organização com a comunidade local?
6. Como vocês inserem os pais no trabalho da organização?
7. Quem são os profissionais, os voluntários e colaboradores envolvidos nas equipes de trabalho?
8. Como a organização se sustenta?
9. Quais os efeitos do trabalho de vocês na vida das crianças/adolescentes e suas famílias?
10. Qual a repercussão deste trabalho na comunidade? Vocês percebem algum impacto resultante do trabalho na comunidade? Qual?
11. Que impacto maior vocês poderiam causar na comunidade? Como? O que vocês enxergam que poderia ser feito?
12. O que falta para o trabalho de vocês ter um alcance maior na comunidade?
13. O que poderia ser feito para que a organização tenha sustentabilidade, além das doações? Como buscar recursos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM EQUIPE

Local: CEZA

Entrevistado(a): _____

Cargo ou função: _____

1. Quais os objetivos do seu trabalho no CEZA?
2. Qual o público alvo de sua atuação (faixa etária)?
3. Quais o projeto operacionalizado por você na organização?
4. Como você vê a relação da organização com a comunidade local?
5. Como você inserem a família no seu trabalho na organização?
6. Seu trabalho envolve outros profissionais, voluntários ou colaboradores da equipe? Como? Se não, por que?
7. Como você acha que a organização poderia se sustentar, além das doações? Como poderia buscar recursos? Qual seria seu papel nestas ações?
8. Quais os efeitos do seu trabalho na vida das crianças/adolescentes e suas famílias?
9. Qual a repercussão do seu trabalho no CEZA para a comunidade? Você percebe algum

- impacto resultante do seu trabalho na comunidade? Qual?
10. Que impacto maior o CEZA poderia causar na comunidade? Como? O que você enxerga que poderia ser feito?
 11. O que falta para o trabalho de vocês ter um alcance maior na comunidade?

PERGUNTAS NORTEADORAS DA ENTREVISTA COLETIVA COM AS CRIANÇAS/ADOLESCENTES

Local: CEZA

- 1) Qual a importância do CEZA para você?
- 2) Você percebe alguma mudança na sua vida depois da entrada no CEZA?
- 3) Como você acha que o trabalho do CEZA poderia melhorar?
- 4) Quais os momentos marcantes de vocês aqui no CEZA?
- 5) Perguntas norteadoras da entrevista coletiva com os pais/responsáveis:
- 6) Qual a idade dos filhos?
- 7) Há quanto tempo seu filho está na instituição?
- 8) Você mora no entorno? Há quanto tempo mora no entorno?
- 9) Qual a importância do CEZA para seu filho?
- 10) Como você observa o comportamento de seu filho em relação ao CEZA?
- 11) Houve alguma mudança no comportamento do seu filho após a entrada no CEZA?
- 12) Como percebe a ação do CEZA junto à comunidade?
- 13) Na sua opinião, como a comunidade vê o CEZA?
- 14) Como você acha que a atuação do CEZA poderia melhorar?
- 15) O que você poderia fazer pelo CEZA e para ajudar em seu trabalho?

PERGUNTAS NORTEADORAS DA ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES VISITADAS

Local: Residência Social

1. Como tem sido seu trabalho no viés da inclusão social, da promoção do exercício da cidadania ativa, da intervenção para o desenvolvimento nas instituições/associações/comunidades/grupos? Quem é o público alvo?
2. De que maneira promovem a inovação, o empreendedorismo social e/ou o desenvolvimento local? Trabalham nestas perspectivas?
3. Quais os objetivos de sua organização? Como trabalham para cumpri-los?

4. Quais são seus projetos e como desenvolvem cada um deles?
5. Como é sua atuação com crianças/adolescentes/jovens e pais/responsáveis?
6. De que maneira incentivam práticas inovadoras e participação das populações?
7. Promovem algum tipo de atividade que potencializem o desenvolvimento integral da pessoa, da família e da comunidade no sentido da mudança?

APENDICE B – Roteiro da Ação de Pesquisa

MAPAS AFETIVOS E COGNITIVOS

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO

Fazer a aproximação e coletar algumas informações por meio de uma dinâmica de grupo. O grupo é organizado em círculo. A primeira pessoa fala seu nome, há quanto tempo está na instituição, o que mais gosta de fazer no CEZA e seu hobby. Segue assim, até a última pessoa.

BLOCO 2 - MAPA COGNITIVO + QUESTÕES

1. Daremos um papel com as questões abaixo impressas para cada participante para eles escreverem e explicarem a ação:
 - a. Levantar 10 palavras relacionadas a aspectos do **LUGAR** (beleza, ordem, limpeza, organização, acessibilidade, espaçoso, conforto, ventilação, luminosidade, localização, acolhimento, receptividade, etc.);
 - b. Se tivesse que comparar o CEZA com que lugar seria?
 - c. Quando fecho os olhos, que imagem do CEZA me vem à cabeça? (03 opções)

2. Aplicar questões indicadas pela professora. Faremos um cartaz em tamanho A3 com cada uma das questões e colocaremos nas paredes da sala de forma sequenciada, criando um circuito. As pessoas serão estimuladas a percorrer a sala marcando pessoalmente suas respostas. Os pesquisadores as auxiliarão diante de qualquer dúvida:
 - a. Pertencimento:

O quanto você se identifica com o CEZA?

 atende a minha necessidade (preciso)
 me sinto muito apegado (gosto)
 é um lugar que faz parte de mim, tenho amor a este lugar (amo)
 não me identifico/ não me representa

3. Agradabilidade:

O que é mais atrativo no CEZA?

 é um lugar acolhedor (me sinto bem recebido)
 é um lugar cômodo (confortável/prático)
 é um lugar seguro
 é um lugar agradável
 outros _____

4. Instabilidade e negatividade do lugar:

O que é mais negativo no CEZA?

 é muito severo na disciplina
 é sufocante
 gera solidão
 sempre acontece algo inesperado

() outros _____

BLOCO 3 – RODA DE CONVERSA

1. Qual a importância do CEZA para você?
2. Você percebe alguma mudança na sua vida depois da entrada no CEZA?
3. Como você acha que o trabalho do CEZA poderia melhorar?
4. Quais os momentos marcantes de vocês aqui no CEZA?

BLOCO 4 - MAPAS AFETIVOS

1. Daremos um papel para cada participante para elas escreverem e explicaremos a ação:
 - 1.1. Levantar 10 palavras relacionadas a **SENTIMENTOS** que o CEZA desperta (amor, felicidade, tranquilidade, raiva, medo, etc.);
 - 1.2. Fazer um desenho que ilustre seus sentimentos em relação ao CEZA, registrando o que ele quis representar.

Relação de material: gravador, folha individual MAPA COGNITIVO + perguntas comparação e caminhos percorridos, folha individual MAPA AFETIVO, cartazes A3 com questões, piloto atômico.

TURMA DE PRÉ-ADOLESCENTES (07 A 11 ANOS)

Técnica de pesquisa:

- Entrevista semi-estruturada em grupo (Roda de Conversa)
- Mapas cognitivos
- Mapas afetivos

Roteiro da ação:

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO

Fazer a aproximação e coletar algumas informações por meio de uma dinâmica de grupo. O grupo é organizado em círculo. A primeira pessoa fala seu nome, há quanto tempo está na instituição, o que mais gosta de fazer no CEZA e seu hobby. Segue assim, até a última pessoa.

BLOCO 2 - MAPA COGNITIVO + QUESTÕES

1. Daremos um papel com questões abaixo impressas para cada participante para eles escreverem e explicaremos a ação:
 - a. Levantar 10 palavras relacionadas a aspectos do **LUGAR** (beleza, ordem, limpeza, organização, acessibilidade, espaçoso, conforto, ventilação, luminosidade, localização, acolhimento, receptividade, etc.);
 - b. Se tivesse que comparar o CEZA com que lugar seria?
 - c. Quando fecho os olhos, que imagem do CEZA me vem à cabeça? (03 opções)
2. Aplicar questões indicadas pela professora. Faremos um cartaz em tamanho A3 com cada uma das questões e colocaremos nas paredes da sala de forma sequenciada, criando um

circuito. As pessoas serão estimuladas a percorrer a sala marcando pessoalmente suas respostas. Os pesquisadores as auxiliarão diante de qualquer dúvida:

3. Pertencimento:

O quanto você se identifica com o CEZA?

- atende a minha necessidade (preciso)
- me sinto muito apegado (gosto)
- é um lugar que faz parte de mim, tenho amor a este lugar (amo)
- não me identifico/ não me representa

4. Agradabilidade:

O que é mais atrativo no CEZA?

- é um lugar acolhedor (me sinto bem recebido)
- é um lugar cômodo (confortável / prático)
- é um lugar seguro
- é um lugar agradável
- outros _____

5. Instabilidade e negatividade do lugar:

O que é mais negativo no CEZA?

- é muito severo na disciplina
- é sufocante
- gera solidão
- sempre acontece algo inesperado
- outros _____

BLOCO 3 – RODA DE CONVERSA

1. Qual a importância do CEZA para você?
2. Você percebe alguma mudança na sua vida depois da entrada no CEZA?
3. Como você acha que o trabalho do CEZA poderia melhorar?
4. Quais os momentos marcantes de vocês aqui no CEZA?

BLOCO 4 - MAPAS AFETIVOS

1. Daremos um papel com as perguntas abaixo impressas para cada participante para elas escreverem e explicarem a ação:
 - a. Levantar 10 palavras relacionadas a **SENTIMENTOS** que o CEZA desperta (amor, felicidade, tranquilidade, raiva, medo, etc.);
 - b. Fazer um desenho que ilustre seus sentimentos em relação ao CEZA, registrando o que ele quis representar.

Relação de material: gravador, folha individual MAPA COGNITIVO + perguntas comparação e caminhos percorridos, folha individual MAPA AFETIVO, cartazes A3 com questões, piloto atômico.

TURMA DE ADOLESCENTE (12 A 16 ANOS)

Técnica de pesquisa:

- Entrevista semiestruturada em grupo (Roda de Conversa)
- Mapas cognitivos
- Mapas afetivos

Roteiro da ação:

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO

Fazer a aproximação e coletar algumas informações por meio de uma dinâmica de grupo. O grupo é organizado em círculo. A primeira pessoa fala seu nome, há quanto tempo está na instituição, o que mais gosta de fazer no CEZA e seu hobby. A pessoa seguinte repete o que a outra pessoa falou e fala de si. Segue assim, até a última pessoa.

BLOCO 2 - MAPA COGNITIVO + QUESTÕES

1. Daremos um papel com as questões abaixo impressas para cada participante para eles escreverem e explicaremos a ação:
 - a. Levantar 10 palavras relacionadas a aspectos do **LUGAR** (beleza, ordem, limpeza, organização, acessibilidade, espaçoso, conforto, ventilação, luminosidade, localização, acolhimento, receptividade, etc.);
 - b. Se tivesse que comparar o CEZA com que lugar seria?
 - c. Quando fecho os olhos, que imagem do CEZA me vem à cabeça? (03 opções)

2. Aplicar questões indicadas pela professora. Faremos um cartaz em tamanho A3 com cada uma das questões e colocaremos nas paredes da sala de forma sequenciada, criando um circuito. As pessoas serão estimuladas a percorrer a sala marcando pessoalmente suas respostas. Os pesquisadores as auxiliarão diante de qualquer dúvida:

3. Pertencimento:

O quanto você se identifica com o CEZA?

atende a minha necessidade (preciso)

me sinto muito apegado (gosto)

é um lugar que faz parte de mim, tenho amor a este lugar (amo)

não me identifico/ não me representa

4. Agradabilidade:

O que é mais atrativo no CEZA?

é um lugar acolhedor (me sinto bem recebido)

é um lugar cômodo (confortável/prático)

é um lugar seguro

é um lugar agradável

outros _____

5. Instabilidade e negatividade do lugar:

O que é mais negativo no CEZA?

é muito severo na disciplina

- () é sufocante
- () gera solidão
- () sempre acontece algo inesperado
- () outros _____

BLOCO 3 – RODA DE CONVERSA

1. Qual a importância do CEZA para você?
2. Você percebe alguma mudança na sua vida depois da entrada no CEZA?
3. Como você acha que o trabalho do CEZA poderia melhorar?
4. Quais os momentos marcantes de vocês aqui no CEZA?

BLOCO 4 - MAPAS AFETIVOS

1. Daremos um papel para cada participante para elas escreverem e explicaremos a ação:
 - a. Levantar 10 palavras relacionadas a **SENTIMENTOS** que o CEZA desperta (amor, felicidade, tranquilidade, raiva, medo, etc.);
 - b. Fazer um desenho que ilustre seus sentimentos em relação ao CEZA, registrando o que ele quis representar.

Relação de material: gravador, folha individual MAPA COGNITIVO + perguntas comparação e caminhos percorridos, folha individual MAPA AFETIVO, cartazes A3 com questões, piloto atômico.

APENDICE C – Roteiros de Questionário

NOME: _____

IDADE: _____ TEMPO NO CEZA: _____

A) **ESCREVA PALAVRAS QUE LEMBREM O CEZA – O QUE TEM RELAÇÃO COM O CEZA PRA VOCÊ? O QUE RELACIONA A ESTE LUGAR?**

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.

B) **SE TIVESSE QUE COMPARAR O CEZA COM QUE LUGAR SERIA?**

C) **QUANDO FECHO OS OLHOS, QUE IMAGEM DO CEZA ME VEM À CABEÇA?**
(03 OPÇÕES)

NOME: _____
IDADE: _____ TEMPO NO CEZA: _____

A) **QUAIS SEUS SENTIMENTOS PELO CEZA? QUAIS PALAVRAS REPRESENTAM SEUS SENTIMENTOS POR ESTE LUGAR?**

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.

B) **DESENHE OS SEUS SENTIMENTOS PELO CEZA. ESCREVA O QUE O DESENHO QUER REPRESENTAR ESPECIFICAMENTE.**

APENDICE D - Tabulações dos Questionários de Pesquisa em Excel

TABULAÇÃO CEZA - 4 a 6 anos													
PERTENCIMENTO - O quanto você se identifica com o CEZA?				AGRADABILIDADE - O que é mais atrativo no CEZA?					INSTABILIDADE E NEGATIVIDADE DO LUGAR - O que é mais negativo no CEZA?				
1	2	3	4	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Atende à minha necessidade (preciso)	Me sinto muito apegado (gosto)	É um lugar que faz parte de mim, tenho amor a este lugar (amo)	Não me identifico/não me representa	É um lugar acolhedor (me sinto bem recebido)	É um lugar cômodo (confortável/prático)	É um lugar seguro	É um lugar agradável	Outros	É muito severo na disciplina	É sufocante	Gera solidão	Aqui sempre acontece algo inesperado	Outros
0	17	4	2	4	4	8	7	0	0	0	0	0	Comer
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Comer Legumes (2)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Dever
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Saída da Professora Flor
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Agressividade dos colegas (R)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não gosta de brincar / Não
0,00%	94,44%	22,22%	11,11%	22,22%	22,22%	44,44%	38,89%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-

MAPAS AFETIVOS					
Quais seus SENTIMENTOS pelo CEZA? Quais PALAVRAS representam seus sentimentos por este lugar?					
Para essa faixa etária foram os desenhos.					
Amor	2	11,11%	Felicidade	1	5,56%
Alegria	2	11,11%	Saudade do Avô	1	5,56%
Bom	1	5,56%			

MAPAS COGNITIVOS								
Escreva PALAVRAS que LEMBREM o CEZA - O que tem relação com o CEZA para você? O que te relaciona a este lugar?			Se tivesse que COMPARAR o CEZA com que LUGAR seria?			Quando Fecho os olhos, que IMAGEM do CEZA me vem à cabeça? (3 opções)		
Amizade	2	11,11%	Casa/Casa do meu primo	3	16,67%	Brinquedo	5	27,78%
Brincar	7	38,89%	Escola	2	11,11%	Comida	4	22,22%
Bom	1	5,56%	Lugar que tem a luz de Deus	1	5,56%	Estar em casa	1	5,56%
Comer	2	11,11%	Família	1	5,56%	Livro	1	5,56%
Cuidado com o Planeta/Natur	4	22,22%	Meus pais	1	5,56%	Professora	2	11,11%
Dever/Estudar	4	22,22%	Praia	2	11,11%	Vontade de ficar no CEZA	1	5,56%
Gosto muito	1	5,56%						
Karatê	1	5,56%						
Obedecer	1	5,56%						
Professoras	1	5,56%						
Sol	1	5,56%						

Idade dos entrevistados	
4	2
5	3
6	13
Não informou	0
TOTAL	18
Tempo no CEZA	
2 anos	1
Não informou	17
TOTAL	18

0,0555556

TABELAÇÃO CEZA - 7 a 11 anos													
PERTENCIMENTO - O quanto você se identifica com a CEZA?				AGRADABILIDADE - O que é mais atrativo no CEZA?					INSTABILIDADE E NEGATIVIDADE DO LUGAR - O que é mais negativo no CEZA?				
1	2	3	4	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Atende à minha necessidade (preço)	Muito mais agradável (local)	É um lugar agradável para mim, tenho amor a este lugar (ans)	Muito agradável em referência	É um lugar acolhedor (se não tem recebido)	É um lugar divertido (compartilhando)	É um lugar seguro	É um lugar agradável	Outros	Emulsão na disciplina	Eufônicos	Gratidade	Alto tempo e acesso às instalações	Outros
0	5	17	2	4	7	42	42	Tudo	0	0	0	0	Não (0)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0,00%	11,00%	40,48%	4,76%	9,52%	16,67%	100,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-

MAPAS AFETIVOS	
Quais seus SENTIMENTOS pelo CEZA? Quais PALAVRAS representam seus sentimentos por este lugar?	
Alegria	29 69,05%
Amezade	16 38,10%
Amor	33 78,57%
Apropriação	2 4,76%
Bem/Bom/Bondade	6 14,29%
Brigas	1 2,38%
Brincadeiras	4 9,52%
Calma	1 2,38%
Carinho	19 45,24%
Charo e bom	1 2,38%
Comunhão	1 2,38%
Deus	2 4,76%
Diversão	6 14,29%
Experiência	4 9,52%
Felicidade	29 69,05%
Goeto	1 2,38%
Harmonia	2 4,76%
Importante	1 2,38%
Legal	5 11,90%
Leandroças	1 2,38%
Marcavilhas	1 2,38%
Medo	1 2,38%
Nervosismo	1 2,38%
Paixão	8 19,05%
Passagem	1 2,38%
Paiz	18 42,86%
Professores	7 16,67%
Proteção	2 4,76%
Raiva	6 14,29%
Respeito	4 9,52%
Satisfação	3 7,14%
Solidade de casa	2 4,76%
Segurança	8 19,05%
Solidão	1 2,38%
Solidariedade	1 2,38%
Sosiego	1 2,38%
Sustar	1 2,38%
Trabalhos bem feitos	1 2,38%
Tranquilidade	3 7,14%
Tratar	8 19,05%
Um dia se realiza	1 2,38%
União	1 2,38%

MAPAS COGNITIVOS			
Escreva PALAVRAS que LEMBRAM a CEZA - O que tem relação com a CEZA para você? O que te relaciona a este lugar?	Se tivesse que COMPARAR a CEZA com que LUGAR seria?	Quanto Fecha os olhos, que IMAGEM do CEZA me vem à cabeça? (3 opções)	
Alegria	3 7,14%	A gente se diverte e brincando	1 2,38%
Amor	10 23,81%	Castelo	1 2,38%
Amezade	13 30,71%	Castro	12 28,57%
Biblioteca	7 16,67%	Estados Unidos	1 2,38%
Bom	7 16,67%	Hospital	1 2,38%
Brincadeira/Brinquedoteca	24 57,14%	Irmao	1 2,38%
Carinho	5 11,90%	Minha casa	9 21,43%
Carisma	1 2,38%	Natureza	1 2,38%
Compreensão	1 2,38%	Rua de Diversão	1 2,38%
Comunicação	1 2,38%	Receita de Bêchô/Casa de Bêchô	4 9,52%
Cooperadora Maria Alice	1 2,38%	Shopping	1 2,38%
Confirma	1 2,38%	Terra de Ilusão	12 28,57%
Condição Física do Yelo	4 9,52%		
Conceito	1 2,38%		
Cozinha/Comida/Cama/Lavoi	17 40,48%		
Curioso	2 4,76%		
Deus	1 2,38%		
Deu	1 2,38%		
Diversão/ Diversão-Mirina	4 9,52%		
Diversão	4 9,52%		
Experiência	5 11,90%		
Estudo	5 11,90%		
Fz	1 2,38%		
Felicidade	4 9,52%		
Harmonia	1 2,38%		
Irmao	5 11,90%		
Importante	1 2,38%		
Isolo	1 2,38%		
Legal	6 14,29%		
Lugar Limpo	5 11,90%		
Lugar Organizado	1 2,38%		
Lugar Religioso	1 2,38%		
Melhores Amigos	1 2,38%		
Opusculo	9 21,43%		
Paciência	2 4,76%		
Paixão	7 16,67%		
Passagem	5 11,90%		
Paiz	5 11,90%		
Professores/ Flór-Teresa-Alan	29 69,05%		
Quando não vejo o outro lado	1 2,38%		
Região de Convivência	6 14,29%		
Respeito	10 23,81%		
Sala de aula	4 9,52%		
Sala dos Meninos	1 2,38%		
Sociedade	3 7,14%		
Terra de Nuvem	8 19,05%		
União	6 14,29%		
Visitantes	2 4,76%		
Yelo	1 2,38%		

Madrã dos entrevistados	
7	6
8	13
9	12
10	5
11	5
Não informou	1
TOTAL	42
Tempo no CEZA	
2 meses	1
4 meses	1
5 meses	1
1 ano	3
1 ano e 1/2	2
2 anos e 1/2	2
3 anos	1
4 anos	5
5 anos	5
5 anos e 1/2	1
6 anos	2
7 anos	2
Não informou	16
TOTAL	42

TABULAÇÃO CEZA - 32 a 36 anos														
PERTENCIMENTO - O quanto você se identifica com o CEZA?				AGRADABILIDADE - O que é mais atrativo no CEZA?					INSTABILIDADE E NEGATIVIDADE DO LUGAR - O que é mais negativo no CEZA?					
1	2	3	4	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
Atende minha necessidade (resposta)	Me sinto eu, aqui (resposta)	É um lugar que faz parte de mim, tenho amor a este lugar (resposta)	Mão me identifico no ambiente	É um lugar agradável (resposta)	É um lugar divertido (conferência/atividade)	É um lugar seguro	É um lugar agradável	Outros	É muito ruim na disciplina	É sufocante	Gera poluição	Aqui sempre acontece algo ruim/negativo	Outros	
14,29%	25,71%	60,00%	0,00%	22,86%	17,14%	5,71%	54,29%	-	11,43%	14,29%	5,71%	42,86%	-	

MAPAS AFETIVOS		
Quais seus SENTIMENTOS pelo CEZA? Quais PALAVRAS representam seus sentimentos por este lugar?		
Alegria	14	43,71%
Amizade	29	82,86%
Amor	29	82,86%
Aprendizado	1	2,86%
Atenção	1	2,86%
Bem/Bom	8	24,29%
Brotadoiro	1	2,86%
Carinho	12	34,29%
Cidadania	1	2,86%
Confiado	1	2,86%
Compartido	5	14,29%
Comunidade	1	2,86%
Contente	1	2,86%
Coordenação/Funções/bases	1	2,86%
Diversão	1	2,86%
Educação	1	2,86%
Em casa	1	2,86%
Escudo	1	2,86%
Ética	1	2,86%
Felicidade	11	31,43%
Futuro	1	2,86%
harmonia	1	2,86%
hospitalidade	1	2,86%
leve	1	2,86%
Lugar especial	4	11,43%
Outro Pessoa	1	2,86%
Paiz	15	42,86%
Prezer	1	2,86%
Professor	2	5,71%
Novas	4	11,43%
Respeito	9	24,29%
Saudade	3	8,57%
Saudável	1	2,86%
Segurança	3	8,57%
Sinceridade	2	5,71%
Solidão	1	2,86%
Solidariedade	2	5,71%
Tranquilidade	1	2,86%
Trabalho	5	14,29%
União	1	2,86%

MAPAS COGNITIVOS		
Escreva PALAVRAS que LEMBREM o CEZA - O que tem relação com o CEZA para você? O que te relaciona a este lugar?	Se tivesse que COMPARAR o CEZA com que LUGAR seria?	Quando fechar os olhos, que IMAGEM do CEZA me vem à cabeça? (3 opções)
Acolhedor	1	2,86%
Agradável	1	2,86%
Alegria	2	5,71%
Amizade	4	11,43%
Amor	1	2,86%
Atividades	1	2,86%
Aula de escrita	1	2,86%
Aula de Ética e Cidadania	10	28,57%
Aula de Música	28	80,00%
Azul do Céu	1	2,86%
Bem/Bom	6	17,14%
Biblioteca	2	5,71%
Boa Coordenação	2	5,71%
Bonito	2	5,71%
Carinho	9	25,71%
Climado	1	2,86%
Compartmentado	1	2,86%
Diversão	7	20,00%
Espetoso	9	25,71%
Especial	1	2,86%
Estudo/Educação	14	40,00%
Festa	1	2,86%
Funcionários legais	1	2,86%
Futuro	1	2,86%
Higiene	1	2,86%
Legal	15	42,86%
Leitura	1	2,86%
Limpas	14	40,00%
Melhor Desempenho	1	2,86%
Melhores	2	5,71%
Nada Faltava	1	2,86%
Ótimo as crianças	1	2,86%
Organizado	6	17,14%
Respeito dos Professores	1	2,86%
Respeito	10	28,57%
Res	1	2,86%
Respeito de Casa	2	5,71%
Pessoas Interessadas	1	2,86%
Professores	6	17,14%
Respeito	4	11,43%
Responsabilidade	1	2,86%
Sala de Aula	2	5,71%
Saudável	1	2,86%
Seguro	1	2,86%
Solidariedade	2	5,71%
União	1	2,86%
Biblioteca	1	2,86%
Brotadoiro	2	5,71%
Diária	1	2,86%
Escudo	9	25,71%
Facebook	2	5,71%
Fantástico	1	2,86%
Lugar que faz de Anjo	1	2,86%
Minha casa/Minha 2ª casa	6	17,14%
Não há lugar como CEZA	1	2,86%
Parque de Diversões	5	14,29%
Perfeito Work	1	2,86%
Preparar para o Futuro	1	2,86%
Professora	1	2,86%
Restaurante	3	8,57%
Teatro	2	5,71%
Tem Música	1	2,86%
Terra de Nunca	1	2,86%
Amuse	4	11,43%
Amor	1	2,86%
Atmosfera	1	2,86%
Aula de Música	3	8,57%
Biblioteca	2	5,71%
Briqueado	2	5,71%
Casa de Deus	1	2,86%
Confiado	2	5,71%
Clube	2	5,71%
Criar um sorriso	1	2,86%
Dinâmico	1	2,86%
Diversão/Parque de Diversões	2	5,71%
Estudando Violão	1	2,86%
Futuro/Futuro na música	3	8,57%
Ótimo do CEZA	1	2,86%
Informática	2	5,71%
Jogo	1	2,86%
União, cheir de Flores	1	2,86%
Lugar onde eu vou ao pessoal	1	2,86%
Minha 2ª casa	5	14,29%
Novas amizades	1	2,86%
Paiz	1	2,86%
Professores	4	11,43%
Shopping	1	2,86%
Tudo de bom	3	8,57%

Idade dos entrevistados	
12	8
13	15
14	5
15	3
16	1
Não informou	2
TOTAL	25
Tempo no CEZA	
4 meses	2
5 meses	4
6 meses	2
7 meses	3
3 anos	2
6 anos	8
7 anos	3
10 anos	1
Não informou	10
TOTAL	35

TABULAÇÃO CEZA - MÃES														
PERTENCIMENTO - O quanto você se identifica com o CEZA?				AGRADABILIDADE - O que é mais atrativo no CEZA?					INSTABILIDADE E NEGATIVIDADE DO LUGAR - O que é mais negativo no CEZA?					
1	2	3	4	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
Atende à minha necessidade (serviço)	Muito muito agradável (gratuito)	É um lugar que faz parte de mim, tenho amor a este lugar (amor)	Não me identifico/não me representa	É um lugar acolhedor (me sinto bem recebido)	É um lugar cómodo (confortável/prático)	É um lugar seguro	É um lugar agradável	Outros	É muito severo na disciplina	É sufocante	É muito solitário	Aqui sempre acontece algo inesperado	Outros	
0	3	11	0	11	0	3	0	0	0	0	0	0	0	Retorno do relatório escolar (banca)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não sabia mais que um filho da mesma família.
0	23,08%	84,62%	0	84,62%	0	23,08%	0	0	0	0	0	0	0	-

MAPAS AFETIVOS		
Quais seus SENTIMENTOS pelo CEZA? Quais PALAVRAS representam seus sentimentos por este lugar?		
Acolhida	2	15,38%
Agradável	1	7,69%
Alérgico	7	53,85%
Amar	10	76,92%
Bom/Me sinto bem	3	23,08%
Carinho	7	53,85%
Carisma	1	7,69%
Compreensão	1	7,69%
Comunicação	1	7,69%
Confiança	3	23,08%
Dedicação	1	7,69%
Esperança	1	7,69%
Feliz	1	7,69%
Firmeza	1	7,69%
Gratidão	3	23,08%
Honestidade	1	7,69%
Importante	1	7,69%
Legal	1	7,69%
Necessidade	1	7,69%
Orgulho	1	7,69%
Paixão	2	15,38%
Paz	3	23,08%
Respeito	2	15,38%
Respeito	2	15,38%
Seguro	2	15,38%
Solidariedade	2	15,38%
Tudo de bom	1	7,69%
União	1	7,69%

MAPAS COGNITIVOS		
Escreva PALAVRAS que LEMBREM o CEZA - O que tem relação com o CEZA para você? O que te relaciona a este lugar?	Se tivesse que COMPARAR o CEZA com que LUGAR seria?	Quando fecho os olhos, que IMAGEM do CEZA me vem à cabeça? (3 opções)
Acolher as crianças	Como se fosse a casa da vovó	A importância
Ajudador	Como se fosse uma escola particular	Ajudar quando preciso
Alegria	Como um lar harmonioso	Banquete
Amar com as crianças	Checo	Café do dia das mães
Amor	Muito perto de minha casa	Compromisso com o CEZA
As crianças sabem	Meu lar	Cooperativização
Beleza	Um lugar que desse para acolher todos os anjinhos	Educando meu filho com boas regras
Carinho	Uma igreja cristã/evangélica	Festas
Cooperação		Festas natalinas
Compromisso		Que permaneça sendo um lugar que cuide das crianças
Confortável		Um lugar cheio de amor, paz e fé
Caridade		Um lugar de muita importância para a nossa população
Educação		Um lugar igual a um jardim, cheio de beleza
Escola		Uma instituição muito boa que sempre ajuda a quem precisa
Esperança		Uma mesa cheia de guloseimas
Família		Uma mesa cheia de doces de bônbon para nossas filhas
Faço parte		
Frequente		
Fuero		
Gratidão		
Harmonia		
Mãe - ex coordenadora		
Meu filho se criou aqui		
Meu filho se sente bem e eu		
Meu segundo casa. A seguir		
Organizado		
Ótimo		
Pacífico		
Participação com a comunidade		
Paz		
Preocupação com as crianças		
Profissionalismo		
Respeito		
Se não fosse o CEZA não sei o		
Segurança		
Sinceridade		
Tranquilidade		
União		
Valores		

Idade dos entrevistados	
29	1
30	1
32	1
33	1
34	2
35	1
36	1
38	1
39	1
40	1
Não informou	2
TOTAL	13

Tempo no CEZA	
5 meses	1
6 meses	1
1 ano	2
2 anos	1
3 anos	1
4 anos	3
5 anos	1
6 anos	1
Não informou	2
TOTAL	13

APENDICE E - Caso para Ensino



CEZA: Uma Iniciativa Transformadora na Construção de Histórias **Rosane Santana Rodrigues Pereira⁵**

Algumas iniciativas têm seguido na direção de que um trabalho de gestão social em um determinado local deve oportunizar às pessoas se perceberem como cidadãos sujeitos de direitos, se estendendo à análise de possibilidades de crescimento, solidariedade e empreendedorismo, para que consigam enxergar e caminhar rumo ao desenvolvimento pessoal e da comunidade como um todo, construindo coletivamente alternativas de superação e fortalecendo o exercício da cidadania. Dentre estas, inúmeras que visam colaborar na construção da cidadania voltadas para o segmento populacional das crianças e adolescentes e a educação para tal exercício, levando aqueles que atuam na área a questionar a eficácia da ação, face à amplitude dos problemas relativos à situação de pobreza e a vedação de acesso a direitos, o que torna muito difícil a criança e o adolescente nesta condição compreender o ser cidadão e o próprio reconhecimento em tal posição. O CEZA (Centro de Ação Comunitária Zilda Aranha) se constitui uma dessas iniciativas, motivo pelo qual foi escolhido, analisando a atuação deste e possibilidades efetivas para as crianças e adolescentes com as quais trabalha.

A iniciativa de implantação do CEZA partiu de pessoas de fora da comunidade que frequentavam o local para execução de trabalho voluntário e sentiram necessidade de uma ação

⁵ Caso de ensino orientado pelo Prof. Dr. José Antônio Gomes de Pinho, elaborado em julho de 2016, com base na pesquisa de estudo de caso e residência social realizadas no âmbito do trabalho final do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. E-mail da autora: sourosane@gmail.com

mais consistente. Tudo começou com um grupo de pessoas provenientes de classe média, vinculados a uma igreja batista em município próximo, que eventualmente fazia trabalhos sociais na região de Estiva de Buris, comunidade localizada em Abrantes, distrito de Camaçari, no estado da Bahia.

Conhecendo esta realidade, este grupo começou a pensar e discutir acerca da possibilidade de fazer algo diferente e de caráter permanente neste território, não se resumindo a trabalhos pontuais com pouca efetividade na vida da comunidade. Iniciou-se assim, um processo de organização social no sentido de uma ação organizacional para cumprir estes fins na qual houvesse uma gestão comprometida com o social. A grande preocupação deste grupo era com crianças e adolescentes em situação de risco, com famílias em vulnerabilidade social, à mercê da marginalidade por falta de perspectivas, então iniciaram um trabalho para a promoção do aprendizado de diferentes vertentes do saber e projetos pedagógicos para fomentar a formação cidadã e o exercício da cidadania desta parcela da população local.

Com estas ideias, começaram a envidar esforços no sentido de viabilizar seus planos, buscando parceiros, recursos e a ajuda de profissionais voluntários para a elaboração e execução do projeto. Nesse processo, ficou evidente desde a sua formação a materialização das diversas práticas de reciprocidade e solidariedade.

Uma pessoa da comunidade com relações políticas conseguiu por meio de uma vereadora a cessão de um terreno da prefeitura para construção de um prédio para trabalho comunitário que fora disponibilizado para a associação de moradores. Este foi oferecido pela referida associação a este grupo, já que não teria condições de realizar a obra e os voluntários precisavam de um local para fazer um trabalho sistemático, considerando que vinham fazendo as atividades com as crianças debaixo de uma árvore desde o ano de 2000. Este grupo mobilizou outras pessoas, formando uma grande equipe que reuniu recursos para a obra e formaram a organização. O 1º Estatuto foi criado sem a ideia de que seria uma organização do terceiro setor, depois foi se estruturando desta forma.

No intuito de conhecer melhor a realidade, bem como verificar as reais necessidades da comunidade local para fundamentação e embasamento do projeto de atuação, em paralelo à construção da sede, mobilizaram voluntários e fizeram uma pesquisa em 2008 com cerca de 319 famílias da comunidade. Pela pesquisa foram detectados indicadores econômicos e sociais que confirmavam a leitura que faziam e a carência de intervenção. Constataram também nesta pesquisa inicial que as crianças na faixa etária de 04 a 11 anos precisavam de uma proteção

maior ao risco social. Por isso, inicialmente, foi resolvido que só receberiam crianças nessa faixa etária, considerando que não teriam condições de atender a todos pelos limites objetivos.

O CEZA, efetivamente, enquanto organização do terceiro setor, passou a existir em 2008, com sede à Rua São Bento, Quadra 05, Lote 01, na comunidade de Estiva de Buris, situada em Vila de Abrantes, distrito e antiga sede do município de Camaçari, estado da Bahia, a 41 km da capital baiana, sendo este município parte da região metropolitana de Salvador e considerado uma cidade industrial pela presença do Pólo Petroquímico em sua região. Possui uma área de 784,658 km² que abrange quatro distritos e uma população de mais de 281 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2011. A vegetação local é formada por dunas, manguezais, restingas, mata ciliar e atlântica, contendo também grande zona urbana. A região possui mais de 42 km de litoral, mas na área do distrito de Vila de Abrantes não tem praia, estando ali localizada a igreja mais antiga do município, a Igreja do Divino Espírito Santo, construída pelos jesuítas há mais de 400 anos. A escolha do nome da organização foi uma homenagem à primeira apoiadora e idealizadora, que faleceu em 2012.

Segundo dados de pesquisa da própria organização, Estiva de Buris é zona periférica do distrito, tem inúmeras carências, portanto, vitimado pela violência e criminalidade, deixando seus habitantes, cerca de 30.000 pessoas, em situação de risco e vulnerabilidade pelas condições socioeconômicas precárias, contribuindo para a degradação da qualidade de vida. Por ser extremamente carente, falta aos seus moradores as condições básicas de subsistência, é alto o índice de desemprego, muitos estão no mercado informal de trabalho, a escolaridade é muito baixa, as perspectivas de melhoria são mínimas e, no mesmo nível, a autoestima de seus moradores.

Como na maior parte da periferia de Salvador e região metropolitana, o tráfico de drogas domina, usando parcelas da população local para o desenvolvimento de suas atividades ilícitas, inclusive iniciando crianças e adolescentes na marginalidade e no crime, aumentando significativamente o índice de violência. É aí que o CEZA entra em ação, ocupando o tempo ocioso da criança e adolescente com atividades saudáveis ao seu desenvolvimento, evitando que estes passem na rua o período oposto ao turno da escola, realizando oficinas (socioeducativas, música, artes e afins) para a promoção do aprendizado de diferentes vertentes do saber e projetos que proporcionam o crescimento intelectual dos mesmos. Além disso, promovem cursos e palestras para as diversas faixas etárias da população que podem vir a auxiliar na renda das famílias e criar um perfil empreendedor nos alunos. O desafio que a

organização em foco hoje se coloca é criar alternativas para o próprio sustento, ampliar o número de pessoas beneficiadas com seu trabalho, envolver as famílias em parceria e impactar de forma mais efetiva a comunidade.

Mediante o quadro constatado *in loco*, sensibilizados em se empenhar para mudar esta realidade, trazer novas perspectivas para as famílias e, sobretudo, para as crianças da região, estabeleceram o plano de ação com suas diretrizes e metas. Enquanto associação filantrópica que é, se caracteriza por não ter fins lucrativos e o principal objetivo é minimizar os impactos sociais causados pelas carências da região.

O projeto atende atualmente cerca 153 crianças e adolescentes, com as respectivas famílias, sendo 76 no turno matutino e 77 no turno vespertino com projetos pedagógicos e oficinas específicas que abordam temas como ética e cidadania, diversidade cultural, educação ambiental, música e arte, além de ministrar palestras à população que incentivam o exercício da cidadania e o empreendedorismo. O cuidado com as crianças e adolescentes inclui acompanhamento nutricional, médico, odontológico especializado e orientação psicopedagógica quando diagnosticada a necessidade. Tudo isso acontece de forma gratuita para os matriculados, uma vez que a instituição se mantém por intermédio do trabalho voluntário e de doações. Com as famílias atuam apenas em reuniões de pais para tratar de assuntos específicos dos filhos, trazendo propostas pontuais dos profissionais voluntários que acompanham as crianças e adolescentes, conforme suas necessidades e, mais recentemente, ciclo de palestras educativas.

Para seleção é aberto o período de pré-matrícula para compor as vagas existentes e uma equipe de assistentes sociais voluntárias faz a visita domiciliar a todos, elegendo pelo critério da maior necessidade em se tratando do grau de vulnerabilidade, conforme os parâmetros técnicos profissionais.

Do ponto de vista social e político tais iniciativas podem representar a conformação a partir do momento em que a sociedade civil começa a se organizar para suprir as lacunas deixadas pelo Estado no cumprimento dos respectivos deveres para com a população, isentando-o das responsabilidades ou pode se constituir um movimento de superação para fomento à consciência crítica e participação, a depender do direcionamento dado à atuação da organização. Há, portanto, que se ter atenção, pois faz parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, o chamado Estado mínimo, no qual este se isenta progressivamente do papel de garantidor de direitos, encolhendo suas responsabilidades sociais e transferindo-as para a sociedade civil, como pontua Dagnino (2004). Esta autora ainda afirma

que a participação de uma sociedade civil ativa e propositiva são requisições tanto do projeto neoliberal quanto do projeto democratizante, cada um com seu propósito. Assim, há um grande risco na atuação de organizações da sociedade civil, de tender a fortalecer um projeto político contrário aos interesses democráticos e de ampliação efetiva da cidadania, mesmo que não intencionalmente, caso não estejam atentos a esse aspecto.

Define como sendo sua missão “contribuir para minimizar os impactos das carências sociais da comunidade”. Sua visão é “formação de cidadãos responsáveis, conscientes, produtivos, participativos e solidários, através da prestação de serviços comunitários de excelência”. Tem como valores a “ética, o respeito e a solidariedade”. O objetivo principal que se propõe é tirar a criança e o adolescente da vulnerabilidade e dar suporte para que tenham condições de escolha”.

Durante os 06 anos iniciais do centro comunitário trabalhavam voltados para suporte ao ensino no turno oposto ao da escola para que as crianças não ficassem ociosas e expostas em casa ou pelas ruas, contando com apoio de vários profissionais liberais voluntários. Os pilares eram atendimento, nutrição e proteção contra situação de risco por meio de reforço escolar, atividades lúdicas, atenção básica à saúde e atividades afins, considerando a vulnerabilidade social. Com o passar dos anos, o trabalho foi ampliando e introduziram a música, por meio do qual crianças e adolescentes que jamais tiveram qualquer contato com teoria musical ou algum tipo de instrumento, aprenderam a tocar músicas clássicas em instrumentos que não teriam acesso nas circunstâncias em que vivem. Receberam doações de flautas doces, então a administração na ocasião contratou um professor de música e este formou uma orquestra filarmônica com crianças e adolescentes dos 09 aos 16 anos que tocam vários instrumentos lendo partitura com desenvoltura e se apresentam onde são convidados, emocionando os ouvintes.

A organização ampliou a faixa etária atendida para 04 aos 16 anos de idade incluindo ações de profissionalização, respondendo à crescente demanda de interessados que os procuravam, assim como também pelo fato de que anteriormente atendiam somente crianças até completar 12 anos e, quando não mais frequentavam o CEZA, ficavam ociosas, sendo em muitos casos posteriormente absorvidos pelo crime organizado. Realizou também uma revisão de seu Estatuto e o trabalho vem se ampliando para além dos pilares iniciais, embora mantenha uma feição assistencialista. A organização tem uma diretoria, semelhante a um colegiado, nas quais as decisões são discutidas e votadas; subordinada a este “conselho gestor” independente

que decide tudo acerca da organização, coletivamente, tem uma gerência administrativa e uma gerência educativa que gere a organização e sua equipe de trabalho.

Muitas pessoas fazem doações, são promovidos eventos para angariar fundos, há muitos voluntários envolvidos que abraçaram a causa e acreditam no trabalho do CEZA. Além do que já foi dito sobre o trabalho, tem a Casa do Pão, na qual fizeram uma oficina de aprendizado com as crianças e a equipe de colaboradores da cozinha produz os pães consumidos nas refeições, também comercializando timidamente fora da comunidade para não fazer concorrência com o pequeno comércio local; tem também oficinas de artes, de língua estrangeira (está agora sem professora voluntária) e as demais oficinas socioeducativas, conforme a faixa etária.

Os objetivos do trabalho da organização eram, inicialmente, voltados para educação complementar; hoje é formação cidadã plena e profissionalização. Com estes novos objetivos e projetos que estão sendo implantados, a partir dos 14 anos os adolescentes serão encaminhados às oficinas profissionalizantes; recentemente fizeram convênio com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) para encaminhamento dos mesmos. O foco do novo projeto é priorizar as competências e a consciência do ser cidadão. Para isso têm as Oficinas de Educação Ambiental, Diversidade Cultural, de Cidadania e Ética, além do módulo complementar de Artes, trabalhando conforme a faixa etária.

Os atores envolvidos são as crianças e adolescentes na faixa etária de 04 a 16 anos, matriculados no CEZA que são moradores da comunidade e que vivem em situação de pobreza, em risco ou vulnerabilidade social, devendo estar matriculados e frequentando a escola formal no turno oposto ao que estão na instituição; mães e/ou pais dos adolescentes matriculados e outros membros da comunidade interessados, podendo contribuir voluntariamente na organização com os trabalhos realizados, se quiserem; voluntários e colaboradores, que dirigem, planejam e executam os projetos de atuação da instituição no intuito de melhorar a vida na comunidade e impactar positivamente nesta; parceiros que fazem doações.

A relação do CEZA com a comunidade é bastante harmônica e de respeito mútuo, pois é vista como uma organização que faz bem aos seus filhos e, desde sua implantação na comunidade procura trazer benfeitorias à coletividade, através de pedidos à Prefeitura, a exemplo do asfalto que não tinha, implantação de *container* de lixo e regularidade de coleta seletiva, obtendo êxito nessas empreitadas. O que a organização identifica como exitosa em sua atuação até o momento, desde o início de suas atividades, é que tem conseguido garantir para as crianças e adolescentes proteção ao risco social na medida de suas limitações, alimentação

adequada nos horários que estão no CEZA e atenção preventiva à saúde. Esses foram os efeitos desde sua criação, cumprindo bem o papel ao qual se propunha.

Hoje, estão em reestruturação, almejando trabalhar mais intensivamente a formação de competências e intervenção na comunidade. Por limitações das condições objetivas não vêm sendo feitas outras intervenções mais efetivas da organização ou algum trabalho além muros até então, a não ser o ciclo de palestras e, há algum tempo atrás, oficinas de cabelereiro e massoterapia para as mães aprenderem e poderem realizar serviços para melhorar sua renda familiar.

Não obstante as limitações, os objetivos menos audaciosos do começo e a recente reestruturação do trabalho, a equipe gestora e a multidisciplinar verbaliza retorno positivo por parte das famílias que sinalizam mudanças comportamentais nos filhos e os benefícios por estarem no ambiente da organização. Segundo estes, a própria comunidade tem expressado a influência positiva do CEZA no seu entorno e a diferença percebida entre as crianças e adolescentes que o frequentam e aquelas que não o frequentam. Tanto é assim que a demanda por matrícula tem sido crescente, mas não têm condições de acolher a todos.

O ciclo de palestras supracitado objetivou ser o início da ampliação de uma ação mais efetiva na comunidade, no qual vêm abordando a questão da violência que é a linguagem mais usada no local, a fim de fomentar a cultura da paz. Se constitui a violência um grande problema, uma das expressões da questão social que ali se manifestam, assim como também o domínio do tráfico, situação comum na periferia e favelas, cuja atividade movimentada ilicitamente a economia local.

Mediante este contexto, a atuação e abordagem tem que ser bem cuidadosa e não ostensiva de combate à marginalidade, haja vista que existem crianças e adolescentes de toda comunidade, inclusive da instituição, sendo seduzidas para comporem seus “exércitos”. Além disso, existem famílias sustentadas por esta atividade e recebem outros benefícios desta “indústria do crime”, considerando que o Estado não tem alcançado muitos locais e largas escalas da população, nas quais só chegam o “poder paralelo” do tráfico. A lógica mercantilista da economia que deixa à margem da sociedade a grande maioria da população, leva muitos a se associarem com o ilícito por uma questão de sobrevivência, sendo esta sua fonte de renda. A gestão do CEZA enfrenta este conflito optando pelo convívio pacífico com toda comunidade, a fim de não inviabilizar sua ação, buscando oferecer alternativas para mudar o foco e mostrar, por meio da atuação de uma equipe multidisciplinar voluntária, que existem outras possibilidades para fazerem o enfrentamento das dificuldades de sobrevivência e superar a

situação. Cabe questionar se, além disso, seria possível algum tipo de intervenção que possibilitasse um incremento na economia local de forma alternativa.

Considerando que têm limitações, pretendem realizar outras ações com o fim de contribuir para a melhoria da comunidade ou pelo menos das famílias que têm seus filhos ali matriculados. A atual gestão acredita que se começarem a fazer um trabalho mais intenso na conscientização de direitos e deveres e, em paralelo, trazer alternativas de sustentabilidade para estas famílias, causarão impacto maior e terão uma intervenção mais eficaz.

A fim de conseguir executar as atividades se viabilizando financeiramente, o CEZA conta com uma equipe de voluntários, somando-se às pessoas que são colaboradores contratados ou prestadores de serviços. Ao todo são sete coordenadores de oficinas (quatro com formação em pedagogia; um maestro, dois monitores de música), um assistente administrativo, uma gerência administrativa e pedagógica, uma assistente social, um motorista, um chefe de cozinha, dois auxiliares de cozinha, dois apoios à administração e duas auxiliares de limpeza, sendo estes todos contratados. Como voluntários têm um profissional de *marketing*, um para captação de recursos e profissionais liberais (psicóloga, psicopedagoga, nutricionista, enfermeira, odontóloga, médica, técnico de informática, instrutores de inglês, artes e recreação).

Evidencia-se na postura destes voluntários no desenvolvimento do trabalho, um senso de responsabilidade e compromisso muito forte com a organização e com a comunidade, seguindo todos uma linha de atuação, cada um na sua área, mas contribuindo para os fins aos quais a organização se propõe. Em entrevista semiestruturada realizada com estes, verbalizam acreditar que, mediante a gestão do trabalho realizado até então, têm causado impacto na vida das crianças e adolescentes atendidos ao prestar uma assistência de qualidade à qual não teriam acesso em outra instituição ou no serviço público, além de, durante as atividades, ocupar o tempo que teoricamente estaria ocioso e exposto a situações de risco nas ruas, estimulando o despertar de uma consciência cidadã, a autopercepção como sujeito de direitos e deveres, bem como a abertura da visão para novas possibilidades e perspectivas, embora não estimule ou trabalhe com eles qualquer tipo de ativismo político.

Asseguram que por meio das atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes, têm refletido com estes sobre valores éticos e morais, cidadania, solidariedade, participação e temas correlatos. Consideram ainda que as oficinas realizadas abrem opções para atividades remuneradas futuras, a exemplo da panificação, na qual eles aprendem, produzem o pão que consomem e ainda comercializam uma parte para adquirir recursos para a instituição, embora isto se dê de forma tímida pela falta de recursos.

O sustento do CEZA não vem de qualquer tipo de convênio. Vem, exclusivamente, de doações materiais vindas de pessoas físicas e jurídicas, campanhas permanentes de “apadrinhamento das crianças e adolescentes”, campanhas eventuais, recolhimento de notas fiscais e contribuição mensal de uma igreja batista de Lauro de Freitas, localidade próxima, que acredita no projeto desde o início, pois os membros fundadores são vinculados à esta. Têm o título de utilidade pública em nível municipal, estadual e federal. Tais títulos viabilizam a possibilidade de parcerias, convênios com órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda, o que poderá estimular o patrocínio e vinda de novos recursos por convênios com a esfera pública.

A falta de recursos financeiros é um fator limitador para a organização, pois referem ter muitas ideias de projetos que impactariam a comunidade, mas faltam recursos para implementá-los e desenvolvê-los, por isso sua equipe voluntária de captação de recursos tem trabalhado com metas para resolver este problema que versam em torno da busca de recursos para manter o funcionamento até terem autossuficiência, manter captação atual funcionando e aumentando, pesquisa e avaliação de mercado para identificar novos patrocinadores de longo prazo, ampliação da participação no programa “Sua nota é um SHOW”, atualizar *site* e *links* do CEZA, ampliar rede social, criar a equipe de *telemarketing*, identificar no mercado grupos de empresários e utilizar a estratégia do “Café dos Empresários”, com objetivo de ampliar os parceiros para “apadrinhamento” de crianças e adolescentes, criar o selo “Sou parceiro do CEZA” e buscar editais para captar recursos, porém os resultados até então não foram obtidos positivamente na medida que necessitam.

Por tudo quanto foi visto, constata-se que se trata de uma organização séria, comprometida com a clientela e movida por um genuíno desejo de fazer diferença, além de almejar ampliar a ação, estimulando o exercício pleno da cidadania, o protagonismo social e empreendedorismo como formas de enfrentamento da questão social, estendendo às famílias. Não obstante, esta ação ampliada se vê prejudicada pela própria escassez de recursos, considerando que já fazem um trabalho gerenciando muitas dificuldades com os matriculados e terminam por não conseguir ir além. Hoje o desafio do CEZA é potencializar o impacto do seu trabalho com as crianças, adolescentes e respectivas famílias, inserindo uma nova forma de fazer que oportunize uma maior participação desses atores nos processos de maneira que viabilize a participação ampla e efetiva, estimulando o protagonismo e a proatividade, como forma de educação para o exercício da cidadania, não olvidando a necessidade de criar alternativas para o próprio sustento.

Pensando nas perspectivas apresentadas, nas constatações da pesquisa e considerando as possibilidades levantadas ao longo de toda a discussão, sinteticamente, as seguintes propostas de trabalho poderiam ser viabilizadas, a maioria destas utilizando os recursos existentes e outras invocando a participação de voluntários, parcerias, patrocínio, doações e busca de recursos materiais disponibilizados pelo poder público:

- Criação de fóruns de cidadania com as crianças, adolescentes e familiares em separado, no âmbito interno da organização e estendendo à comunidade, se possível, para discutir questões coletivas relativas à realidade local;
- Implantação de caixas de sugestões nas dependências do CEZA para que as crianças e adolescentes depositem ali problemas levantados e se faça uma vez por semana uma assembleia para discussão dos problemas e soluções. Esta mesma assembleia pode ser feita em separado com os pais, com uma periodicidade maior e caixas de coleta de sugestões separadas;
- Criação de grupos de pais para apoio mútuo;
- Criação de oficinas permanentes de teatro e dança, em separado, formando o grupo de teatro e o grupo de dança do CEZA para apresentações públicas regulares, com instrutores especializados nestas artes;
- Elaboração de um projeto, cuja culminância seja no final do ano com um espetáculo envolvendo as oficinas de dança, teatro e música, na qual todas as crianças e adolescentes estejam envolvidos. No caso das turmas de adolescentes, estes deverão participar também de toda a preparação do espetáculo (figurino, sonoplastia, roteiro, patrocínio) divididos em equipes;
- Criação de cine-clubes com sessões regulares em separado por faixa etária, cujos filmes serão escolhidos por cada grupo, previamente, monitorados pelas instrutoras das oficinas e, ao final, deverão ser fomentados debates sobre a temática abordada no filme;
- Ampliação da oficina de leitura, associada ao jogo de “caça ao tesouro”, no qual as crianças e adolescentes, a cada leitura semanal ou quinzenal, dentre os livros disponibilizados, apresentarão em sua turma na forma verbal ou escrita, a síntese do conteúdo daquilo que foi lido e receberão um selo correspondente ao trecho do caminho para chegar ao tesouro fictício. Ao final do ano, aqueles que completarem o caminho no tempo determinado, receberão prêmios atrativos, fornecidos por patrocinadores;

- Criação de um clube de informática para as crianças e adolescentes, podendo ser extensivo aos familiares em horários diferenciados, nos quais deverão ser ministrados cursos de *Windows*, *Word*, *Excel* e outros programas possíveis, bem como, orientações de uso da *internet* e estímulo a pesquisas em bibliotecas virtuais, incentivando assim a complementação da formação escolar e profissional, com a busca de parceiros e campanhas com a participação das crianças, adolescentes e respectivas famílias, reativando o laboratório de informática e ampliando-o. Expandindo esta ação para toda a comunidade, o CEZA pode sugerir à Associação de Moradores a construção de um projeto conjunto a ser apresentado à Prefeitura de Camaçari, propondo a criação de clubes de informática e bibliotecas virtuais a serem instalados em local de acesso facilitado no distrito de Vilas de Abrantes com o financiamento de diversas empresas localizadas no município, a exemplo do que foi feito no Rio de Janeiro nas Estações Futuro, como parte do projeto da ONG Viva Rio, que veio a beneficiar algumas comunidades, em cujos espaços há cursos de informática, acesso à *internet* e telessalas para outros cursos à distância através de vídeos e telecursos;
- Como mais uma ação voltada para toda a comunidade, sugerir também à Associação de Moradores, a construção de mais um projeto conjunto a ser apresentado à Prefeitura de Camaçari e/ou a alguma instituição de ensino superior que ministre o curso de Direito, propondo a implantação em Vila de Abrantes do Balcão de Direitos, também a exemplo do que foi feito no Rio de Janeiro, no qual o cidadão das comunidades recebe orientações jurídicas e outras diversas de acesso a direitos e mediação de conflitos. Nestes também poderão ser oferecidos cursos para moradores a fim de exercerem no Balcão o papel de agentes de cidadania e agentes de direitos, capacitando-os para resolução de conflitos e conciliação sem ter que recorrer à justiça. Este Balcão se propõe a oferecer não só assessoria jurídica, mas a desenvolver a capacidade dos habitantes da comunidade de encontrar soluções para seus problemas através da prática de conciliação e resolução de conflitos, explica Sorj (2003);
- Inclusão no programa semanal de atividades esportivas ou jogos recreativos;
- Fazer envio constante para as famílias de material educativo e informativo acerca dos temas trabalhados nas oficinas permanentes com as crianças e adolescentes;

- Criar campanha de sensibilização e incentivo ao voluntariado no CEZA dos membros da família e outras pessoas da comunidade para prestação de serviços eventuais ou colaboração permanente;
- Submissão de projetos do CEZA a financiamento e convênios com instituições públicas;
- Realizar campanhas de divulgação do trabalho na mídia, dando visibilidade ao projeto a fim de atrair a atenção de possíveis parceiros e financiadores;
- Construção coletiva e implementação de um projeto amplo de educação ambiental e empreendedorismo socioambiental, se possível com patrocínio de empresas cujo histórico, valores e missão são alinhados com os objetivos propostos pelo projeto ou cujo produto seja necessário ao desenvolvimento das atividades, agendando reuniões com representantes de cada empresa para apresentação do projeto e benefícios para a imagem das empresas, formalizando proposta de parceria, assim como contatos prévios com organizações comunitárias e religiosas para oferta de serviços disponibilizados por estas organizações com o fito de mobilização ampla e participação nas campanhas de divulgação, apoio e adesão.

Este projeto deve conter ações de impacto no entorno do CEZA, realizando com todas as crianças, adolescentes e pais, um mutirão de limpeza para detectar o descarte inadequado de resíduos e lixo; oficinas específicas de reaproveitamento de alimentos para produção de produtos comercializáveis ou para consumo próprio, de reaproveitamento de óleo de cozinha para fabricação de sabão, de coleta seletiva e reciclagem com instalação de *containers* nas dependências e entorno do CEZA, negociando com cooperativas a venda desses resíduos e recicláveis, de produção de horta orgânica para consumo próprio ou comercialização, de artesanato com recicláveis, de panificação e derivados de mandioca; essa fase das oficinas deve ser precedida de ciclo de palestras e sensibilização sobre meio ambiente e preservação ambiental, alimentação saudável, importância da higienização e manipulação adequada dos alimentos, cidadania e mobilização comunitária e outros temas afins.

O projeto deve ainda, viabilizar sustentabilidade, empreendedorismo, protagonismo e cooperação, devendo ser discutido previamente e construído junto com os pais, crianças e adolescentes, cujos objetivos serão de capacitar os atores envolvidos com a organização para o desenvolvimento do empreendedorismo socioambiental, de forma a contribuírem com a sustentabilidade do CEZA e incremento à renda familiar; fomentar ações de cidadania e

preservação ambiental junto aos atores envolvidos; possibilitar conscientização dos participantes quanto à alimentação saudável, manipulação e reaproveitamento dos alimentos.

Tais proposições, se implementadas, incluindo a participação ampla e efetiva de todos os atores envolvidos, poderá impactar tanto as crianças e adolescentes quanto as respectivas famílias, refletindo na comunidade.

NOTAS DE ENSINO

Resumo

O objetivo deste caso de ensino é discutir acerca da conduta adotada, proposta de intervenção mediante a situação apresentada e estratégias propostas, bem como levantar possibilidades para ampliação do trabalho e potencialização do impacto no território.

Objetivo educacional

O caso tem como objetivo orientar instrutores, professores e alunos de cursos de graduação ou pós-graduação na discussão acerca das possibilidades existentes em um trabalho com crianças, adolescentes e suas famílias que vise o exercício da cidadania, participação, estímulo à consciência crítica e protagonismo social, bem como questões relativas à sustentabilidade das organizações e famílias.

Questões para discussão

1. A criação da organização foi a melhor alternativa para enfrentamento dos problemas relativos à vulnerabilidade e risco social enfrentados pela comunidade no que se refere às crianças e adolescentes nesta situação?
2. De que forma a instituição, efetivamente, tem contribuído para a formação cidadã? Tem sido numa perspectiva de conformação ou de ampliação?
3. As estratégias propostas para estímulo à consciência crítica, exercício da cidadania e protagonismo social são eficazes? Que outras poderiam ser utilizadas?
4. A forma como lida com os problemas relativos à pobreza, violência, tráfico de drogas, desemprego e as questões afins é a melhor alternativa ou haveria outras mais eficazes?

5. O que a gestão da instituição poderia fazer para se auto sustentar e não ficar tão dependente de doações? Quais as estratégias viáveis e eficientes para mobilização de recursos?
6. De que forma a instituição poderia contribuir para a sustentabilidade das famílias e/ou para a economia local de forma alternativa?
7. Um trabalho mais intenso na conscientização de direitos e deveres e, em paralelo, trazer alternativas de sustentabilidade para estas famílias, poderiam causar impacto maior e uma intervenção mais eficaz?

Sugestões para discussão

O caso pode ser utilizado nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de administração, serviço social e gestão social.

O instrutor/professor pode dividir a turma em pequenos grupos e solicitar aos participantes que respondam as questões propostas. A seguir, o relator de cada grupo pode apresentar os resultados a toda a turma e iniciar uma discussão ampla.

REFERÊNCIAS

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** Caracas: FACES, 2004.

FELLIPE, Maía Longhinotti; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 29, n. 4, 609-617, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Definindo Gestão Social** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 1., 2007, Juazeiro do Norte. **Anais...** Juazeiro do Norte-CE, maio de 2007.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo; FERNANDES, Francisco. **Como escrever casos para o ensino de administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANDER, Cristiane. **Juventude e participação: um processo pedagógico**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3, 2010, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES). Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000009201000100004&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 09 jun. 2016.

SILVA, Thais Gama da. **Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TAVARES, Helenice Maria e SILVA, Carla Cristina da M. B. **Educação ambiental e cidadania**. *Revista da Católica*, Uberlândia, v.1, n.2, p. 149-158, 2009. Disponível em <catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/12-PEDAGOGIA-01.pdf>. Acesso em 16 jun. 2016.

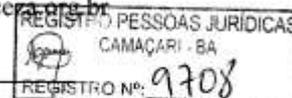
ANEXO A – ESTATUTO DO CEZA

ASSOCIAÇÃO CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA E FILANTRÓPICA ZILDA ARANHA – CEZA

Rua São Bento Qd, 05, Lt 01, Estiva de Buris, Vila de Abrantes, Camaçari/Bahia

CEP 42.840 – 000 Tel. (0**71) 3623 – 1301 E-mail – falecom@ceza.org.br

CNPJ: 04.175.711/ 0001-58

**QUARTA REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA E FILANTRÓPICA ZILDA ARANHA-CEZA**

A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA E FILANTRÓPICA ZILDA ARANHA-CEZA, pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, fundada em 28 de janeiro de 2000, devidamente registrada no CNPJ sob nº 04.175.711/ 0001-58, Localizado a Rua São Bento, Qd 05, Lt 01, Estiva de Buris, Abrantes, Camaçari-Ba, reunidos em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, especialmente convocada, com a finalidade de atualizar as normas administrativas e organizacionais, decretam e promulgam o seguinte Estatuto Constitutivo, que substituirá o anterior em sua íntegra, para todos os fins de direito, fundamentado no Artigo 5º, incisos VI e VII da Constituição Federal Brasileira de 1988 e o seu Estatuto, com base na Lei nº 10.406 (Código Civil Brasileiro), de 10 de janeiro de 2002, Artigos 53 a 61, Título II, Capítulo II, conforme determina sua Reforma, o Artigo 7º, do ESTATUTO CONSTITUTIVO, aprovado e registrado no CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS da Comarca de CAMAÇARI/BAHIA.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, CARÁTER, DURAÇÃO, SEDE, FORO E FINS

Art. 1º - A Associação Centro de Ação Comunitária e Filantrópica Zilda Aranha - CEZA, também denominada e reconhecida para quaisquer efeitos ou fins previstos em lei por sua sigla CEZA, ou simplesmente Associação, tem foro jurídico nesta Comarca de Camaçari/ Bahia e suas atividades se estendem por todo o território nacional. É uma associação civil, sem fins econômicos, com duração por tempo indeterminado, compõe-se de número ilimitado de membros associados, sem distinção de raça, sexo, cor, religião, nacionalidade, idade ou condição social, com sede e foro nesta Cidade de Camaçari – Bahia, para dirimir quaisquer assuntos relacionados com a Associação, e se regerá pelo presente Estatuto.

Parágrafo 1º - A Associação não distribui entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores; resultados eventuais, excedentes operacionais brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES

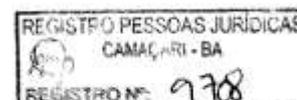
Art. 2º - A Associação está voltada à realização de obras assistenciais e educativas. São suas finalidades.

Parágrafo 1º - Objetivo Geral.

Assinaturas manuscritas de membros da associação.

Desenvolver ações com qualidade, dentro dos princípios morais e éticos, de projetos sociais que valorizem a família, a saúde, o resgate da cidadania e a formação profissional do cidadão.

Parágrafo 2º - Objetivos Específicos



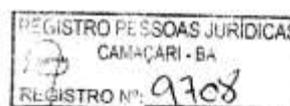
- a) Promover a assistência social.
- b) Fomento de ações que contribuam para manter viva a memória cultura popular relacionada com os usos, costumes e tradições da diversidade cultural brasileira, promoção da arte e cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- c) Compromisso com o desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico da região.
- d) Patrocinar campanhas públicas de esclarecimento sobre o uso de drogas que causem dependência de qualquer espécie, através de palestras, debates, simpósios, congressos ou outros meios de divulgação tendo como escopo a melhor orientação possível da família, infância e juventude.
- e) Capacitar o menor profissionalmente para integrá-lo na sociedade.
- f) Promover obras sociais, educacionais e profissionalizantes.
- g) Estabelecer convênio para atendimento em estabelecimentos voltados à proteção de crianças, idosos, e para tratamento de dependentes químicos.
- h) Promover o desenvolvimento econômico e social, e combate à pobreza; bem como atividades que possam gerar receitas resultantes de produtos e serviços implementados pelo CEZA.
- i) Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.
- j) Prestar assistência através de atendimentos médico/odontológico, ambulatorial, alimentar a pessoas desprovidas de recursos financeiros, através de convênios.
- k) Promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.
- l) Estabelecer convênio para a prestação de cursos, seminários, cursos profissionalizantes, visando à formação artística, literária, científica, cultural e técnica.
- m) Implantar a produção de mudas de árvores frutíferas e de espécie de interesse para o reflorestamento, como também a produção agrícola e preservação de animais nativos, em suas respectivas áreas, visando à multiplicação das espécies ameaçadas de extinção.
- n) Estimular o trabalho e a renda comunitária, através do ensino de práticas produtivas cooperativistas e associativas.
- o) Promover eventos festivos, shows artísticos e festivais, com finalidade beneficente.
- p) Filiar-se a outras entidades congêneres, a nível municipal, regional, estadual ou nacional, sem perder sua individualidade e poder de decisão, a critério da Diretoria e mediante a aprovação da Assembléia Geral.
- q) Formalizar parcerias com empresas que absorvam profissionais capacitados nos nossos cursos.

Art. 3º O CEZA dedica às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas, planos de ação e de prestação de serviços, de apoio a outras organizações sem fins econômicos e órgãos do setor público que atuem em áreas afins

Art. 4º No desenvolvimento de suas atividades, o CEZA observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economia e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, sexo, idade, religião, estado civil, etnia, cor ou classe social.

Art. 5º A fim de cumprir seus objetivos, a Instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas mesmas disposições estatutárias.

CAPÍTULO III DOS SÓCIOS



Art. 6º Para se tornar associado do **CEZA** é exigido o ingresso como sócio:

1 - Fundadores: As pessoas que assinaram a ata da Assembleia Geral de criação do CEZA;

2 - Benemérito: Os que prestaram serviços relevantes à associação, sendo reconhecido por proposta da Diretoria, ou Conselho Consultivo à Assembleia.

3 - Mantenedor: Qualquer pessoa física ou jurídica que contribua mensalmente com a associação

4 - Contribuinte: Qualquer pessoa física ou jurídica que venha a contribuir financeiramente, com a instituição.

5 - Beneficiário: Qualquer pessoa que em qualquer tempo venha a ser atendida bem como seus dependentes pelas unidades de serviço da associação.

Art. 7º A Associação terá um **número ilimitado** de associados, os quais não respondem nem **solidária** nem **subsidiariamente** pelas obrigações assumidas e contraídas pela Diretoria.

CAPÍTULO IV DESLIGAMENTO, EXCLUSÃO E READMISSÃO

Artigo 8º O **Desligamento** dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao Presidente da entidade, não podendo ser negada: por morte, por incapacidade civil, e dissolução da entidade.

Artigo 9º A **Exclusão** será aplicada pela diretoria após aprovação da Assembleia, ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, conforme art. 11; depois de o infrator ter sido notificado por escrito.

Parágrafo 1º - O **atingido** poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo **30 (trinta)** dias contados da data do recebimento da Notificação.

Parágrafo 2º - O **Recurso** terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral, na qual o assunto será incluído na ordem do dia do respectivo Edital de Convocação.

Parágrafo 3º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade no prazo previsto no parágrafo 1º desse Artigo.

Parágrafo 4º - Se a penalidades for aplicada a um membro da administração, ou associado e o mesmo apresentar recurso; e sua continuidade no cargo trazer prejuízo à associação, deve ser afastado das suas funções até decisão da assembleia.

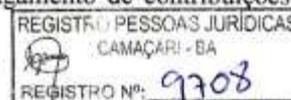
Artigo 10º O **Desligamento** ou a **Exclusão** se tornará efetiva após aprovação pela assembleia e colocado a termo em ata lida aprovada e assinada.

Artigo 11º O associado, que de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto, Normas e Regulamentos da Associação, fica sujeito às seguintes sanções, a critério da Diretoria:

- a) **Advertência**, sempre por escrito e em caráter reservado;
- b) **Suspensão** de um a doze meses:
 - 1 AOs **reincidentes** em infração punida com advertência;

2 Aos que estejam em atraso, há três meses ou mais, no pagamento de contribuições pecuniárias;

c) **Exclusão** – Os reincidentes em infração punida com suspensão.



Parágrafo 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria, cabendo Recurso à Assembleia Geral;

Parágrafo 2º - A apresentação de Recurso terá efeito suspensivo.

Artigo 12º - O associado que for excluído ou desligado sem interpor recurso, deixa de pertencer a Associação; sem direito a indenização quanto às mensalidades ou contribuições anteriormente pagas, mesmo que destinadas a custear eventos específicos ainda não realizados.

Artigo 13º - O associado que infringir a presente Norma Estatutária, eticamente desprestigia a sua condição de associado. Ou que por qualquer outro meio ou forma agir contra os interesses da entidade; mediante proposição de qualquer associado, e comprovada à infração, o mesmo está sujeito as penalidades previstas no art. 11 deste estatuto e ratificada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO V DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 14º São deveres dos associados:

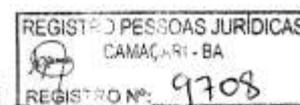
- a) Cumprir as determinações do Estatuto, Regimento interno, ordens e deliberações que emanarem da Diretoria, dos Conselhos, e da Assembleia Geral;
- b) Aceitar exercer e desempenhar com zelo e dedicação, os cargos e funções para os quais forem eleitos ou nomeados, salvo nos casos de impedimento justificado;
- c) Satisfazer todos os compromissos assumidos para com a entidade;
- d) Promover ou contribuir para a união, harmonia e solidariedade entre os membros da entidade;
- e) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- f) Cuidar dos interesses da entidade, prestando-lhes serviços que contribuam para o seu bom funcionamento; zelar pelo bom nome e conceito da Associação;
- g) Colaborar com as iniciativas da Associação e na execução dos objetivos sociais;
- h) Prestar espontaneamente, ou quando solicitado, informação de qualquer natureza, a fim de que a Associação disponha de dados capazes de nortear as suas atividades de modo eficaz e produtivo;
- i) Prestigiar de todas as formas a Associação e suas atividades;

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Artigo 15º O associado em pleno gozo dos seus deveres estatutários, usufruirá os direitos a seguir enumerados:

- a) Votar e ser votado nas eleições para membro da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) Usufruir todos os serviços oferecidos pela Associação;
- c) Recorrer de qualquer decisão da Diretoria;
- d) Participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação;
- e) Tomar parte nas Assembleias Gerais, e oferecer sugestões;
- f) Propor aos administradores medidas de interesse coletivo ou social;
- g) Discutir e votar sobre assuntos referentes às finalidades da entidade.

4



- h) Propor as medidas que julgar necessárias aos interesses da comunidade;
- i) Reclamar, perante a Diretoria, medidas que visem corrigir infrações ao Estatuto, com recursos à Assembléia Geral;
- j) Saber que a entidade não remunera os membros de sua Diretoria, não distribui lucros vantagens, dividendos, bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores. Destinando a totalidade das rendas apuradas ao atendimento, de suas finalidades;
- k) Convocar a Assembléia Geral com o mínimo de 1/5 dos associados.
- l) Adquirir informações sobre as finalidades, condições e o andamento da Associação, bem como auxiliarem na consecução dos objetivos na sede ou fora dela, desde que, com boa-fé.
- m) Poderá candidatar-se a cargo eletivo para a administração, os sócios fundadores e beneméritos.
- n) Os candidatos a cargos eletivos deverão ter seus nomes homologados pelo Conselho Consultivo.

CAPITULO VII DA CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 16º - São órgãos da Administração:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho consultivo.

Parágrafo 1º - O exercício de quaisquer das funções ou cargos, para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo, não será remunerado.

Parágrafo 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos; exceto o presidente da diretoria, que poderá ser membro do Conselho Consultivo e membros do Conselho Consultivo poderão exercer cargos da Diretoria.

Artigo 17º Os administradores são pessoalmente responsáveis pelos excessos cometidos durante o mandato, ou a prática de atos contrários ao Estatuto, Regimento e a Lei Civil.

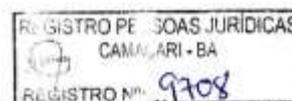
CAPÍTULO VIII DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 18º A Assembleia Geral é o poder máximo da Associação. Será realizada em caráter ordinário uma vez por ano ou em caráter extraordinário, quando se fizer necessário.

Parágrafo 1º - As deliberações das Assembleias-Gerais serão aprovadas pelo voto da maioria simples dos sócios presentes, com direito a voto;

Parágrafo 2º - As decisões das Assembleias-Gerais serão registradas em Atas lavradas, às quais, depois de lidas e aprovadas, serão assinadas pelo Presidente da Assembleia e pelo Secretário e, se necessário, serão levadas a registro no Cartório competente.

Art. 19º Para realização da Assembleia Geral os associados reunir-se-ão em sua sede. Outro local só se justificará em caso de absoluta impossibilidade. Em sendo assim, os associados deverão ser informados previamente.



Art. 20º A Assembléia Geral compor-se-á de todos os associados com direito a voto, em dia com suas obrigações estatutárias e regimentais, e funcionará em primeira convocação, com 2/3 dos associados e em segunda convocação com qualquer número para tratar de assuntos de interesse do CEZA.

Art. 21º A Assembléia Geral Extraordinária se dará por convocação da Diretoria da Associação, ou 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Consultivo e/ou Conselho Fiscal; ou por 1/5 dos associados quites com as obrigações estatutárias e com direito a voto.

Art. 22º Para convocação da Assembléia Geral Extraordinária observar-se-á: comunicação escrita e afixada na sede da entidade com no mínimo de 08 (oito) dias de antecedência, indicando dia, hora e local da reunião, e a pauta, sob pena de nulidade.

Art. 23º Compete à Assembleia-Geral Ordinária ou Extraordinária:

- I – Eleger e destituir o os membros da diretoria, do Conselho Fiscal;
- II – Decidir sobre reformas do Estatuto;
- III - Decidir sobre a extinção da Associação;
- IV - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V - Aprovação e reforma do Regimento Interno.

Art. 24º A Assembleia-Geral será realizada, ordinariamente, uma vez por ano, em data estipulada pelo Presidente para:

- I – Aprovar a proposta de programação anual do CEZA, apresentada pela Diretoria;
- II – Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III – Discutir e aprovar as contas e o balanço analisados pelo Conselho Fiscal.

Art. 25º A Assembleia-Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I - Pela Diretoria;
- II - Pelo Conselho Fiscal;
- III - Pelo Conselho Consultivo;
- IV- Por requerimento de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados quites com as obrigações estatutárias e com direito a voto.

Art. 26º A convocação de Assembléia-Geral será feita por comunicação escrita e afixada na sede da associação com uma antecedência mínima de 8 dias.

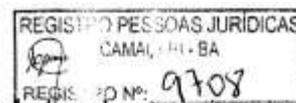
Parágrafo Único A Assembleia-Geral se instalará, em primeira convocação, com 2/3 dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número.

CAPÍTULO IX DA DIRETORIA

Art. 27º O CEZA será administrado por uma Diretoria, eleita por dois (02) anos, sendo facultado o acúmulo de cargo com o Conselho Consultivo. A diretoria será constituída por: Um Presidente; um Vice-Presidente; 1º Secretário; 2º Secretário; 1º Tesoureiro; e 2º Tesoureiro. Eleitos pela Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - O corpo da Diretoria somente poderá ser composto por sócios fundadores, e/ou beneméritos.

6



Parágrafo 2º - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, em local, dia e hora previamente designados e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, por convocação do Presidente, ou a pedido da maioria simples dos integrantes da mesma.

Art. 28º À Diretoria, como órgão colegiado de administração, que se reúne com "quorum" de metade mais um de seus membros, compete:

- a) Preencher as vagas que se verificarem em seus cargos no interregno entre as Assembléias Gerais;
- b) Elaborar o plano anual de ação, o quadro de pessoal, e respectivas verbas, submetendo-os à aprovação da Assembléia Geral;
- c) A Diretoria tem poderes para decidir sobre todos os atos necessários às finalidades, inclusive sobre contratos e convênios com outras entidades ou pessoas;
- d) Não podendo vender, hipotecar adquirir imóveis e outros bens patrimoniais, alienar imóveis e outros, sem autorização da assembleia;
- e) Não podendo contrair dívidas, levantar empréstimos, assinar fianças ou aval, agravá-los de ônus real ou não, sem autorização da Assembleia;
- f) Tomar medidas de urgência, de competência da Assembléia Geral "ad-referendum" desta;
- g) Outorgar poderes específicos a procuradores escolhidos para determinados fins.

Parágrafo 1º O "quorum" da Diretoria independe dos membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal e não se completará por estes.

Parágrafo 2º Os membros do Conselho Consultivo poderão participar das reuniões da Diretoria, sem direito a voto e com direito a veto.

Parágrafo 3º Os membros do Conselho Fiscal poderão participar das reuniões da Diretoria, sem direito a voto e com direito a veto.

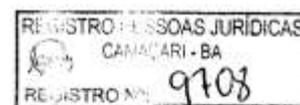
Parágrafo 4º- Os membros da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal não respondem individualmente nem subsidiariamente com os seus bens particulares pelas obrigações contraídas em nome da ASSOCIAÇÃO CENTRO de AÇÃO COMUNITÁRIA e FILANTRÓPICA ZILDA ARANHA - CEZA.

Art. 29º Ao Presidente compete:

- a) Representar o CEZA ativa e passivamente em qualquer situação judicial e extrajudicial;
- b) Convocar e presidir as reuniões;
- c) Conjuntamente com Secretário, assinar todas as escrituras de compra e venda contratos e outros documentos de oneração/alienação do patrimônio, mediante autorização prévia da Assembléia Geral;
- d) Representar a Diretoria junto à Assembléia Geral, tomando as medidas de urgência de competência da Diretoria e "ad-referendum" desta;
- e) Contratar e demitir funcionários;
- f) Elaborar, em conjunto com o Tesoureiro, planos de cargo e salários dos funcionários, se existentes;
- g) Adquirir em nome do CEZA, os materiais de consumo e bens de investimentos a ele inerentes;
- h) Zelar pelo patrimônio do CEZA;
- i) Em conjunto com o Tesoureiro, movimentar conta bancária da instituição;
- j) Usar o voto de desempate quando necessário.

Parágrafo 1º- O presidente é membro ex-officio de todas as organizações e comissões do CEZA.

Art. 30º Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus eventuais impedimentos; podendo exercer encargos específicos a critério da Diretoria.



Art. 31º Ao 1º **Secretário** compete:

- a) Redigir, lavrar em livro próprio, apresentar e assinar as atas das reuniões do **CEZA**;
- b) receber e despachar a correspondência administrativa;
- c) manter em ordem a documentação administrativa;
- d) realizar as demais tarefas inerentes ao cargo.

Art. 32º Ao 2º **Secretário** compete auxiliar o 1º **Secretário** e substituí-lo em sua falta ou nos seus impedimentos eventuais.

Art. 33º Ao 1º **Tesoureiro** compete:

- a) Receber, guardar e contabilizar os valores, efetuar os pagamentos determinados e apresentar balancetes mensais ao Conselho Fiscal do **CEZA**, bem como às Assembléias Gerais;
- b) Em conjunto com o Presidente, abrir, movimentar e liquidar contas em bancos, em nome do **CEZA**;
- c) Realizar as demais tarefas inerentes ao cargo.

Art. 34º Ao 2º **Tesoureiro** compete auxiliar o 1º **Tesoureiro** em suas funções e substituí-lo na sua ausência ou em face de impedimentos eventuais.

CAPÍTULO X DO CONSELHO FISCAL

Art. 35º O Conselho Fiscal é o órgão representativo do quadro social do **CEZA**, constituído de 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, dentre os associados com direito a voto, em pleno gozo de seus direitos, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito, sem direito a remuneração.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre os seus membros, o seu Presidente, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 36º Reunir-se-á ordinariamente a cada mês e extraordinariamente sempre que necessário com a Diretoria.

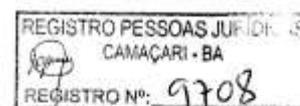
Art. 37º É de competência do Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros contábeis e tomar conhecimento dos relatórios e da prestação de contas da Diretoria.
- b) Emitir parecer técnico sobre os balancetes mensais que deverá conter no mínimo duas assinaturas de aprovação, antes do encaminhamento à Assembléia Geral.
- c) Emitir parecer sobre o orçamento da Associação para o exercício financeiro seguinte;

Parágrafo 1º - Nas reuniões do **Conselho Fiscal**, poderão tomar parte membros da Diretoria, quando convidados, porém não terão direito a voto.

Parágrafo 2º - Não será admitido o acúmulo de cargos no Conselho Fiscal e na Diretoria

CAPÍTULO XI DO CONSELHO CONSULTIVO



Art. 38º O Conselho Consultivo será composto por 05 (cinco) membros:

- a) Por 03 sócios fundadores.
- b) Por 02 sócios beneméritos, indicados e aprovados pela assembleia.
- c) Para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 39º Será facultado ao Presidente do CEZA acumular cargo apenas na Diretoria e no Conselho Consultivo.

Art. 40º Reunir-se-ão trimestralmente para examinar o desempenho da Diretoria em gestão.

Art. 41º O Conselho Consultivo assumirá a Diretoria em caso de renúncia ou extinção do mandato da Diretoria, competindo nesse caso à função de presidente, ao presidente do Conselho.

Art. 42º O Conselho Consultivo só se reunirá com a presença de, pelo menos, metade dos seus membros, e deliberará por maioria simples de votos.

Art. 43º Homologar os nomes dos candidatos indicados a cargos eletivo da associação, antes da eleição pela Assembleia.

CAPÍTULO XII DAS ELEIÇÕES

Art. 44º Para as funções que exigirem eleição na Diretoria, no Conselho Fiscal e no Conselho Consultivo, observar-se-ão as eleições a serem realizadas em Assembléia Geral, que coincidirão com o calendário do ano fiscal.

Parágrafo único: excepcionalmente o mandato da diretoria poderá ser estendido para atender o interregno entre o período eleitoral e o ano fiscal.

Art. 45º Somente poderão ser votados os associados que forem sócios fundadores e beneméritos e em dia com as obrigações sociais.

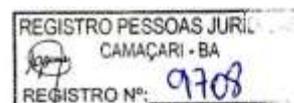
Art. 46º O quorum para funcionamento da Assembléia Geral em primeira convocação será de no mínimo 2/3 dos associados em condições de votar.

Parágrafo único – A Assembléia Geral poderá instalar-se mediante segunda convocação, 30 minutos após a primeira convocação, com qualquer número.

Art. 47º A eleição ocorrerá por voto aberto.

Parágrafo 1º- Será obedecido o critério de maioria simples dos votos (metade e mais um), para a eleição da Diretoria.

CAPÍTULO XIII DO PATRIMÔNIO



Art. 48º O patrimônio do **CEZA** se constitui de imóveis, móveis, semoventes, veículos, títulos, ações e quaisquer direitos adquiridos por compra, doações, legado, dinheiro proveniente de donativos, subvenções de poderes públicos, autárquicos, particulares, sejam pessoas físicas ou jurídicas e organizações nacionais ou estrangeiras, ou outros meios legalmente previstos

Parágrafo 1º - O **CEZA** ainda terá como Patrimônio os bens e direitos decorrentes de:

- a) Rendimentos próprios sobre bens imóveis que vier a possuir, ou rendas constituídas por terceiros, em seu favor, bem como usufruto que lhes sejam conferidos;
- b) Rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua titularidade;
- c) Receitas operacionais e quaisquer outras que, direta ou indiretamente, vierem a ser auferidas.

CAPÍTULO XIV DAS FONTES DE RECURSO PARA MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 49º Os recursos econômicos e financeiros da Associação são constituídos de: doações, legado, donativos, subvenções do poder público, autárquico ou particular, de pessoas físicas ou jurídicas e organizações nacionais ou estrangeiras.

Art. 50º As rendas auferidas pela entidade não serão, em nenhuma hipótese, devolvidas aos seus doadores ou sucessores, sendo de pronto integradas ao patrimônio efetivo da Associação para serem aplicados em suas finalidades aqui dispostas.

Art. 51º Os recursos do **CEZA** serão aplicados integralmente em suas unidades de atendimento visando à melhoria e ampliação de suas atividades.

Parágrafo 1º - Os rendimentos do **CEZA** serão depositados em instituição bancária/financeira e sua movimentação será realizada exclusivamente por dois de seus membros, que são: o presidente e o primeiro tesoureiro. Na hipótese de ausência do primeiro tesoureiro, assina o segundo tesoureiro.

Parágrafo 2º - O **CEZA** manterá registros contábeis completos de todas as despesas e receitas e seus balancetes serão assinados por Contador conforme legislação vigente.

Art. 52º A entidade manterá a escrituração de suas receitas, despesas, desembolsos, em livros revestidos de todas as formalidades legais vigentes exigidas em direito.

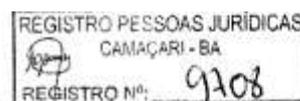
Art. 53º O exercício fiscal encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 54º Os membros do Conselho Consultivo, da Diretoria, e do Conselho Fiscal não receberão quaisquer vantagens ou remuneração pelo exercício de suas funções na Entidade; caso venham a fazer parte do corpo funcional da instituição, deverá desincompatibilizar-se do cargo eletivo.

Art. 55º Os associados e colaboradores deverão celebrar um termo de adesão com o **CEZA**, o qual terá por finalidade a qualificação dos mesmos como prestadores de serviço voluntário à referida entidade,

10



cujo teor, explicitará o seu objeto e as condições do seu exercício, conforme disposição da Lei Federal nº 9.608/98, que regula a prestação de serviços voluntários.

Art. 56º O presente Estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo por aprovação de no mínimo 2/3 dos associados, em Assembleia extraordinária, formada para este fim, sempre que se fizer necessário adequar-se as mudanças conjunturais.

Art. 57º O **CEZA** somente poderá ser dissolvido por decisão da Assembleia Geral, em Assembleia extraordinária, convocada para este fim por aprovação mínima de 2/3 dos associados do **CEZA**.

Parágrafo Único – No caso de dissolução, liquidado o passivo, os bens da Entidade serão destinados à outra entidade sem fins lucrativos; por decisão da Assembleia Geral.

Art. 58º O **CEZA** terá Regimento Interno, aprovado pela Assembleia Geral, por proposta de sua Diretoria.

Art. 59º Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos com fundamento no Regimento Interno. Se ali omissos, pela Assembleia Geral.

Art. 60º Fica vedado o envolvimento do **CEZA** com militância, campanha ou candidatura política, quer apoiando ou combatendo-a.

Parágrafo Único – Os integrantes do Conselho Consultivo, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que participarem de atividade político-partidária, deverão desincompatibilizar-se dos respectivos cargos eletivos, sendo suprida a sua vacância.

Art. 61º O **CEZA** não concederá avais, fianças ou empréstimos, nem assumirá quaisquer obrigações estranhas às suas finalidades.

Art. 62º Observadas às disposições legais é competente o foro Comarca de Camaçari, Estado da Bahia, para dirimir as dúvidas sobre o presente Estatuto.

Art. 63º O presente Estatuto entrará em vigor, em substituição ao anterior - aprovado em 20 de março de 2014 – na data da pertinente averbação dos termos no respectivo registro do Cartório competente, revogando-se as disposições em contrário.

Camaçari, (Ba), 30 de setembro de 2015.

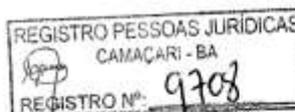

João de Oliva Santos
Presidente

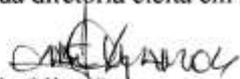

Sérgio Bonfim Valadares
Secretário


Leandro Chrispin
Vice-Presidente


Milton Moreira Filho
Advogado OAB/ BA 16082
Milton Moreira Filho
OAB/BA 16082

Qualificação da diretoria eleita em 28 de agosto de 2014.

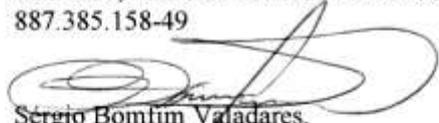



João de Oliva Santos
Presidente

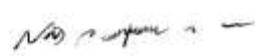
Brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado no Loteamento Reserva Busca Ville, Qd 14, Lote 04, Busca Vida, Camaçari-Ba, Portador do RG nº 01842553-41 SSP BA. Inscrito no CPF sob o nº 194.781.515-68;


Leandro Chrispin
Vice Presidente

Brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado na Rua São Paulo, 296, Vilas do Atlântico, Lauro de Freitas/BA. Portador do RG nº 7856913 SSP/SP. Inscrito no CPF sob o nº 887.385.158-49


Sérgio Bomfim Valadares,
Primeiro Secretário

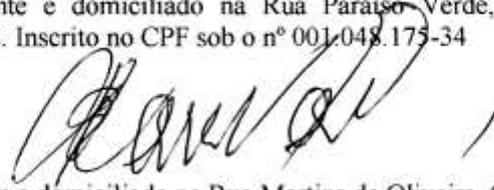
Brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Avenida Praia de Tubarão quadra B 12, lote 10, Vilas do Atlântico, Lauro de Freitas/BA. Portador do RG nº 01189631-04 SSP BA. Inscrito no CPF sob o nº 101.795.855-68.


Newton Barreiros Siquara da Rocha,
Segundo Secretário

Brasileiro, casado, odontólogo, residente e domiciliado na Avenida Juracy Magalhães Junior, 1665, Lote 12-O, Rio Vermelho, Salvador - Bahia. Portador do RG nº 59254793. Inscrito do CPF sob o nº 018.219.705-00


Advando Pinheiro Santos,
Primeiro Tesoureiro

Brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Paraíso Verde, 14, Itapoã, Salvador BA. Portador do RG 38408678. Inscrito no CPF sob o nº 001.048.175-34


José Alberto Vasconcelos de Carvalho,
Segundo Tesoureiro

Brasileiro, casado, Aposentado, residente e domiciliado na Rua Martins de Oliveira, Condomínio Bosque Ville, casa 02, Pitangueiras - Lauro de Freitas/BA. Portador do RG nº 472806 SSP/BA. Inscrito sob o nº 024.672.595-87;

CARTORIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
R. Ezequiel Corrêa, 07 - Ed. Maré Bona, 118 - Centro - CEP 42200-110 - Camaçari - BA
Tel.: (71) 3643-3011 - E-mail: cartorio@ccrccotrims.gov.br

Protocolo nº 00009708 - Livro nº A-4
Registro nº 00009708 - Livro nº A-35

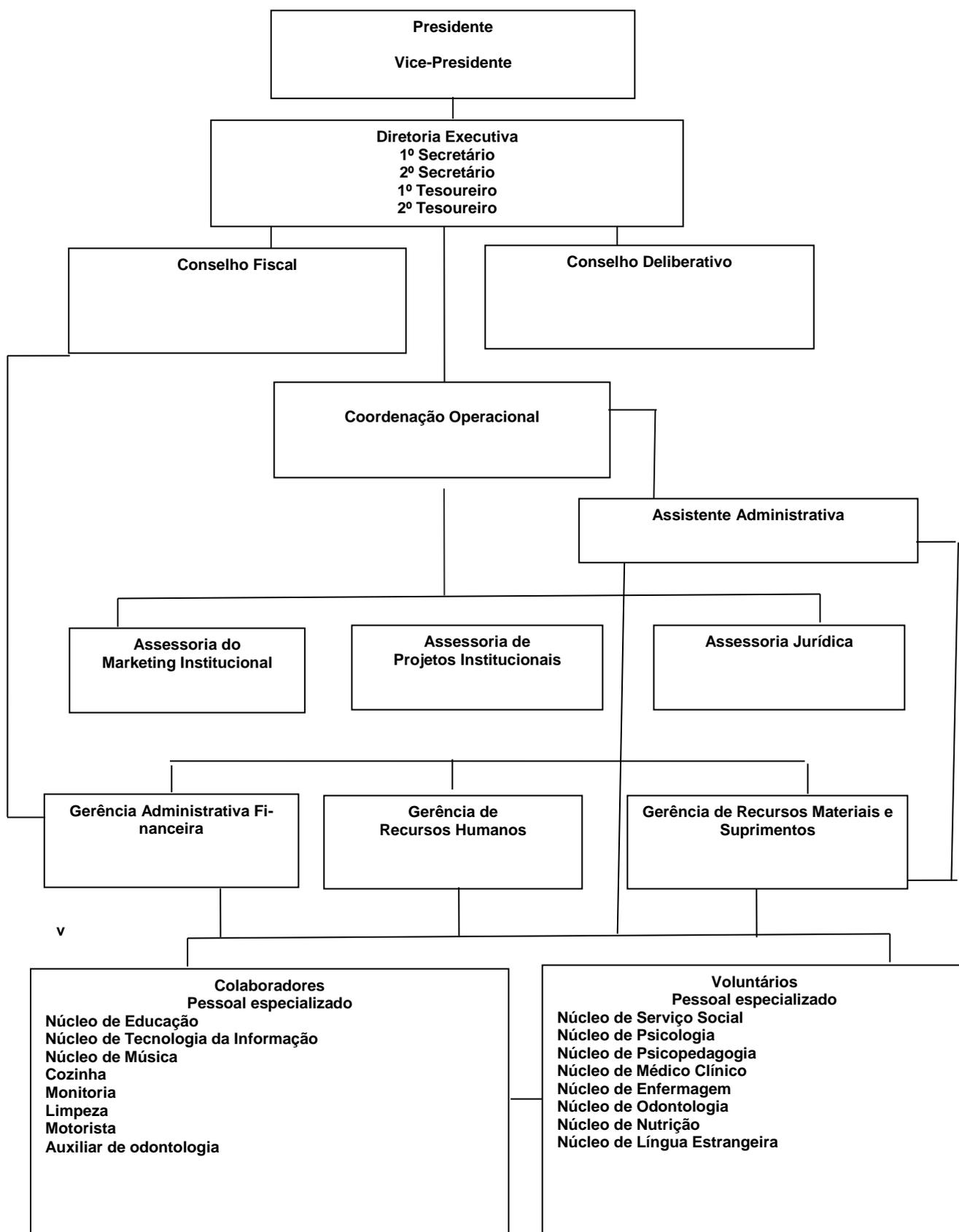
O QUE CERTIFICO

Numero Data 576653 Série 014 Emissor 9999
Camaçari-BA. 17/12/2016
Custas Emol. 176,00 Taxa Fiscal. 95,05
Total 271,05

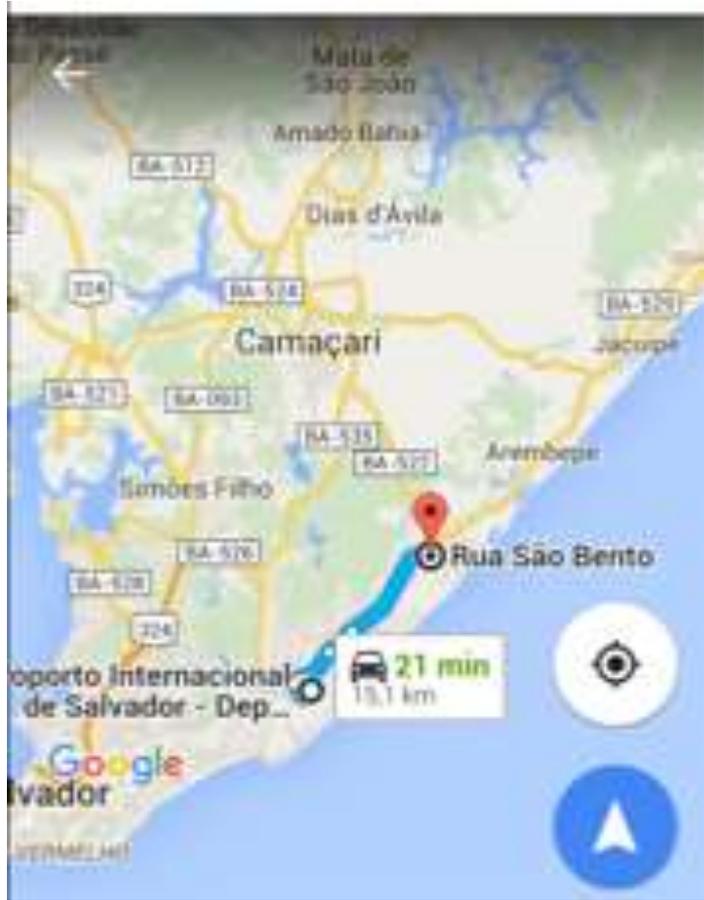
OFICIAL: ANTONIO JOAQUIM COTRIM GOMES
SUBSTITUTA: LEA PRADO COTRIM

Selec. de Autenticidade
Número de Autenticidade: 1444.ARM04116-0
852621HQ0D
Consulte: www.ajba.pis.br/mostrarvalidade

ANEXO B – Organograma Institucional do CEZA



ANEXO C – Mapas de Localização do CEZA



ANEXO D – Fotos do CEZA

